



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

MARLIA CLÉIA FERREIRA COSTA

Os Desafios da Gestão Escolar Mediante o Fundeb no Médio
Mearim – Maranhão

Orientador:

Professora Doutora Mariana Grazina Cortez

Lisboa, outubro de 2025

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS
MESTRADO EM CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação na Especialidade de Supervisão Pedagógica pela Escola Superior de Educação João de Deus, sob a orientação do Professora Doutora Mariana Grazina Cortez

Marlia Cléia Ferreira Costa

Os Desafios da Gestão Escolar Mediante o Fundeb no Médio
Mearim – Maranhão

Lisboa, outubro de 2025

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS
MESTRADO EM CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

MARLIA CLÉIA FERREIRA COSTA

Os Desafios da Gestão Escolar Mediante o Fundeb no Médio
Mearim – Maranhão

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação na Especialidade de Supervisão Pedagógica pela Escola Superior de Educação João de Deus, sob a orientação do Professora Doutora Mariana Grazina Cortez

COMISSÃO JULGADORA:

Lisboa, outubro de 2025

Agradecimentos

A Deus, fonte inesgotável de força, sabedoria e luz, por me sustentar em todos os momentos dessa caminhada, especialmente nos mais desafiadores.

Aos meus pais, pelo amor incondicional, pelos ensinamentos de vida e pelo apoio constante, que sempre foram base para minhas conquistas.

Aos meus familiares, por estarem sempre presentes com palavras de incentivo, gestos de carinho e orações.

Ao meu esposo, pelo companheirismo, paciência, compreensão e incentivo nos momentos em que precisei me ausentar para me dedicar aos estudos.

Aos meus filhos, que foram minha maior inspiração e motivação para seguir em frente, mesmo diante das dificuldades.

À instituição formadora, por proporcionar um ambiente de aprendizagem transformador, acolhedor e desafiador, que contribuiu significativamente para minha formação acadêmica e pessoal.

Aos professores, pelos ensinamentos, pela dedicação e pelo compromisso com a educação de qualidade.

À minha orientadora, pela escuta atenta, pelas orientações seguras e pela confiança depositada no meu trabalho.

Aos colegas de curso, pela troca de experiências, pelas amizades construídas e pelo apoio mútuo ao longo dessa jornada.

À Prefeitura Municipal, por acreditar na importância da formação continuada e apoiar minha trajetória acadêmica.

À Secretaria de Educação, pelo suporte oferecido e pelo incentivo ao desenvolvimento profissional dos educadores.

Aos colegas de trabalho, que contribuíram com palavras de motivação, compreensão nos momentos de ausência e incentivo constante.

A todos e todas que, de alguma forma, fizeram parte desse processo, meu sincero agradecimento. Cada gesto, palavra e atitude foi essencial para a realização deste sonho.

Resumo

Analisa-se os desafios da gestão escolar mediante o uso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) na região do Médio Mearim, sob a jurisdição da Unidade Regional de Educação de Pedreiras, no estado do Maranhão – Brasil. A pesquisa parte da premissa de que o FUNDEB, enquanto principal mecanismo de financiamento da educação básica no país, é fundamental para garantir o acesso, permanência e qualidade do ensino público, bem como para a valorização dos profissionais da educação e fortalecimento da gestão escolar. O estudo adota uma abordagem quantitativa e qualitativa, com levantamento documental e entrevistas com gestores escolares e professores da rede pública municipal. Os resultados evidenciam que, embora o FUNDEB tenha contribuído significativamente para a melhoria das condições de ensino e remuneração dos docentes, ainda existem barreiras relacionadas à distribuição equitativa dos recursos, à capacitação contínua dos profissionais, à transparência na aplicação dos fundos e à autonomia administrativa das escolas. Conclui-se propondo recomendações para a otimização do uso dos recursos do FUNDEB, com vistas a fortalecer a equidade e a eficácia da política educacional na região.

Palavras-chave: FUNDEB. Financiamento da educação. Gestão escolar. Médio Mearim. Maranhão.

Abstract

The challenges of school management are analyzed in relation to the use of the Fund for the Maintenance and Development of Basic Education and the Valorization of Education Professionals (FUNDEB) in the Médio Mearim region, under the jurisdiction of the Regional Education Unit of Pedreiras, in the state of Maranhão – Brazil. The research is based on the premise that FUNDEB, as the main mechanism for financing basic education in the country, is essential for ensuring access to, retention in, and the quality of public education, as well as for valuing education professionals and strengthening school management. The study adopts both quantitative and qualitative approaches, including documentary analysis and interviews with school principals and public school teachers. The results show that although FUNDEB has significantly contributed to improving teaching conditions and teachers' remuneration, there are still challenges related to the equitable distribution of resources, the ongoing training of professionals, transparency in fund management, and the administrative autonomy of schools. The study concludes by proposing recommendations for optimizing the use of FUNDEB resources, aiming to strengthen equity and the effectiveness of educational policy in the region.

Keywords: FUNDEB, Education financing, School management, Médio Mearim, Maranhão.

Lista de Figuras

Figura 1: Evolução do IDEB em Pedreiras (MA)	32
Figura 2: Comparativo entre Escolas da Regional de Pedreiras-MA	48

Lista de Quadros

Quadro 1: Documentos relacionados ao FUNDEB.....	24
Quadro 2: Comparativo entre escolas investigadas da Regional Pedreiras/MA.....	47

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Participação na Pesquisa por categoria de respondente	41
Gráfico 2: Cargos.....	51
Gráfico 3: Municípios	52
Gráfico 4: Conhecimento sobre o FUNDEB 2021 na percepção dos secretários	54
Gráfico 5: Conhecimento sobre o FUNDEB 2021 na percepção dos gestores	55
Gráfico 6: Conhecimento sobre o FUNDEB 2021 na percepção dos professores	57
Gráfico 7: Formação/informação sobre mudanças do FUNDEB – secretários.....	58
Gráfico 8: Formação/informação sobre mudanças do FUNDEB – gestores.....	59
Gráfico 9: Formação/informação sobre mudanças do FUNDEB – professores.....	60
Gráfico 10: Percepção dos Secretários a distribuição dos recursos FUNDEB	61
Gráfico 11: Percepção dos Gestores sobre a distribuição dos recursos FUNDEB	63
Gráfico 12: Percepção dos Professores sobre a distribuição dos recursos FUNDEB.....	64
Gráfico 13: Utilização do FUNDEB na percepção dos Secretários	65
Gráfico 14: Utilização do FUNDEB na percepção dos Gestores	67
Gráfico 15: Utilização do FUNDEB na percepção dos Professores.....	69
Gráfico 16: Melhorias na qualidade de ensino após implementação do FUNDEB na percepção dos Secretários	71
Gráfico 17: Melhorias na qualidade de ensino após implementação do FUNDEB na percepção dos Gestores	72
Gráfico 18: Melhorias na qualidade de ensino após implementação do FUNDEB na percepção dos Professores.....	74
Gráfico 19: Percepção dos Secretários sobre redistribuição dos recursos de complementação	76
Gráfico 20: Percepção dos Gestores sobre redistribuição dos recursos de complementação .	77
Gráfico 21: Percepção dos Professores sobre redistribuição dos recursos de complementação	78
Gráfico 22: Percepção dos Secretários sobre se os critérios redistribuição atendem necessidades da escola	79
Gráfico 23: Percepção dos Gestores sobre se os critérios redistribuição atendem necessidades da escola.....	80
Gráfico 24: Percepção dos Professores sobre se os critérios redistribuição atendem necessidades da escola	81

Gráfico 25: Percepção dos Secretários sobre os desafios enfrentados pela gestão escolar com o novo FUNDEB	82
Gráfico 26: Percepção dos Gestores sobre os desafios enfrentados pela gestão escolar com o novo FUNDEB	84
Gráfico 27: Percepção dos Professores sobre os desafios enfrentados pela gestão escolar com o novo FUNDEB	855
Gráfico 28: Percepção dos Secretários sobre avanços na equidade educacional com o novo FUNDEB	86
Gráfico 29: Percepção dos Gestores sobre avanços na equidade educacional com o novo FUNDEB	88
Gráfico 30: Percepção dos Professores sobre avanços na equidade educacional com o novo FUNDEB	89
Gráfico 31: O novo FUNDEB contribuiu para redução de desigualdades entre escolas urbanas e rurais - Secretários.....	901
Gráfico 32: O novo FUNDEB contribuiu para redução de desigualdades entre escolas urbanas e rurais - Gestores	91
Gráfico 33: O novo FUNDEB contribuiu para redução de desigualdades entre escolas urbanas e rurais - Professores	93
Gráfico 34: Percepção dos Secretários sobre se o FUNDEB tem potencial para diminuir desigualdades no financiamento da educação	94
Gráfico 35: Percepção dos Gestores sobre se o FUNDEB tem potencial para diminuir desigualdades no financiamento da educação	95
Gráfico 36: Percepção dos Professores sobre se o FUNDEB tem potencial para diminuir desigualdades no financiamento da educação	96

Lista de Siglas e Abreviações

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CACS	Conselho de Acompanhamento e controle social do FUDEB
CAQ	Custo Aluno-Qualidade
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRE	Coordenação Regional de Educação
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNPE	Forum Nacional de Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo De Desenvolvimento Ensino Fundamental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)
LOA	Lei Orçamentaria Anual
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPA	Plano Plurianual
SEDUC	Secretaria de Educação
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
TCE	Tribunal de Contas do Estado
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VAAF	Valor anual por aluno
VAAR	Valor Aluno Ano Resultado
VAAT	Valor Aluno Ano Total
RREO	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATE	Programa Nacional de Transporte Escolar

Sumário

Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract	vi
Lista de Figuras.....	vii
Lista de Quadros	viii
Lista de Gráficos	ix
Lista de Siglas e Abreviações.....	xi
Sumário	xii
FASE I.....	14
INTRODUÇÃO	14
Contexto introdutório	14
Problemática	15
Pergunta de Pesquisa.....	19
FASE II	20
REVISÃO DE LITERATURA	20
CAPÍTULO 1: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DO FUNDEB	20
1.1 Antecedentes históricos e políticos do financiamento da educação no Brasil	20
1.2 Do FUNDEF ao FUNDEB: Transições e reformulações na política de financiamento educacional.....	23
1.3 O FUNDEB: avanços, desafios e impactos na valorização dos profissionais da educação.....	25
1.4 O FUNDEB na Região de Pedreiras- Maranhão	27
1.5 Objetivos do estudo.....	28
1.5.1 Objetivo Geral	28
1.5.2 Objetivos Específicos	29
FASE III.....	30
ESTUDO EMPÍRICO	30
CAPÍTULO 2: Metodologia da investigação	30
2.1 Um olhar sobre os documentos oficiais da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Educação sobre o FUNDEB.....	31

2.2 Levantamento de dados sobre o IDEB antes e depois da implementação de ações financiadas pelo FUNDEB	32
2.2.1 Análise da Evolução do IDEB em Pedreiras/MA (2015–2023)	33
2.3 Revisão sistemática do FUNDEB no Brasil, Maranhão e Regional Pedreiras	34
2.4 Lugares da pesquisa	36
2.5 Instrumentos de recolha de dados	38
2.6 Instrumentos de análise dos dados	39
2.7 Os participantes da pesquisa	40
CAPÍTULO 3: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	43
3.1 Caracterização geral do universo de amostra	43
3.2 Tratamento dos dados obtidos junto aos professores	45
3.3 A Opinião dos gestores, secretários de educação e professores	50
3.4 Dos dados coletados	54
3.4.1 Parte 1 - Conhecimento sobre o FUNDEB	54
3.4.2 Parte 2 - Implementação do FUNDEB na Escola	61
3.4.3 Parte 3 - Redistribuição da Complementação da União	76
3.4.4 Parte 4 - Desafios e Possibilidades para a Gestão Escolar	82
3.4.5 Parte 5 - Promoção da Equidade Educacional Redistributiva	86
3.4.6 Parte 6 - Potencial do Novo FUNDEB para Reduzir Desigualdades	94
CAPÍTULO 4: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS ENCONTRADOS	97
CAPÍTULO 5: RECOMENDAÇÕES E LINHAS FUTURAS DE INVESTIGAÇÃO	101
CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105
APÊNDICES	109
APÊNDICE A: Questionário	110
APÊNDICE B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	114

FASE I

INTRODUÇÃO

Contexto introdutório

No Brasil, o desafio por garantir uma educação pública de qualidade e equitativa ainda se impõe como uma das maiores tarefas do Estado na medida em que o estado brasileiro é constitucionalmente o principal mantenedor de uma educação escolar pública a todos os indivíduos em idade escolar. Por outro lado, em regiões historicamente marcadas por vulnerabilidades sociais e econômicas, como são os municípios localizados na região do Médio Mearim, pertencentes à Regional de Pedreiras, no estado do Maranhão, esses desafios se tornam mais visibilizados.

Esta região está geograficamente ocupada por cidades de pequeno e médio porte e abriga populações com altas taxas de pobreza, baixa renda *per capita* e limitações estruturais nos serviços públicos, fatores que impactam diretamente no funcionamento das redes municipais de ensino e na qualidade da oferta educacional.

Nesse cenário, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) desponta como instrumento essencial para sustentar financeiramente as políticas educacionais locais e assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino básico. No entanto, também sabemos que a gestão escolarizada é prioritariamente o espaço funcional de onde emanam as políticas educacionais que são implementadas nas escolas de educação básica e nesse sentido, nossa pesquisa procura refletir sobre “Os desafios da gestão escolar mediante o FUNDEB no Médio Mearim-Maranhão/Brasil”.

A escolha dessa temática se propõe conhecer quais desafios se apresentam a gestão escolar quanto ao uso desse fundo de manutenção da educação, sabendo de antemão que tais recursos chegam as escolas de forma indireta pois antes tomam caminhos burocráticos que nem sempre são os necessários aos espaços escolares aos quais são destinados.

Na Microrregião Médio Mearim, A Regional de Pedreiras é composta por nove municípios, a saber: Bernardo do Mearim, Esperantinópolis; Igarapé Grande; Lima Campos; Pedreiras; Poção de Pedras; São Raimundo do Doca Bezerra; São Roberto; Trizidela do Vale, em conformidade com o Zoneamento do Maranhão feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2017).

Pedreiras é reconhecido como o principal polo urbano, econômico e educacional do Médio Mearim, exercendo influência sobre os municípios vizinhos e sendo sede da Unidade Regional de Educação é responsável pela articulação das políticas educacionais na região. O FUNDEB representa a principal, e muitas vezes a única, fonte de financiamento para a educação básica, sendo estes recursos fundamentais para o pagamento de salários dos professores, aquisição de materiais didáticos, manutenção da infraestrutura escolar, transporte escolar e investimentos em formação continuada dos profissionais da educação.

A gestão escolar nos municípios do Médio Mearim enfrenta limitações significativas, tanto em termos de autonomia quanto de formação técnica dos gestores. Grande parte das escolas é dirigida por profissionais que acumulam múltiplas funções e que, muitas vezes, não possuem formação específica em gestão educacional. Essa realidade compromete a implementação de projetos pedagógicos eficazes e o fortalecimento da participação da comunidade escolar nos processos decisórios.

Além disso, a formação docente, elemento chave para a qualidade da educação, ainda é marcada pela falta de uma política regionalizada de formação continuada, muitas vezes limitada a ações pontuais, desarticuladas das reais necessidades pedagógicas das escolas. Nesse contexto, discutir os desafios e possibilidades do FUNDEB na Regional de Pedreiras é refletir sobre o papel do financiamento na superação das desigualdades educacionais locais, entendendo que embora essencial, esse recurso não é suficiente por si só.

É necessário aliá-lo a uma gestão democrática, participativa e qualificada, à valorização efetiva do magistério e à implementação de políticas públicas que dialoguem com as especificidades territoriais e culturais da região. A valorização da formação continuada, o fortalecimento da gestão escolar e o uso estratégico e transparente dos recursos do FUNDEB são caminhos possíveis para a construção de um novo cenário educacional no Médio Mearim, um cenário no qual a escola pública seja, de fato, espaço de aprendizagem, cidadania e transformação social.

Problemática

A partir da realidade vivenciada nos municípios do Médio Mearim, especialmente na Regional de Pedreiras, observamos que a educação básica pública enfrenta obstáculos históricos e estruturais que comprometem diretamente a sua efetividade, haja vista a dependência quase total do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) como principal fonte de financiamento,

a qual, revela, por um lado, a sua importância para o funcionamento do sistema educacional; por outro, evidencia a fragilidade das gestões municipais diante da escassez de recursos próprios e da dificuldade em estabelecer políticas públicas educacionais duradouras e eficazes.

A problemática central reside na incapacidade desses municípios da região, articularem de forma estratégica os recursos oriundos do FUNDEB com ações escolares que promovam melhorias nas condições de ensino e aprendizagem. Percebem-se a olhos nus, ausência de planejamento técnico e pedagógico, aliada à carência de formação específica para gestores escolares, os quais, muitas vezes, tomam decisões imediatistas e desarticuladas das diretrizes educacionais nacionais.

A gestão escolar, nesse contexto, acaba assumindo um caráter meramente burocrático, se limitando à administração dos recursos financeiros e das demandas operacionais, em detrimento de uma gestão pedagógica transformadora e participativa. Além disso, a valorização dos profissionais da educação, que é um dos pilares do FUNDEB, ainda se apresenta como um desafio complexo, apesar do fundo garantir o pagamento do piso salarial dos professores, essa valorização, vai além da remuneração, envolve também condições adequadas de trabalho, acesso à formação continuada de qualidade, acompanhamento pedagógico e políticas de carreira que incentivem o desenvolvimento profissional.

Na realidade, muitos docentes atuam em mais de uma escola ou trabalham em diferentes turnos para complementar sua renda, o que impacta negativamente em sua saúde, desempenho e motivação. A ausência de programas contínuos de formação, que estejam alinhados com as especificidades territoriais, culturais e pedagógicas da região, dificulta ainda mais a construção de práticas inovadoras e contextualizadas.

A problemática se aprofunda quando se considera a infraestrutura física das escolas. Ainda é comum encontrar unidades escolares em condições precárias, com salas improvisadas, ausência de bibliotecas, laboratórios, equipamentos tecnológicos e espaços adequados para atividades pedagógicas e lúdicas, esta precarização afeta diretamente a qualidade do ensino e o desempenho dos estudantes, criando um ciclo de baixo rendimento e evasão escolar, especialmente nas comunidades rurais e mais afastadas dos centros urbanos.

Por fim, é necessário destacar que a gestão dos recursos do FUNDEB nem sempre é realizada de forma transparente e participativa. Em muitos municípios, os conselhos de acompanhamento e controle social do fundo funcionam de maneira frágil, sem autonomia e sem acesso pleno às informações necessárias para exercerem sua função de fiscalização. Essa fragilidade no controle social compromete a efetividade da política pública e abre brechas para

má gestão e desvio de finalidade dos recursos, impedindo que os investimentos realmente cheguem à ponta do sistema: as escolas e os estudantes.

Assim, a problemática discutida revela que, embora o FUNDEB seja um instrumento vital para a sustentação da educação básica nos municípios do Médio Mearim, ele precisa ser potencializado a partir de políticas complementares que fortaleçam a gestão escolar, a formação e valorização dos profissionais da educação e o controle social. Sem esses elementos, os avanços possíveis ficam limitados e as desigualdades educacionais persistem, aprofundando as barreiras ao desenvolvimento humano e social da região.

Diante do panorama desafiador da educação básica nos municípios do Médio Mearim, é imprescindível a construção de estratégias integradas que articulem a correta aplicação dos recursos do FUNDEB com ações voltadas ao fortalecimento da gestão escolar, à valorização dos profissionais da educação e à superação das desigualdades estruturais existentes na rede pública de ensino. Essas estratégias devem ser formuladas de forma colaborativa, envolvendo o poder público, a comunidade escolar e os órgãos de controle social, com base em diagnósticos reais e participativos das demandas locais.

Em primeiro lugar, destaca-se a necessidade urgente de qualificação da gestão escolar. Isso requer investimentos contínuos na formação de gestores educacionais, com cursos voltados à administração pedagógica, planejamento estratégico, gestão de pessoas, legislação educacional e uso eficiente dos recursos financeiros.

Os municípios precisam promover a profissionalização da função gestora, garantindo que diretores e coordenadores pedagógicos tenham acesso a formação técnica adequada, acompanhamento sistemático e autonomia para tomar decisões pedagógicas baseadas em evidências. Além disso, a criação de redes de apoio entre gestores das diferentes escolas pode favorecer a troca de experiências e o fortalecimento coletivo da liderança educacional na região.

No que se refere à valorização dos profissionais da educação, é fundamental ir além do cumprimento legal do piso salarial e investir em carreiras estruturadas, condições dignas de trabalho e formação continuada contextualizada. Os programas de formação docente devem ser planejados com base nas necessidades pedagógicas concretas das escolas da região, considerando os desafios específicos da aprendizagem, como alfabetização, multisseriação, uso de tecnologias digitais e inclusão de estudantes com deficiência. Parcerias com universidades públicas e institutos federais podem ser articuladas para viabilizar cursos presenciais e semipresenciais, aproveitando as estruturas existentes e aproximando a formação teórica da prática cotidiana dos professores.

Outro ponto fundamental é o fortalecimento da infraestrutura das escolas, por meio do uso inteligente e planejado dos recursos do FUNDEB e de outras fontes de financiamento, como emendas parlamentares e programas federais. Investir em espaços adequados para o ensino – salas climatizadas, bibliotecas ativas, laboratórios, refeitórios, banheiros acessíveis e áreas de lazer – não só melhora as condições de aprendizagem, mas também contribui para a permanência dos alunos na escola e para a motivação dos profissionais da educação.

Para garantir a efetividade de todas essas ações, é imprescindível consolidar mecanismos de transparência e controle social dos recursos do FUNDEB. Os conselhos de acompanhamento e controle social (CACCS-FUNDEB) devem ser valorizados, capacitados e fortalecidos em sua atuação. Isso inclui oferecer formação para os conselheiros, assegurar acesso a informações detalhadas e atualizadas sobre a execução orçamentária, e estimular a participação ativa da comunidade, especialmente de pais, estudantes e representantes da sociedade civil. Uma gestão transparente, participativa e responsável amplia a confiança da população no uso dos recursos públicos e fortalece o compromisso coletivo com a educação.

Por fim, destaca-se a importância da intersetorialidade e do planejamento regionalizado, com articulação entre os municípios da Regional de Pedreiras para o enfrentamento conjunto das dificuldades educacionais. A criação de fóruns permanentes de debate entre secretarias municipais de educação, conselhos, sindicatos e demais atores sociais pode impulsionar políticas públicas mais coerentes com a realidade do território, favorecendo a troca de boas práticas e o desenvolvimento de ações consorciadas, como formações conjuntas e aquisição coletiva de materiais pedagógicos.

Portanto, enfrentar os desafios da educação no Médio Mearim exige muito mais do que recursos: exige visão estratégica, compromisso ético, participação social e valorização das pessoas que fazem a escola acontecer. O FUNDEB, enquanto política pública estruturante, pode ser o ponto de partida para a construção de uma nova realidade educacional – mais justa, democrática e transformadora – desde que seja bem gerido e articulado com ações amplas de desenvolvimento educacional e social

Apesar dos avanços promovidos pela institucionalização do FUNDEB como mecanismo de financiamento da educação básica no Brasil, os municípios da Regional de Pedreiras, no Médio Mearim maranhense, continuam enfrentando sérios desafios na efetivação de uma educação pública de qualidade. A problemática central reside na dificuldade de articulação entre os recursos disponibilizados pelo fundo e práticas eficientes de gestão escolar, valorização docente e melhoria da infraestrutura das escolas.

Diante desse cenário, surge a necessidade de investigar em que medida o FUNDEB, enquanto política pública de financiamento, tem sido efetivo na promoção da valorização dos professores e do fortalecimento da gestão escolar nos municípios da região, bem como identificar os fatores que limitam sua plena aplicação e apontar possibilidades para sua potencialização.

Pergunta de Pesquisa

Em que medida os recursos do FUNDEB têm contribuído para a valorização dos profissionais da educação e o fortalecimento da gestão escolar nos municípios da Regional de Pedreiras, no Médio Mearim e quais os principais desafios para sua aplicação eficaz?

FASE II

REVISÃO DE LITERATURA

CAPÍTULO 1: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DO FUNDEB

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, representa um marco significativo na trajetória do financiamento educacional no Brasil. Sua origem está intrinsecamente ligada à evolução das políticas públicas voltadas para a educação, especialmente no contexto pós-Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a educação como um direito de todos e dever do Estado.

1.1 Antecedentes históricos e políticos do financiamento da educação no Brasil

O financiamento da educação no Brasil tem sido objeto de ampla análise por diversos autores, que destacam sua importância na garantia do direito à educação com equidade e qualidade. Saviani (2007) ressalta que, historicamente, o financiamento público esteve atrelado aos interesses do Estado em determinados períodos, revelando avanços e retrocessos conforme o contexto político.

Cury (2002) enfatiza que a Constituição de 1988 representou um marco ao vincular percentuais mínimos de investimento dos entes federados, fortalecendo a concepção de educação como direito social. José Marcelino de Rezende Pinto (2007) analisa criticamente os mecanismos de redistribuição de recursos, como o FUNDEF e o FUNDEB, apontando avanços e desafios, especialmente na redução das desigualdades regionais e na valorização dos profissionais da educação.

Ximenes (2012) complementa essa visão ao discutir os fundamentos jurídicos das políticas públicas e o papel da justiça social no financiamento educacional. No contexto mais recente, autores como Nelson Cardoso Amaral *et al.* (2021) e Fernando Cássio e Fernanda Moura (2020) têm se dedicado à análise do Novo FUNDEB (EC 108/2020), destacando a ampliação da complementação da União e os desafios na implementação de critérios como o Custo Aluno-Qualidade (CAQ).

Esses estudos demonstram que, embora o país tenha avançado em termos normativos e institucionais, o financiamento da educação ainda carece de políticas mais equitativas, estáveis e comprometidas com a qualidade social da educação.

Durante o período imperial, o financiamento da educação no Brasil concentrou-se quase exclusivamente nas províncias do litoral e atendendo a uma pequena parcela da população. A Constituição de 1824 já previa a instrução primária gratuita para todos os cidadãos, mas essa garantia ficou por muito tempo, apenas no papel. A descentralização administrativa do Império atribuiu às províncias a responsabilidade pela instrução pública, o que resultou em grande desigualdade de oferta educacional entre as regiões (Saviani, 2007).

Com a Proclamação da República em 1889 e a Constituição de 1891, fortaleceu-se o federalismo e a autonomia dos estados, o que acentuou ainda mais as disparidades educacionais, já que os investimentos em educação dependiam fortemente da arrecadação local. Ao longo da Primeira República, a ausência de um sistema nacional de ensino impediu avanços mais significativos na universalização da educação pública (Cury, 2002).

Durante a Era Vargas, sobretudo com a Constituição de 1934, houve o primeiro esforço institucional de se estabelecer um sistema educacional nacional, com a introdução do artigo que estabelecia percentuais mínimos de investimento em educação: os estados deveriam aplicar no mínimo 20% de suas receitas, e os municípios, 10%. Essa política foi um marco importante, mas sua execução prática ainda encontrava sérios entraves, especialmente pela fragilidade da fiscalização e pela desigualdade arrecadatória entre entes federados (Libâneo, 2005).

Nos anos seguintes, com a Constituição de 1946 e, posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024/1961, o debate sobre o financiamento educacional começou a se estruturar de forma mais clara, incluindo a vinculação de recursos da receita pública para a educação. A LDB reconhecia a necessidade de investimentos contínuos e progressivos na área, embora, na prática, os recursos continuassem escassos.

Durante o regime militar (1964-1985), as políticas educacionais passaram por uma reorganização voltada para a expansão do ensino técnico e a adequação da educação ao mercado de trabalho. No entanto, o financiamento público continuava aquém das necessidades reais do sistema. Só com a Constituição Federal de 1988 é que se estabeleceu um novo marco legal, com forte ênfase na descentralização e na responsabilidade compartilhada entre União, estados e municípios. A CF/88 determinou a vinculação mínima de 18% da receita da União e 25% dos estados e municípios para a manutenção e desenvolvimento do ensino (Brasil, 1988).

Este novo cenário possibilitou a criação de mecanismos mais sólidos de financiamento, culminando, anos depois, na criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), em 1996, um embrião do que viria a ser o FUNDEB. A Constituição Federal de 1988 representou um divisor de águas nas políticas públicas educacionais brasileiras, ao estabelecer um compromisso com a universalização do

ensino e ao reforçar a vinculação de recursos públicos para a educação. De acordo com Dourado (2007), a Constituição de 1988 consolidou o papel do Estado como garantidor do direito à educação e fortaleceu os princípios da descentralização e da gestão democrática do ensino público.

Nesse contexto, o artigo 212 da Constituição passou a exigir que a União aplicasse, no mínimo, 18% de sua receita líquida em manutenção e desenvolvimento do ensino, enquanto estados e municípios deveriam aplicar pelo menos 25% das suas receitas resultantes de impostos. Tal medida foi considerada um importante avanço na institucionalização do financiamento educacional, conforme destaca Cury (2002), ao criar um patamar mínimo de responsabilidade fiscal com a educação.

Antes da criação do FUNDEF, os recursos destinados à educação eram repassados somente por meio de programas e convênios pontuais, muitas vezes marcados por descontinuidade e falta de transparência. Um dos mecanismos existentes era o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), criado em 1968, que operava principalmente com base em repasses federais para ações específicas, como merenda escolar, transporte escolar e livros didáticos. Segundo Pinto (2007), o FNDE desempenhou papel relevante, mas limitado pela sua atuação descentralizada e por depender de decisões políticas conjunturais.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB nº 9.394/1996 também teve papel relevante ao reforçar os princípios constitucionais e regulamentar a organização da educação nacional. Para Libâneo (2005), a LDB contribuiu para a sistematização das obrigações dos entes federativos e para a definição de parâmetros nacionais de financiamento, ao mesmo tempo em que reafirmava a autonomia dos sistemas de ensino.

As Leis Orçamentárias Anuais (LOA) e os Planos Plurianuais (PPA) começaram a incorporar com maior clareza metas educacionais vinculadas ao financiamento a partir da década de 1990, com a consolidação do conceito de planejamento por resultados. No entanto, como apontam Oliveira e Araújo (2005), a ausência de um fundo redistributivo específico para toda a educação básica limitava a capacidade de os municípios menos favorecidos garantirem um padrão mínimo de qualidade no ensino oferecido.

Dessa forma, a criação do FUNDEF em 1996 surge como resposta à necessidade urgente de redistribuição equitativa dos recursos educacionais e de um mecanismo que considerasse a desigualdade entre municípios, sendo este o primeiro passo efetivo rumo ao modelo que mais tarde originaria o FUNDEB.

1.2 Do FUNDEF ao FUNDEB: Transições e reformulações na política de financiamento educacional

Aqui analisamos a transição do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), criado pela Emenda Constitucional nº 14/1996 e regulamentado pela Lei nº 9.424/1996, para o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), instituído pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 (Brasil, 2007).

O FUNDEF foi um marco inicial na política de redistribuição de recursos vinculados à educação, mas seu alcance estava limitado exclusivamente ao ensino fundamental (1º ao 9º ano), o que gerava desequilíbrios no financiamento de outras etapas da educação básica, como a educação infantil e o ensino médio. A transição para o FUNDEB representou um avanço significativo, ao ampliar a cobertura para todas as etapas e modalidades da educação básica pública – da creche ao ensino médio, incluindo a educação especial, indígena e do campo. Além disso, o FUNDEB buscou aperfeiçoar os mecanismos de redistribuição, garantindo uma base de investimento mais equitativa entre estados e municípios, com foco na valorização dos profissionais da educação e na melhoria das condições de ensino e aprendizagem.

Essa mudança foi resultado de pressões sociais, estudos técnicos e debates no âmbito da sociedade civil e do poder público, refletindo uma concepção mais ampla de direito à educação e de justiça federativa, em conformidade com Oliveira e Araújo (2005), Dourado (2007), Oliveira e Santana (2010). Embora o FUNDEF tenha contribuído significativamente para a ampliação do acesso e para a valorização dos profissionais da educação, especialmente em municípios mais pobres, ele apresentava limitações importantes. Dourado (2007) observa que a exclusividade do fundo ao ensino fundamental gerava desequilíbrios internos nos sistemas de ensino, deixando descobertos os segmentos da educação infantil, do ensino médio e da educação de jovens e adultos. Esses segmentos, em muitos casos, não contavam com uma estrutura de financiamento sólida, o que comprometia sua expansão e qualidade.

A regulamentação do FUNDEB ocorreu pela Lei nº 11.494/2007, que manteve a lógica redistributiva do FUNDEF, porém com uma abrangência muito maior e uma estrutura mais complexa. Os recursos passaram a ser compostos por contribuições dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, oriundas de impostos vinculados à educação, com a complementação da União sempre que o valor mínimo por aluno não fosse atingido em determinado estado.

Quadro 1: Documentos relacionados ao FUNDEB

Documentos Relacionados ao FUNDEB	
Documento	Descrição
Lei nº 14.113/2020 (Lei do Novo FUNDEB)	Estabelece o novo regime de financiamento da educação básica pública e regulamenta a gestão dos recursos do FUNDEB.
Plano de Aplicação dos Recursos do FUNDEB	Documento com a previsão de gastos dos recursos do FUNDEB elaborado pela Secretaria Municipal de Educação.
Relatórios de Execução Orçamentária e Financeira	Demonstram como os recursos do FUNDEB foram utilizados ao longo do exercício, com acesso público.
Ata de Reunião do CACS-FUNDEB	Registros das deliberações, análises e pareceres sobre a aplicação dos recursos do FUNDEB pelo CACS-FUNDEB.
Pareceres e Relatórios do Conselho Municipal de Educação ou Tribunal de Contas	Pareceres e relatórios de avaliação da aplicação dos recursos e da qualidade da educação fornecidos pelo Conselho Municipal de Educação ou Tribunal de Contas.
Ofícios, portarias e instruções normativas internas	Normas e orientações da Secretaria Municipal de Educação sobre o uso do FUNDEB para diversas finalidades, como gratificações e aquisição de materiais.
Relatórios de Monitoramento Pedagógico	Relatórios feitos por equipes técnicas, avaliando o impacto pedagógico das ações financiadas pelo FUNDEB.
Documentos comprobatórios de despesas (notas fiscais, folhas de pagamento, contratos)	Documentos como notas fiscais, contratos e folhas de pagamento que comprovam o uso dos recursos do FUNDEB.

Fonte: Esta é uma lei federal sancionada pelo Presidente da República. Pode ser acessada no site oficial do Planalto (www.planalto.gov.br) e no Diário Oficial da União.

Oliveira e Araújo (2005) destacam que, ao ampliar o alcance do financiamento, o FUNDEB teve o mérito de enfrentar desigualdades históricas que marcavam os sistemas de ensino, especialmente em regiões mais vulneráveis, como o Norte e o Nordeste. Para Oliveira e Santana (2010), o novo fundo também fortaleceu o papel do Estado na garantia do direito à educação, além de impulsionar políticas públicas integradas e mais estruturadas.

Os critérios de redistribuição passaram a considerar o número de matrículas de cada rede pública de ensino, ponderadas por fatores que variam conforme a etapa e modalidade da educação, como educação infantil em tempo parcial ou integral, ensino médio regular, educação no campo, entre outros. Essa metodologia buscou adequar os repasses às diferentes realidades e necessidades educacionais dos sistemas.

Nos efeitos iniciais da implementação, foi possível observar avanços importantes na cobertura da educação básica, bem como na remuneração dos profissionais da educação, ainda que com diferenças marcantes entre estados. Dourado (2007) salienta que o FUNDEB, apesar de ser um progresso, ainda enfrentava desafios quanto à sua efetividade, principalmente no que diz respeito à transparência na gestão dos recursos, à formação de conselhos de acompanhamento e à efetiva valorização dos profissionais.

A transição do FUNDEF para o FUNDEB, portanto, representou um passo importante na consolidação de um modelo federativo de financiamento educacional, mais abrangente, equitativo e sensível às desigualdades regionais do país.

1.3 O FUNDEB: avanços, desafios e impactos na valorização dos profissionais da educação

A promulgação da Emenda Constitucional nº 108/2020, que tornou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) permanente, representa um dos marcos mais significativos da política educacional brasileira nas últimas décadas. Sua aprovação, em meio a um contexto político e social desafiador, reafirmou o compromisso do Estado brasileiro com o direito à educação e com a valorização dos seus profissionais, além de evidenciar a força da mobilização social em defesa da educação pública.

Anteriormente previsto como um fundo temporário, o FUNDEB foi inicialmente instituído pela Emenda Constitucional nº 53/2006 com vigência até o final de 2020. Com sua proximidade do término, se intensificaram os debates acadêmicos e políticos em torno da necessidade de tornar o fundo um mecanismo definitivo e mais robusto, tanto do ponto de vista orçamentário quanto da estrutura de redistribuição de recursos. A EC 108/2020 respondeu a essas demandas, com a introdução de mudanças significativas.

Entre os principais avanços, se destaca o aumento progressivo da complementação da União ao fundo. Enquanto no modelo anterior a contribuição federal era de até 10%, a Lei nº 14.113/2020 elevou esse percentual para 23% até 2026, conforme cronograma escalonado. Essa medida visa reduzir as desigualdades regionais e permitir maior equidade entre os entes federativos, especialmente em estados e municípios com menor capacidade de arrecadação (Pinto, 2021).

Outro avanço importante foi a criação de novos critérios para a distribuição da complementação da União, dividida em três modalidades: (1) Valor Anual por Aluno (VAAF),

semelhante ao critério do FUNDEB anterior; (2) Valor Anual Total por Aluno (VAAT), que considera o conjunto das receitas de cada ente federativo e permite uma distribuição mais equitativa; e (3) Valor Anual por Aluno Resultante do Custo Aluno Qualidade (VAAR), que introduz o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como referência para o financiamento adequado. Este último constitui um avanço conceitual e político na busca por qualidade com equidade, conforme defendido pelo Fórum Nacional de Educação (FNPE, 2020).

Um dos pilares do novo FUNDEB é a valorização dos profissionais da educação. A EC 108/2020 estabelece que pelo menos 70% dos recursos do fundo sejam destinados à remuneração desses profissionais – percentual que poderá ser ampliado, conforme a legislação infraconstitucional. Essa diretriz reforça o reconhecimento do papel central dos educadores na promoção de uma educação de qualidade e pretende corrigir distorções históricas nos níveis salariais e nas condições de trabalho do magistério. Segundo o Todos Pela Educação (2021), a valorização efetiva exige não apenas salários dignos, mas também formação continuada, planos de carreira, infraestrutura escolar adequada e ambiente de trabalho saudável.

Conforme Dourado (2021), o FUNDEB enfrenta desafios estruturais e operacionais, pois necessita de uma gestão eficiente e transparente dos recursos e para esse passo criou os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACs-FUNDEB), mas, “nem todos os municípios têm implementado esses conselhos de forma plena e com a devida capacitação. Além disso, há entraves na articulação entre os entes federativos, o que dificulta a formulação de políticas integradas e coerentes com os princípios da nova legislação” (Dourado, 2021, p. 27).

Outro desafio é garantir que os investimentos promovam melhorias reais na qualidade da educação, e não apenas o cumprimento formal das metas orçamentárias, e para isso, é essencial a implementação do CAQ como parâmetro obrigatório, de modo a assegurar que cada estudante tenha acesso a uma educação com padrões mínimos de qualidade, com equidade social e territorial.

Por fim, o papel da sociedade civil e das instituições acadêmicas no acompanhamento crítico e propositivo da implementação do novo FUNDEB, é um propósito determinante com a mobilização de educadores, pesquisadores e movimentos sociais para a sua aprovação e consolidação enquanto política de Estado.

Assim, o novo FUNDEB representa um passo significativo rumo à justiça educacional no Brasil, ao ampliar os recursos, aprimorar os critérios de distribuição e fortalecer a valorização dos profissionais da educação. Contudo, sua efetividade dependerá da capacidade

de implementação nos âmbitos local e nacional, bem como do compromisso político contínuo com a equidade e a qualidade na educação básica brasileira.

1.4 O FUNDEB na Regional e Pedreiras- Maranhão

O FUNDEB hoje, tem se mostrado uma das principais fontes de financiamento para a educação básica no Brasil, especialmente após a sua ampliação em 2020, quando passou a ser um fundo permanente, trazendo impacto significativo, tanto no contexto nacional quanto nas regiões mais periféricas, como o Médio Mearim, no Maranhão. A regional de Pedreiras, por exemplo, tem experimentado avanços e desafios decorrentes da implementação dos recursos provenientes do FUNDEB.

A melhoria da infraestrutura escolar é um dos principais reflexos da aplicação dos recursos do FUNDEB em Pedreiras. Estudos realizados por autores como Cunha (2017) e Souza (2019) apontam que a alocação de recursos para a melhoria das condições físicas das escolas é fundamental para a criação de ambientes de aprendizagem mais propícios ao desenvolvimento dos alunos. Em Pedreiras, observa-se que, ao longo dos anos, as reformas nas escolas, a aquisição de materiais didáticos e a ampliação do acesso à tecnologia têm sido essenciais para garantir uma educação de qualidade, conforme indicado pela pesquisa de Franco (2022). A infraestrutura escolar é, portanto, um dos elementos que, segundo Perrenoud (2000), influencia diretamente o processo de ensino-aprendizagem, especialmente em áreas que historicamente enfrentam problemas de escassez de recursos.

Outro impacto importante do FUNDEB em Pedreiras é a valorização dos profissionais da educação. De acordo com Santos (2018), a remuneração e as condições de trabalho dos professores são fatores determinantes para a melhoria da qualidade educacional. A implementação do FUNDEB permitiu ajustes salariais e melhores condições de trabalho para os profissionais da educação, o que, conforme Veiga (2009), é uma medida essencial para a retenção de professores qualificados.

Contudo, o estudo de Franco (2022) destaca que, embora o aumento salarial tenha sido significativo, a valorização dos profissionais da educação também depende da formação contínua e da oferta de capacitação constante. Neste aspecto, a contratação de empresas especializadas para oferecer cursos de capacitação aos professores de Pedreiras, como observou Vasconcelos (2021), tem sido um avanço, ainda que insuficiente para transformar radicalmente a qualidade da educação na região.

No entanto, o desafio dos indicadores educacionais permanece. Mesmo com a ampliação do financiamento, a qualidade da educação nas escolas de Pedreiras ainda não apresentou grandes saltos nos índices de desempenho educacional, como revela o estudo de Franco (2022). Isso corrobora com as observações de Ribeiro (2020), que destaca que, embora o FUNDEB seja essencial para a educação básica, sua eficácia está diretamente ligada à gestão eficiente dos recursos e à capacidade de adaptação das políticas públicas locais. Para Fischer (2015), a simples distribuição de recursos não é suficiente; é necessário que esses recursos sejam geridos de forma estratégica, focando não apenas na melhoria das infraestruturas, mas também no aprimoramento pedagógico e na formação contínua dos educadores.

A gestão do FUNDEB também envolve desafios administrativos, como a transparência na aplicação dos recursos e a correta destinação dos fundos, como apontado por Gadotti (2002). Em Pedreiras, a gestão tem procurado cumprir as normas estabelecidas pelo MEC (Ministério da Educação) e o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), mas ainda enfrenta dificuldades em relação à fiscalização e à otimização dos recursos, conforme relatado por Oliveira (2021). Veiga (2009) também reforça que o sucesso do FUNDEB depende da efetiva aplicação dos recursos em programas que impactem diretamente na melhoria da qualidade da educação e na capacitação dos profissionais.

Portanto, a implementação do FUNDEB em Pedreiras tem proporcionado melhorias substanciais na infraestrutura das escolas e na valorização dos professores, mas os desafios educacionais continuam a exigir uma abordagem mais integrada entre a gestão local, os professores e a comunidade. Como bem salienta Schwartzman (2018), o sucesso de políticas públicas como o FUNDEB depende não apenas dos recursos financeiros, mas também da capacidade de os gestores locais implementarem políticas que atendam às necessidades específicas da região. A qualidade da educação em Pedreiras, assim como em outras regiões do Brasil, depende da conjugação desses fatores e do compromisso com uma educação pública de qualidade para todos.

1.5 Objetivos do estudo

1.5.1 Objetivo Geral

Analisar os desafios da gestão escolar mediante aplicação dos recursos do FUNDEB nos municípios da Regional de Pedreiras – Médio Mearim -Maranhão/Brasil.

1.5.2 Objetivos Específicos

- Investigar os os desafios da gestão escolar mediante os recursos do FUNDEB na manutenção e desenvolvimento da educação básica.
- Analisar a aplicação do FUNDEB com base na fala dos gestores escolares, secretários e professores, sujeitos diretamente implicados no espaço escolar.
- Avaliar a infraestrutura das escolas públicas municipais e os investimentos realizados com recursos do FUNDEB.

FASE III

ESTUDO EMPÍRICO

CAPITULO 2

Metodologia da investigação

A escolha da metodologia é um dos pilares fundamentais de qualquer investigação acadêmica, pois orienta todo o processo de construção do conhecimento científico, desde a formulação do problema até a análise e interpretação dos dados. Quando se opta por uma pesquisa empírica de abordagem quantitativa e qualitativa, é essencial compreender que essas dimensões não são excludentes, mas sim complementares, oferecendo ao pesquisador uma visão mais abrangente e aprofundada do fenômeno investigado.

Segundo Minayo (2022), a abordagem qualitativa busca compreender o significado das ações humanas em contextos específicos, valorizando a subjetividade, os discursos, as práticas sociais e os sentidos atribuídos pelos sujeitos. Por sua vez, a abordagem quantitativa, conforme Gil (2019) e Marconi e Lakatos (2017), permite mensurar dados, identificar padrões, estabelecer relações entre variáveis e generalizar resultados com base em técnicas estatísticas.

A integração dessas duas abordagens, também conhecida como metodologia mista ou triangulação de métodos, conforme propõe Creswell (2014), enriquece a investigação ao permitir tanto a análise da profundidade dos sentidos sociais quanto a objetividade dos dados empíricos, fortalecendo a validade interna e externa da pesquisa.

Além disso, autores como Gatti (2005) e Bogdan e Biklen (1994) defendem que o rigor metodológico em pesquisas com dados de campo, entrevistas, observações e questionários está diretamente ligado à clareza dos procedimentos adotados, à coerência entre os objetivos e os instrumentos e à fidelidade na análise interpretativa. Portanto, a metodologia não é um mero conjunto de técnicas, mas um posicionamento epistemológico que sustenta a credibilidade, a confiabilidade e a relevância da produção científica. Ao fundamentar a pesquisa com base em aportes teóricos consistentes e métodos bem definidos, o pesquisador assegura a qualidade do estudo e contribui para o avanço do conhecimento na área investigada.

Nesta investigação, serão utilizados diversos instrumentos metodológicos, incluindo leituras teóricas específicas, observação sistemática, pesquisa empírica de campo e a experiência prática da pesquisadora, compreendida como elemento integrador do processo investigativo. Esses recursos visam aprofundar a compreensão do fenômeno estudado,

articulando dados empíricos com fundamentos teóricos relevantes, de modo a garantir uma análise crítica, reflexiva e fundamentada.

2.1 Um olhar sobre os documentos oficiais da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Educação sobre o FUNDEB

Em 2021, a Câmara Municipal de Pedreiras aprovou o Projeto de Lei Executivo nº 06/2021, que institui o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, conforme as diretrizes da Lei Federal nº 14.113/2020, este conselho tem a função de fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos do FUNDEB no município, promovendo maior transparência e participação social na gestão educacional, evidenciando desafios na gestão dos recursos do FUNDEB em Pedreiras, dentre eles, podemos citar algumas das irregularidades quanto ao uso do FUNDEB no:

- **Exercício Financeiro de 2015:** O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA) julgou irregulares as contas do FUNDEB referentes a 2015, imputando débito solidário de R\$ 114.271,08 aos responsáveis, devido a pagamentos indevidos a servidores não vinculados à rede pública municipal de ensino e a profissionais afastados de suas funções. Foram aplicadas multas adicionais por irregularidades em procedimentos licitatórios. Em 2024, o TCE-MA reconheceu a prescrição das pretensões punitivas e de ressarcimento relacionadas às contas do FUNDEB de 2015, devido ao decurso do prazo legal para julgamento.
- **Ação Civil Pública:** O Ministério Público do Maranhão ingressou com ação contra ex-gestores municipais por irregularidades na prestação de contas do FUNDEB, incluindo despesas sem licitação e não cumprimento dos índices mínimos de aplicação dos recursos na educação.
- **Transparência e Controle Social** - A Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (Seduc) implementou medidas para aumentar a transparência na aplicação dos recursos do FUNDEB, como a divulgação mensal de demonstrativos de receitas e despesas no site oficial. Essa iniciativa visa permitir que os cidadãos acompanhem a gestão dos recursos públicos destinados à educação.

A análise desses documentos oficiais revelam que, nos últimos anos, têm sido empreendidos esforços institucionais relevantes no município de Pedreiras com o objetivo de aprimorar a transparência e fortalecer o controle social na gestão dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Tais iniciativas

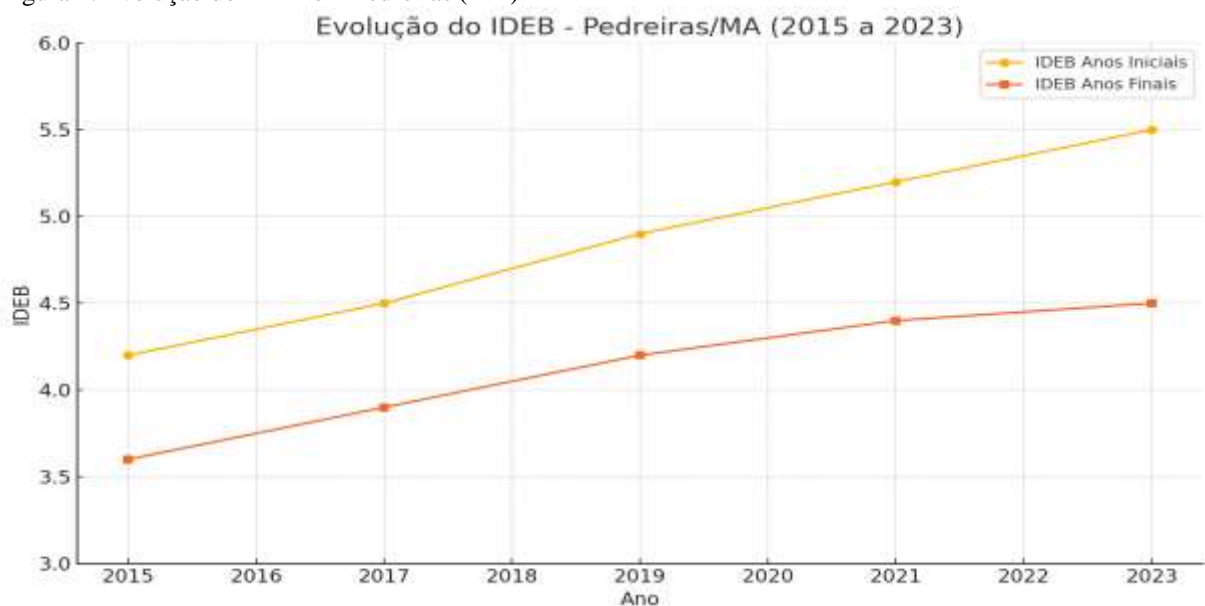
incluem a publicação mais frequente de relatórios financeiros, a realização de audiências públicas e a criação de canais para o acompanhamento por parte da sociedade civil.

Contudo, apesar dessas medidas, ainda se observam desafios estruturais e operacionais significativos, especialmente no que diz respeito à ocorrência de irregularidades na aplicação dos recursos e à limitada efetividade dos mecanismos de fiscalização existentes. Em muitos casos, falhas na prestação de contas, ausência de dados detalhados e dificuldades de acesso à informação dificultam a atuação dos conselhos de acompanhamento e controle social, comprometendo a transparência da gestão.

Dessa forma, se torna evidente que a atuação contínua e articulada dos órgãos de controle externo e interno como os Tribunais de Contas, o Ministério Público e as Controladorias Municipais, aliadas a uma participação ativa, informada e engajada da sociedade civil, é essencial para garantir a correta alocação e utilização dos recursos públicos destinados à educação básica. A consolidação de uma cultura de controle social eficaz depende, portanto, não apenas de normativas e instrumentos legais, mas também de uma prática cidadã permanente, voltada à defesa do direito à educação de qualidade e ao uso responsável do dinheiro público.

2.2 Levantamento de dados sobre o IDEB antes e depois da implementação de ações financiadas pelo FUNDEB

Figura 1: Evolução do IDEB em Pedreiras (MA)



Com base nos dados disponíveis na Secretaria de Educação, observa-se a seguinte evolução do IDEB em Pedreiras/MA de 2015 a 2023. Ele destaca uma tendência de crescimento tanto nos anos iniciais quanto nos finais do ensino fundamental, especialmente após a implementação de ações educativas financiadas pelo FUNDEB.

2.2.1 Análise da Evolução do IDEB em Pedreiras/MA (2015–2023)

Entre os anos de 2015 e 2023, o município de Pedreiras, localizado no estado do Maranhão, apresentou uma evolução significativa nos índices do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do ensino fundamental. O crescimento sustentado dos indicadores educacionais está diretamente relacionado à implementação de políticas educacionais estruturadas, com destaque para as ações financiadas pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

- **Avanços observados:**
 - Melhoria progressiva dos indicadores: Os dados apontam um crescimento constante: nos anos iniciais, o IDEB passou de 4,2 em 2015 para 5,5 em 2023. Nos anos finais, a evolução foi de 3,6 para 4,5 no mesmo período. Esses números evidenciam ganhos reais em rendimento escolar e aprendizagem dos alunos da rede pública municipal.
- **Investimentos com recursos do FUNDEB:** O financiamento proporcionado pelo FUNDEB possibilitou:
 - A ampliação do quadro de professores efetivos e capacitados;
 - Reformas em unidades escolares, garantindo melhores condições de ensino e aprendizagem;
 - A implantação da “Operação Mais IDEB”, voltada ao reforço pedagógico;
 - A oferta de formação continuada para os docentes, promovendo boas práticas pedagógicas.
- **Gestão escolar mais eficiente:** Observou-se um maior planejamento por parte da Secretaria Municipal de Educação, com metas definidas, monitoramento constante do desempenho estudantil e maior articulação entre escolas, famílias e gestão pública.

- **Desafios persistentes**

- **Baixo desempenho nos anos finais:** Apesar da evolução positiva, os anos finais do ensino fundamental ainda não atingem as metas estabelecidas, sendo afetados por fatores como defasagem idade-série, evasão escolar e complexidade curricular.
- **Desigualdade entre escolas:** A evolução dos indicadores não se apresenta de forma homogênea. Algumas escolas ainda carecem de infraestrutura adequada, profissionais especializados e recursos pedagógicos.
- **Fatores socioeconômicos:** A realidade socioeconômica das famílias impacta diretamente o desempenho escolar, exigindo ações intersetoriais entre educação, assistência social e saúde.

A experiência de Pedreiras/MA demonstra que investimentos consistentes e planejados, com apoio do FUNDEB, podem promover melhorias significativas na qualidade da educação pública. Para sustentar e ampliar esses avanços, torna-se essencial: Intensificar as ações voltadas aos anos finais do ensino fundamental; Combater a evasão escolar com políticas eficazes; Valorizar e capacitar continuamente os profissionais da educação; Promover a equidade educacional entre as escolas da rede. Este diagnóstico reforça a importância do planejamento estratégico e do financiamento público para a transformação da realidade educacional em contextos municipais.

2.3 Revisão sistemática do FUNDEB no Brasil, Maranhão e Regional Pedreiras

Diversos estudos analisam o impacto do FUNDEB na educação básica brasileira, destacando avanços na distribuição de recursos e na valorização dos profissionais da educação. Entretanto, apontam desafios relacionados à gestão eficiente e à fiscalização dos fundos, especialmente em municípios com menor capacidade administrativa. A literatura enfatiza a importância do controle social e da transparência na aplicação dos recursos para garantir a efetividade do fundo.

A dissertação de Siloah Jesseni Gomes Alves, intitulada “Controle social na política de financiamento da educação: uma análise da atuação do conselho do FUNDEB no município de Imperatriz/MA” (2022), defendida na Universidade Federal do Maranhão, analisa a atuação do Conselho do FUNDEB como instrumento de controle social dos recursos da educação. O estudo, de abordagem qualitativa, conclui que, embora o conselho tenha potencial para

contribuir para o controle social, enfrenta desafios como a falta de capacitação dos conselheiros e limitações na efetividade de suas ações.

A dissertação de Clareana Maria Guimarães Franco, intitulada "Reflexão sobre a aplicação do FUNDEB na Educação Básica de Pedreiras/MA entre os anos de 2020 e 2022" (2024), defendida na Universidade Federal do Tocantins, investiga a aplicabilidade do FUNDEB nas escolas municipais de Pedreiras. Utilizando metodologias qualitativa e quantitativa, o estudo observa melhorias na infraestrutura escolar e nos salários dos profissionais da educação. No entanto, destaca que o crescimento educacional foi limitado no período analisado e que a administração pública local exerce grande influência na destinação dos recursos, podendo alocá-los conforme prioridades interpretativas, mesmo diante das diretrizes legais estabelecidas.

Com base na análise dos trabalhos acadêmicos mencionados e da literatura mais ampla sobre o FUNDEB, é possível identificar um panorama complexo e multifacetado sobre a aplicação e os efeitos desse fundo na educação básica brasileira. Esses estudos revelam avanços significativos, mas também evidenciam fragilidades que comprometem a efetividade das políticas públicas educacionais financiadas pelo fundo.

Em primeiro lugar, os trabalhos analisados apontam que o FUNDEB tem desempenhado um papel central na ampliação do financiamento da educação básica, promovendo uma distribuição mais equitativa dos recursos entre os entes federativos e contribuindo para a valorização dos profissionais da educação, especialmente em municípios historicamente subfinanciados. A dissertação de Clareana Franco, por exemplo, evidencia melhorias concretas na infraestrutura escolar e nos salários dos educadores em Pedreiras/MA, resultado direto dos repasses do FUNDEB.

Por outro lado, persistem desafios estruturais e operacionais que limitam o pleno alcance dos objetivos do fundo. A literatura e os estudos de caso apontam deficiências na gestão e na fiscalização dos recursos, frequentemente agravadas pela baixa capacidade administrativa dos municípios e pela interferência de interesses políticos locais. A pesquisa de Siloah Gomes Alves, centrada na atuação do Conselho do FUNDEB em Imperatriz/MA, mostra que, embora os conselhos tenham um papel estratégico como instrumentos de controle social, eles ainda enfrentam obstáculos como a falta de capacitação dos conselheiros, a escassez de dados acessíveis e a limitada autonomia frente à administração pública.

Essas análises reforçam a necessidade de fortalecer os mecanismos de transparência, capacitação e participação social. O controle social efetivo não pode se resumir à existência formal de conselhos, mas requer a formação continuada de seus membros, o acesso a

informações claras e detalhadas, além de uma cultura institucional que valorize a escuta e o acompanhamento cidadão.

Os estudos revelam que o FUNDEB representa um avanço importante para a educação brasileira, mas sua efetividade depende diretamente da capacidade de gestão local, da transparência na alocação dos recursos e do fortalecimento das instâncias de controle social. A consolidação dessas dimensões é crucial para que o fundo cumpra seu papel não apenas como instrumento de financiamento, mas como política estruturante para a equidade e a qualidade na educação básica.

A análise dos trabalhos acadêmicos revela que, embora o FUNDEB tenha contribuído para avanços na educação básica, persistem desafios relacionados à gestão dos recursos e à efetividade do controle social, especialmente em contextos municipais como os do Maranhão e da região de Pedreiras. A capacitação dos conselheiros, a regularidade das reuniões dos conselhos do FUNDEB e a transparência na aplicação dos recursos são aspectos cruciais para o fortalecimento da política de financiamento da educação básica no Brasil.

A gestão do FUNDEB em Pedreiras apresenta avanços na transparência e na estrutura institucional, com a disponibilização de documentos oficiais e a atuação de conselhos de controle social. No entanto, persistem desafios relacionados à efetividade da aplicação dos recursos e à superação de irregularidades apontadas por órgãos de controle externo. A participação ativa da sociedade civil e o fortalecimento dos mecanismos de fiscalização são essenciais para assegurar a correta utilização dos recursos destinados à educação básica no município.

A Prefeitura de Pedreiras disponibiliza informações sobre o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACCS-FUNDEB) e outros conselhos municipais no Portal da Transparência. Esses conselhos são fundamentais para a fiscalização e acompanhamento da aplicação dos recursos do FUNDEB, promovendo a transparência e a participação social na gestão educacional.

2.4 Lugares da pesquisa

A presente pesquisa foi desenvolvida no município de Pedreiras, localizado no estado do Maranhão, com foco específico no sistema público de ensino municipal e nos setores diretamente envolvidos com a gestão e aplicação dos recursos do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). A Regional de Pedreiras apresenta características socioeconômicas típicas de

regiões interioranas do Nordeste brasileiro, possui uma rede de escolas públicas municipais que desempenham papel fundamental no atendimento educacional de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

O estudo foi realizado em quatro escolas municipais selecionadas aleatoriamente, com base na proposta de amostragem não probabilística por conveniência e representatividade geográfica, conforme sugerem Gil (2019) e Severino (2017). A seleção buscou contemplar diferentes realidades escolares (escolas urbanas e rurais, de pequeno e médio porte) a fim de obter uma visão mais abrangente do contexto educacional de Pedreiras.

As escolas escolhidas são unidades de ensino da Educação Básica, atendendo aos anos iniciais e finais do ensino fundamental. A escolha da amostragem aleatória foi feita respeitando critérios mínimos de funcionamento regular, diversidade de contexto geográfico e acessibilidade à comunidade escolar.

Além das escolas, também foram investigados órgãos setoriais da Secretaria Municipal de Educação, com destaque para os responsáveis pela execução financeira, planejamento orçamentário e controle de recursos vinculados ao FUNDEB. Nessa perspectiva, o estudo contempla a análise de práticas gestoras, fluxos de distribuição de recursos e mecanismos de transparência e controle social.

Como apontam Lück (2009) e Cury (2010), a compreensão dos processos educacionais no espaço público requer que a pesquisa considere os múltiplos atores e instâncias envolvidos — desde o nível central da gestão pública municipal até os espaços escolares onde os recursos efetivamente impactam o cotidiano educacional.

A inserção nos espaços educacionais do município de Pedreiras se justifica pela necessidade de compreender como os recursos do FUNDEB se traduzem (ou não) em melhorias reais nas condições de ensino-aprendizagem, valorização dos profissionais e infraestrutura das escolas. Para Yin (2016), a escolha dos locais da pesquisa deve estar associada à possibilidade de coleta rica de dados, favorecendo a triangulação entre fontes documentais, falas dos sujeitos e observações diretas.

Além disso, a aproximação com as unidades escolares permite examinar a efetividade da política pública educacional na ponta do sistema, como defendem Dourado e Oliveira (2009), quando analisam os efeitos do financiamento da educação nos municípios brasileiros.

2.5 Instrumentos de recolha de dados

Para compreender a gestão e a aplicação dos recursos do FUNDEB na Regional de Pedreiras/MA, optamos pela utilização de múltiplos instrumentos de coleta de dados, em consonância com os princípios da pesquisa quantitativa e qualitativa. A escolha por essa diversidade metodológica está fundamentada na necessidade de captar a complexidade do fenômeno estudado a partir de diferentes fontes de evidência, como recomendam Yin (2016) e Stake (2011) e dados numéricos e estatísticos que referendem nossa pesquisa.

- *Observação direta*

A observação foi utilizada como instrumento fundamental para a imersão no cotidiano das escolas e das instâncias administrativas da educação municipal. Conforme Flick (2018), observar diretamente os espaços e as interações institucionais permite identificar aspectos que muitas vezes não são verbalizados pelos sujeitos, mas que revelam práticas, rotinas e dinâmicas relevantes à compreensão do fenômeno.

A observação favoreceu o reconhecimento das condições físicas das escolas, das relações entre os profissionais da educação, da presença (ou ausência) de materiais didáticos e da aplicação prática dos recursos provenientes do FUNDEB.

- *Análise documental*

A recolha e análise de documentos oficiais — como prestações de contas, relatórios orçamentários, atas de reuniões do CACS-FUNDEB, planos de aplicação e indicadores educacionais — permitiram a construção de uma base objetiva de dados sobre a gestão do fundo. Para Cellard (2008), os documentos são fontes primárias essenciais na pesquisa qualitativa, pois refletem decisões institucionais, diretrizes políticas e formas de controle e transparência administrativa.

Essa análise documental permitiu confrontar os discursos institucionais com a prática, bem como identificar eventuais lacunas entre o que é planejado e o que é efetivamente executado.

- *Aplicação de questionários*

A aplicação de questionários semiestruturados aos profissionais da educação (gestores escolares, professores e técnicos da Secretaria de Educação) teve como finalidade captar percepções, conhecimentos e experiências relacionadas ao uso do FUNDEB. De acordo com

Gil (2019), os questionários são instrumentos eficazes para a coleta de dados junto a um número maior de participantes, possibilitando maior alcance de informações e comparabilidade entre respostas.

Os questionários aplicados buscaram explorar temas como valorização profissional, infraestrutura escolar, formação continuada e participação no controle social dos recursos.

- *Entrevistas e falas dos sujeitos*

As falas dos sujeitos envolvidos no processo — especialmente gestores escolares, técnicos da área financeira e membros do conselho do FUNDEB — foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas, que permitiram aprofundar aspectos subjetivos e compreender os sentidos atribuídos às ações administrativas. Segundo Minayo (2022), ouvir os sujeitos em seus contextos sociais e profissionais permite à pesquisa qualitativa captar a riqueza de significados que sustentam as práticas e políticas educacionais. Essas falas foram fundamentais para entender as tensões, os desafios e as estratégias enfrentadas na aplicação dos recursos públicos voltados à educação básica municipal.

A triangulação entre observação, análise documental, questionários e entrevistas proporcionou maior robustez e confiabilidade à pesquisa, como defendem Denzin e Lincoln (2018). A combinação desses instrumentos permitiu não apenas a obtenção de dados descritivos, mas também analíticos e interpretativos, fundamentais para compreender o alcance e os limites da política de financiamento da educação por meio do FUNDEB em nível local.

2.6 Instrumentos de análise dos dados

A análise dos dados é uma etapa essencial na construção do conhecimento científico, pois permite transformar informações brutas em compreensão sistematizada do fenômeno investigado. Nesta pesquisa, que adota predominantemente a abordagem qualitativa, os instrumentos de análise dos dados desempenham um papel central na interpretação das evidências empíricas sobre a gestão do FUNDEB em Pedreiras/MA.

Os dados qualitativos obtidos por meio de observações, entrevistas, falas dos sujeitos e documentos foram analisados a partir de procedimentos que visam à identificação de padrões, categorias temáticas e sentidos atribuídos pelos participantes. Segundo Bardin (2016), a análise de conteúdo é uma das principais técnicas de sistematização na pesquisa qualitativa, permitindo organizar, codificar e interpretar os dados de maneira criteriosa e fundamentada.

A análise de conteúdo utilizada neste estudo segue três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Essa metodologia possibilita que as falas dos sujeitos, os registros institucionais e os dados observacionais sejam compreendidos em sua profundidade, respeitando o contexto em que foram produzidos.

Conforme Flick (2018), “na análise qualitativa, o objetivo não é quantificar, mas compreender o fenômeno em sua complexidade”, razão pela qual é indispensável lançar mão de instrumentos que permitam a leitura crítica e reflexiva dos dados coletados.

Os documentos oficiais, como prestações de contas, relatórios financeiros, atas do Conselho do FUNDEB, RREO, Relatórios de Gestão, SIOPE e planos orçamentários, foram analisados à luz da técnica de análise documental, tal como orienta Cellard (2008). Essa análise permitiu examinar os conteúdos de forma sistemática, cruzando dados oficiais com as informações relatadas pelos participantes da pesquisa.

Além disso, foram considerados dados quantitativos secundários, como indicadores educacionais, valores repassados e gastos com pessoal, os quais foram analisados de maneira complementar à abordagem qualitativa. Para Marconi e Lakatos (2017), a análise quantitativa é útil quando utilizada em conjunto com abordagens qualitativas, especialmente no que se refere à verificação de tendências e mensuração de resultados concretos de políticas públicas.

A integração entre diferentes instrumentos analíticos contribuiu para a triangulação dos dados, aumentando a confiabilidade e a validade da pesquisa. Segundo Denzin e Lincoln (2018), a triangulação metodológica é uma estratégia eficaz para capturar a realidade sob múltiplas perspectivas, ampliando o alcance e a profundidade da análise.

Dessa forma, os instrumentos de análise adotados nesta dissertação possibilitam compreender tanto as estruturas formais da gestão do FUNDEB quanto os impactos percebidos por quem vivencia cotidianamente a realidade educacional do município, articulando aspectos objetivos e subjetivos do fenômeno.

2.7 Os participantes da pesquisa

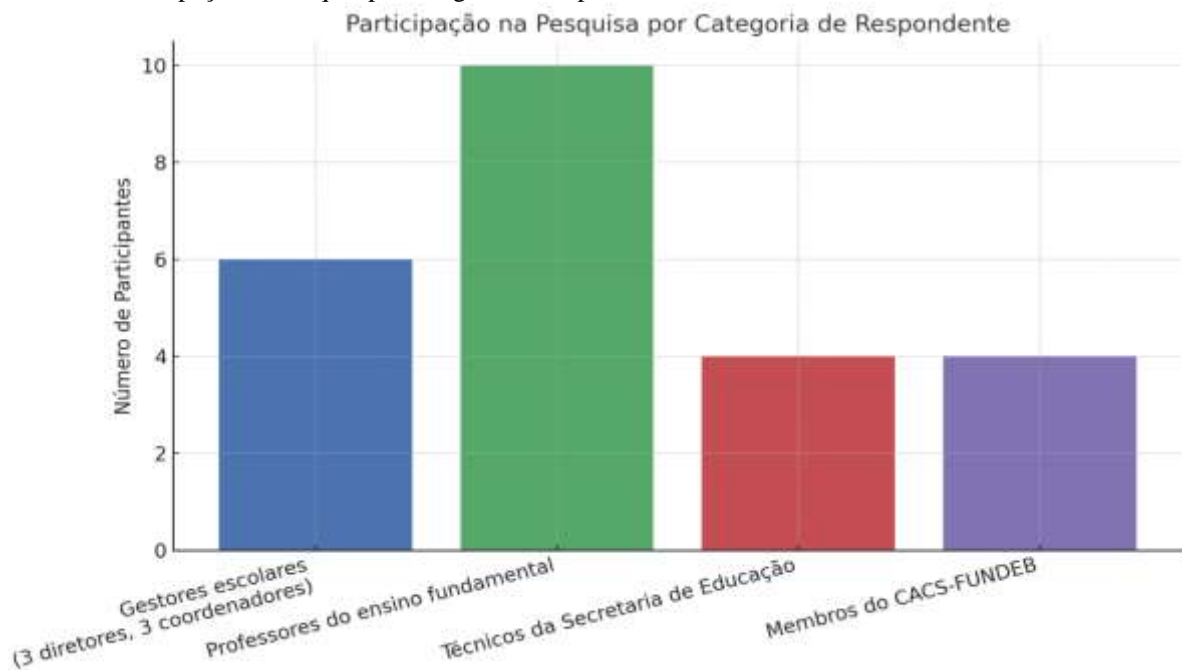
A pesquisa envolveu a participação de diferentes sujeitos sociais vinculados à rede municipal de ensino na Regional de Pedreiras/MA, selecionados intencionalmente conforme sua relação direta com a gestão, aplicação e vivência dos recursos do FUNDEB. A escolha dos participantes considerou a relevância do papel desempenhado por esses atores no processo educacional e buscou garantir a diversidade de perspectivas necessárias à construção de uma análise crítica e aprofundada do objeto investigado.

- *Perfil dos participantes*

Foram incluídos na pesquisa os seguintes grupos:

- Gestores escolares (diretores e coordenadores pedagógicos) de escolas municipais urbanas e rurais;
- Professores do ensino fundamental, atuando nas escolas selecionadas aleatoriamente;
- Técnicos da Secretaria Municipal de Educação, especialmente aqueles das áreas de planejamento, finanças e acompanhamento pedagógico;
- Membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS-FUNDEB), responsáveis pelo controle social e fiscalização dos recursos do fundo.

Gráfico 1: Participação na Pesquisa por categoria de respondente



Fonte: Da autora

Essa diversidade de sujeitos permite, conforme afirma Gatti (2005), uma compreensão mais abrangente do fenômeno educacional, uma vez que cada ator institucional contribui com diferentes níveis de informação, percepção e vivência sobre a realidade escolar e a política de financiamento da educação. Os critérios utilizados para a escolha dos sujeitos incluíram: Experiência profissional mínima de um ano no cargo ou função atual; Atuação direta em escolas atendidas pelo FUNDEB ou em setores administrativos com influência na aplicação dos

recursos; Disponibilidade e consentimento para participar da pesquisa, conforme os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016).

Como destaca Bogdan e Biklen (1994), a seleção dos participantes em pesquisas qualitativas deve considerar sua capacidade de fornecer informações ricas e contextualizadas, não se preocupando com representatividade estatística, mas com profundidade analítica. A escuta dos sujeitos foi orientada por uma abordagem compreensiva, respeitando seus contextos e saberes. Conforme Oliveira (2007), “os sujeitos da educação pública são portadores de experiências e conhecimentos fundamentais para o entendimento das políticas que os afetam”, o que torna sua escuta um ato político e epistemológico. Além disso, a valorização da escuta ativa, mediada por entrevistas e questionários, permite captar os significados atribuídos pelos sujeitos às ações e impactos do FUNDEB, revelando contradições, limites e possibilidades da política em nível local.

A participação dos diferentes segmentos educacionais foi determinante para o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que possibilitou a coleta de informações essenciais por meio de diálogos, aplicação de questionários e realização de entrevistas. Gestores escolares, professores, técnicos da Secretaria Municipal de Educação e membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACCS-FUNDEB) contribuíram significativamente com suas experiências, percepções e conhecimentos sobre a realidade educacional da Região. Essa escuta ativa permitiu compreender com mais profundidade os impactos das ações financiadas pelo FUNDEB, além de revelar desafios e potencialidades que fundamentam as análises apresentadas neste trabalho.

CAPÍTULO 3

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A apresentação dos resultados constitui uma etapa fundamental em qualquer investigação científica, pois é por meio dela que os dados coletados e analisados ganham visibilidade, significado e utilidade. No contexto desta pesquisa, que se debruça sobre a gestão e aplicação dos recursos do FUNDEB no município de Pedreiras/MA, a exposição dos achados permite evidenciar as percepções dos sujeitos envolvidos, os desafios enfrentados e as práticas adotadas na condução dessa política pública educacional.

Conforme Marconi e Lakatos (2017), é na apresentação dos resultados que se materializa a contribuição do estudo para o campo científico, promovendo o diálogo entre teoria e prática e oferecendo subsídios concretos para a reflexão crítica e a tomada de decisões. Além disso, essa etapa proporciona ao leitor a possibilidade de avaliar a coerência entre os objetivos propostos, os métodos utilizados e os dados efetivamente produzidos, o que confere credibilidade e rigor à pesquisa.

3.1 Caracterização geral do universo de amostra

A Regional de Pedreiras, localizada no estado do Maranhão, compreende diversos municípios que enfrentam desafios significativos na oferta de uma educação básica de qualidade. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) tem sido uma das principais fontes de financiamento para esses municípios, desempenhando um papel crucial na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A governança dos recursos do FUNDEB na Regional de Pedreiras é realizada pelo Secretário Municipal de Educação e fiscalizado por meio de Conselhos Municipais de Acompanhamento e Controle Social (CACS-FUNDEB). Esses conselhos são responsáveis por monitorar a aplicação dos recursos, garantindo transparência e eficiência na gestão. Por exemplo, o município de Pedreiras possui um CACS-FUNDEB ativo, com regimento interno estabelecido, conforme informações disponíveis no site oficial da prefeitura .

Os recursos do FUNDEB são utilizados principalmente para:

- **Remuneração dos Profissionais da Educação:** Conforme a legislação vigente, pelo menos 70% dos recursos do FUNDEB devem ser destinados à remuneração

dos profissionais da educação básica em efetivo exercício. Na Regional de Pedreiras, essa diretriz tem sido seguida, contribuindo para a valorização dos docentes e demais profissionais da área. Pedreiras aplicou em 2024, o total de 94,85% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação, conforme RREO.

- **Infraestrutura Escolar:** Parte dos recursos é investida na melhoria da infraestrutura das escolas, incluindo reformas, aquisição de equipamentos e materiais didáticos. Essas ações visam proporcionar um ambiente mais adequado para o processo de ensino-aprendizagem.
- **Formação Continuada:** Investimentos são realizados em programas de formação continuada para os profissionais da educação, buscando aprimorar as práticas pedagógicas e, conseqüentemente, a qualidade do ensino oferecido.

A aplicação dos recursos do FUNDEB tem resultado em diversos avanços na Regional de Pedreiras, tais como:

- **Melhoria na Qualidade do Ensino:** Com investimentos em infraestrutura e formação docente, observa-se uma melhoria na qualidade do ensino oferecido nas escolas municipais.
- **Aumento na Matrícula Escolar:** A ampliação e melhoria das condições das escolas têm contribuído para o aumento das matrículas, especialmente na educação infantil e no ensino fundamental.
- **Valorização dos Profissionais da Educação:** A destinação de recursos para a remuneração e formação dos profissionais tem promovido uma maior valorização da carreira docente na região.

Apesar dos avanços, alguns desafios ainda persistem na utilização dos recursos do FUNDEB na Regional de Pedreiras:

- **Gestão Eficiente dos Recursos:** É necessário aprimorar os mecanismos de planejamento e execução orçamentária para garantir uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis.
- **Transparência e Prestação de Contas:** Fortalecer os processos de transparência e prestação de contas é fundamental para assegurar a correta aplicação dos recursos e a confiança da sociedade.
- **Capacitação dos CACS:** Capacitar e dar acesso aos membros dos CACS para garantir uma fiscalização efetiva da execução dos recursos do Fundeb

A utilização dos recursos do FUNDEB na Regional de Pedreiras tem sido fundamental para o desenvolvimento da educação básica na região. Embora avanços significativos tenham sido alcançados, é imprescindível continuar aprimorando a gestão, a transparência e a equidade na aplicação desses recursos para garantir uma educação de qualidade para todos.

3.2 Tratamento dos dados obtidos junto aos professores

Para aprofundar a compreensão sobre a aplicação dos recursos do FUNDEB em nível local, esta pesquisa realizou um estudo em quatro escolas da rede municipal de ensino da Regional de Pedreiras, selecionadas aleatoriamente entre aquelas que atuam no ensino fundamental e são diretamente beneficiadas pelo FUNDEB, interessante observar que não identificamos o município e nem nomeamos gestores e/ou professores das referidas escolas por questão de ética profissional.

Escola A – Zona Urbana

A primeira escola investigada está localizada na sede de um dos municípios da regional e atende alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental. Com mais de 300 matrículas ativas, a unidade conta com uma equipe gestora estável e um corpo docente formado majoritariamente por professores com formação superior em Pedagogia ou áreas afins.

Os recursos do FUNDEB têm sido utilizados, prioritariamente, para o pagamento da folha salarial dos profissionais da educação, sendo perceptível o esforço da gestão escolar em garantir o cumprimento do piso nacional e em manter os direitos trabalhistas atualizados. Além disso, parte dos recursos destinados à manutenção foi empregada na infraestrutura (aquisição de Mobiliário e Eletrodomésticos), material de expediente e materiais de limpeza e serviços de internet, embora ainda haja carência de investimento em tecnologia e acessibilidade.

Segundo relatos da direção e dos professores, há pouca participação dos profissionais nas decisões sobre a aplicação dos recursos, e o conhecimento sobre o funcionamento do FUNDEB ainda é limitado. A atuação do Conselho Municipal do FUNDEB é percebida de forma distante, restringindo-se à comunicação de documentos enviados pela Secretaria Municipal de Educação.

Escola B – Zona Rural

A segunda unidade escolar observada está situada em uma comunidade rural, com cerca de 120 alunos matriculados. A escola funciona em um prédio simples.

A principal dificuldade relatada se refere à escassez de materiais didáticos e equipamentos para manutenção e funcionamento da referida escola. Embora os salários dos professores estejam em dia, não há investimentos significativos em melhorias e a aquisição de materiais pedagógicos depende, frequentemente, de parcerias locais ou da iniciativa dos próprios docentes.

O envolvimento da comunidade escolar é maior nesta unidade, com presença ativa de pais em reuniões e de membros do conselho escolar que acompanham algumas decisões administrativas. No entanto, a fragilidade técnica da equipe gestora limita a execução de ações mais robustas, especialmente aquelas que dependem de planejamento orçamentário detalhado ou prestação de contas rigorosa.

Escola C – Periferia Urbana

Localizada em um bairro periférico com alta vulnerabilidade social, a Escola C atende cerca de 250 alunos do ensino fundamental. A infraestrutura apresenta condições razoáveis, com salas de aula equipadas minimamente e um laboratório de informática desativado por falta de manutenção. A direção escolar destaca a dependência quase exclusiva dos recursos do FUNDEB para garantir o funcionamento básico da unidade.

Apesar de a folha de pagamento estar regularizada, a manutenção e pequenos investimentos chegam com atraso, o que compromete a realização de ações pedagógicas planejadas. O corpo docente revelou, por meio dos questionários aplicados, frustração com a falta de autonomia financeira da escola, o que dificulta a resolução de demandas urgentes.

O Conselho Escolar atua com limitações e pouca articulação com o CACS-FUNDEB municipal, revelando uma desconexão entre os diferentes níveis de fiscalização e participação.

Escola D – Comunidade rural

A Escola D está situada em uma comunidade rural. Atende pouco mais de 80 alunos da zona rural, em turmas multisseriadas. A unidade enfrenta graves dificuldades com materiais didáticos, ausência de biblioteca e falta de internet.

Apesar das limitações, a escola destaca-se pela forte mobilização da comunidade local, que reivindica melhorias por meio de reuniões. No entanto, essas demandas nem sempre são atendidas devido à burocracia institucional e à centralização das decisões.

A análise comparada entre as quatro escolas permite observar que a equidade na distribuição dos recursos ainda é um desafio concreto, mesmo dentro de uma mesma regional. Além disso, a presença ou ausência de capacidade técnica, autonomia administrativa e

participação social são fatores determinantes para que os recursos do fundo cumpram sua finalidade.

Os recursos do FUNDEB são utilizados quase exclusivamente para o pagamento dos professores e demais profissionais da Educação, concursados e com contratos temporários. De acordo com entrevistas realizadas com membros da equipe gestora, não há formação continuada específica sobre o uso do fundo e a escola não possui plano de aplicação autônoma toda a gestão orçamentária é concentrada na Secretaria Municipal de Educação.

A análise dessas quatro escolas ilustra as desigualdades na utilização dos recursos do FUNDEB dentro de uma mesma regional, refletindo tanto as condições locais quanto a capacidade técnica e política dos gestores envolvidos. A falta de formação continuada específica sobre financiamento educacional e a escassez de mecanismos eficazes de controle social e transparência são elementos recorrentes nos contextos.

Esses casos reforçam a necessidade de qualificação da gestão educacional e do fortalecimento dos conselhos do FUNDEB, para que o fundo possa cumprir de forma mais eficaz sua função de garantir equidade e qualidade na educação pública, conforme preconizado pela legislação brasileira.

Quadro 2: Comparativo entre escolas investigadas da Regional Pedreiras/MA

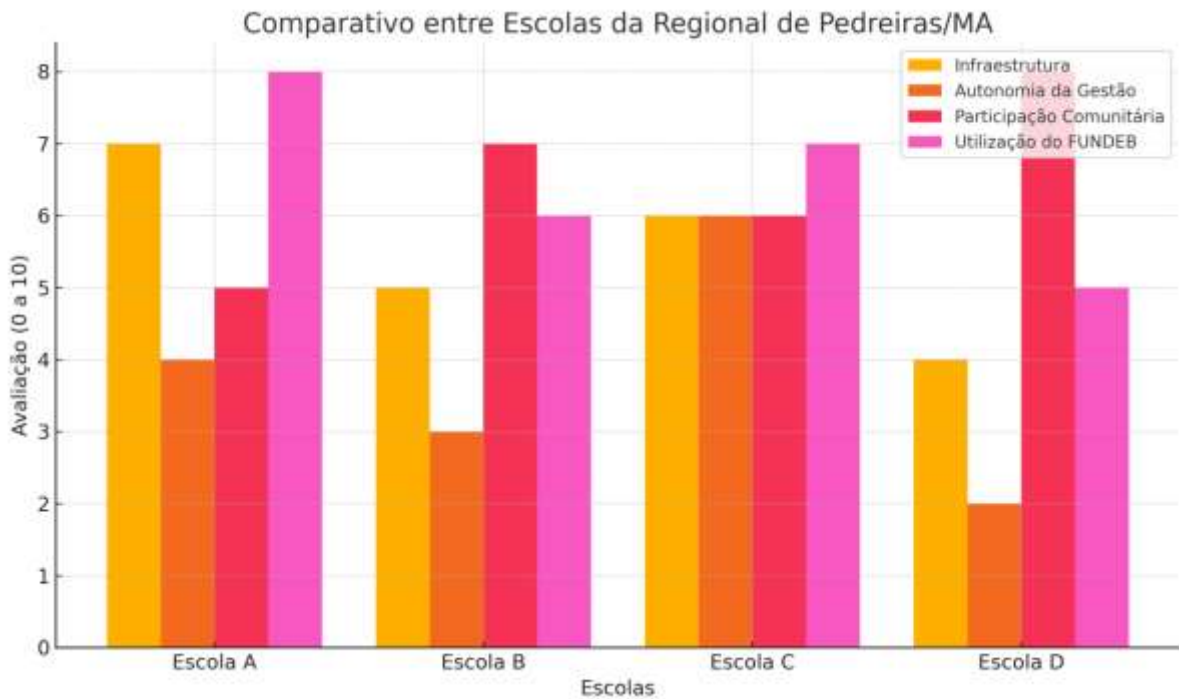
Aspectos	Escola A (Zona Urbana – Sede)	Escola B (Zona Rural)	Escola C (Periferia Urbana)	Escola D (Zona rural)
Número de alunos	Cerca de 300	Aproximadamente 120	Cerca de 250	Cerca de 80
Principais usos do FUNDEB	Pagamento de professores; Mobiliários; eletrodomésticos; materiais	Salários; gastos básicos de manutenção	Salários; manutenção básica	Salários prioritariamente
Condições de infraestrutura	Boa	Prédio simples	Regular, mas com equipamentos desativados	Prédio simples
Participação da comunidade escolar	Baixa	Moderada (pais e conselheiros)	Reduzida; pouca articulação com os conselhos	Alta (mobilização comunitária expressiva)
Conhecimento sobre o FUNDEB	Limitado entre professores e gestores	Muito limitado	Parcial, restrito à direção escolar	Baixíssimo entre professores e comunidade

Atuação do Conselho do FUNDEB	Distante da escola; atuação técnica formal	Distante	Inexpressiva e desconectada da gestão escolar	Inexistente no cotidiano escolar
Desafios identificados	Falta de autonomia sobre uso dos recursos	Falta de formação técnica;	Falta de materiais; pouca transparência	Centralização das decisões; invisibilidade
Potencialidades observadas	Gestão escolar estável; equipe qualificada	Participação da comunidade	Direção comprometida; plano pedagógico ativo	Comunidade engajada; vínculos sociais fortes

Fonte: Pesquisa da autora , 2025

A análise das quatro unidades escolares investigadas na Regional de Pedreiras revela a pluralidade de realidades enfrentadas pela rede pública de ensino, mesmo sob um modelo de financiamento nacional e descentralizado como o FUNDEB. Embora todas as escolas recebam recursos oriundos do fundo, as formas de gestão, aplicação e os impactos observados variam significativamente conforme o contexto socioespacial e a capacidade técnico-institucional local.

Figura 2: Comparativo entre Escolas da Regional de Pedreiras-MA



O gráfico de barras comparativo entre as quatro escolas da Regional de Pedreiras/MA, mostrando os níveis de infraestrutura, autonomia da gestão, participação comunitária e utilização do FUNDEB.

Desigualdades Internas e Capacidade Técnica

A pesquisa evidenciou que escolas localizadas na zona urbana da sede (Escola A) ou em bairros periféricos (Escola C) possuem condições materiais mais favoráveis do que aquelas em áreas rurais (Escolas B e D). Como afirma Saviani (2013), o financiamento da educação pública, para ser justo, deve atender ao princípio da equidade, considerando as desigualdades preexistentes entre territórios e populações.

Essa desigualdade é reforçada pela capacidade de gestão técnica das unidades escolares, especialmente no que tange à elaboração de planos de aplicação de recursos e à prestação de contas. Segundo Oliveira (2021), a falta de formação específica sobre gestão orçamentária e financiamento educacional compromete a eficiência do uso do FUNDEB em muitas redes municipais, o que foi corroborado pelas falas dos gestores entrevistados.

Participação e Controle Social

Outro ponto crítico diz respeito à fragilidade dos mecanismos de participação e controle social, como os Conselhos Escolares e os Conselhos do FUNDEB (CACs). Conforme aponta Cury (2020), a efetiva democratização da gestão educacional passa necessariamente pela valorização dos espaços coletivos de deliberação e fiscalização. No entanto, a distância entre os conselhos e o cotidiano das escolas, relatada em três das quatro unidades analisadas, sinaliza uma disfunção na função fiscalizadora prevista pela legislação.

A exceção foi a Escola D, localizada em comunidade rural, onde há forte mobilização social. Contudo, mesmo nesses casos, a centralização das decisões na Secretaria de Educação e a ausência de formação específica sobre o fundo impedem que essa participação se traduza em influência concreta sobre o orçamento.

Autonomia e Efetividade

As escolas relataram baixa ou nenhuma autonomia para decidir sobre a alocação de recursos do FUNDEB. De acordo com Dourado (2015), a autonomia escolar é um dos pilares para a consolidação de uma gestão democrática, e seu esvaziamento compromete a efetividade dos recursos públicos. Isso se torna mais problemático em contextos onde as necessidades

específicas da escola — como infraestrutura, material pedagógico ou formação docente — não são plenamente compreendidas ou priorizadas pelo nível central da administração.

A análise comparativa permite concluir que o FUNDEB, embora essencial para a sustentação da educação pública no Brasil, não é suficiente por si só para garantir justiça educacional. O fundo depende de outros fatores estruturantes: formação adequada dos gestores, descentralização com responsabilização, e fortalecimento dos mecanismos de participação e transparência.

Em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), é urgente investir em políticas públicas que qualifiquem a gestão local e regional dos recursos educacionais, respeitando as especificidades territoriais e promovendo uma redistribuição mais equitativa dos recursos.

3.3 A Opinião dos gestores, secretários de educação e professores

Procuramos diversificar a aplicação dos questionários a sujeitos que representam os diversos segmentos de gestão da escola e da sala de aula, como gestores, secretários de educação e professores pois entendemos que estes últimos além de gerirem seus espaços de ensino também são implicados nos recursos do FUNDEB. Conforme já dito anteriormente trabalhamos com escolas de locais específicos identificadas como escolas A, B, C, D.

Nesse questionário, além de procuramos identificar o cargo do investigado que poderia ser gestor, secretário, Técnicos ou professor, também procuramos levantar o município e a instituição, embora esta última não vá aparecer em nossa análise final. Dividimos o questionário em partes específicas, a saber: Parte 1 - Conhecimento dos investigados sobre o FUNDEB; Parte 2 - Implementação do FUNDEB na escola; Parte 3 - Redistribuição da Complementação da União; Parte 4 - Desafios e Possibilidades para a Gestão Escolar; Parte 5 - Promoção da Equidade Escolar Redistributiva; Parte 6 - Potencial do novo FUNDEB para reduzir desigualdades; Parte 7 - Comentários e Sugestões do inquirido.

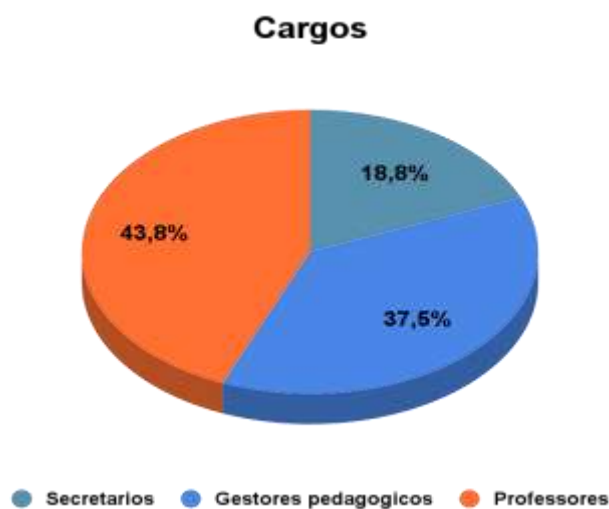
Entendemos que para responder aos nossos objetivos: Analisar os desafios da gestão escolar mediante aplicação dos recursos do FUNDEB nos municípios da Regional de Pedreiras – Médio Mearim -Maranhão/Brasil, precisaríamos analisar a aplicação do FUNDEB com base na fala dos gestores escolares, secretários e professores, sujeitos diretamente implicados no espaço escolar

Assim conseguimos ter no retorno de distribuição dos questionários a três municípios da Regional Pedreiras, totalizando seis questionários de gestores pedagógicos e administrativos;

sete questionários de professores e três questionários de secretários de educação, totalizando dezesseis questionários, uma amostra relativamente possível, em nossa visão.

03 SECRETÁRIOS	18,8%
06 GESTORES PEDAGÓGICOS	37,5%
07 PROFESSORES	43,8%

Gráfico 2: Cargos



Fonte: A pesquisadora

No geral, a pesquisa foi realizada em três localidades que integram a mesma regional de ensino, escolhidas de forma aleatória, e resultou na participação de 18,8% dos(as) secretários(as) de educação, 37,5% dos(as) gestores(as) pedagógicos(as) e 43,8% dos(as) professores(as) identificados durante o processo de investigação. Esses percentuais refletem o nível de engajamento dos diferentes grupos envolvidos, considerando as condições práticas e operacionais da pesquisa. No entanto, é importante destacar que não foi possível realizar um levantamento preciso do número total de escolas e secretarias que compõem a amostra e tampouco o quantitativo exato de sujeitos potencialmente participantes, devido a restrições de tempo e de acesso por parte da pesquisadora.

Essa limitação metodológica decorre principalmente da natureza independente da investigação e da condução direta do trabalho de campo por uma única pesquisadora, que também exerce atividades profissionais paralelas e reside em apenas um dos municípios investigados. Diante dessas condições, a coleta de dados foi realizada com base na disponibilidade espontânea dos sujeitos e no acesso viável às instituições de ensino no período

delimitado para a pesquisa. A ausência de um mapeamento completo da rede municipal de educação nos três territórios impediu a construção de um parâmetro mais preciso da população total e da taxa real de retorno dos instrumentos aplicados.

Para nossa pesquisa os dados obtidos apresentam valor analítico significativo, pois permitem observar tendências, percepções e interpretações distintas sobre a aplicação dos recursos do FUNDEB e seus impactos na educação básica. A amostra coletada oferece indicadores consistentes e coerentes entre os diferentes grupos, permitindo inferências relevantes sobre a realidade educacional local, mesmo com as restrições amostrais.

É importante ressaltar que esse tipo de limitação é comum em pesquisas de campo com recorte regional, especialmente quando conduzidas de forma autônoma, com recursos próprios e prazos reduzidos. O reconhecimento dessas limitações, longe de comprometer a validade da pesquisa, demonstra a responsabilidade ética e metodológica da investigadora, que opta por apresentar os dados com transparência e contextualização.

Para investigações futuras, recomenda-se ampliar o tempo de trabalho de campo, estabelecer parcerias com as secretarias municipais e escolas, e construir, previamente, um levantamento quantitativo mais abrangente da população-alvo. Isso permitirá a elaboração de análises mais comparativas, bem como o cálculo de amostragens mais precisas e estatisticamente representativas.

Gráfico 3: Municípios



Fonte: A pesquisadora

Observamos que a participação dos inquiridos foi maior em Bernardo do Mearim - 87,9% , enquanto que em Lago do Junco e Lago dos Rodrigues só obtivemos 6,3% de taxa de participação dos inquiridos na pesquisa, observando-se uma variação significativa. Essa diferença pode ser explicada, pelo fato de estarmos radicada em Bernardo do Mearim, o que naturalmente favoreceu o acesso direto aos participantes e fortaleceu o vínculo com as instituições e profissionais da educação locais.

A presença física da investigadora no município de Bernardo do Mearim possibilitou um acompanhamento mais próximo da coleta de dados, para esclarecimento de dúvidas, agilidade na devolução de questionários, além de um ambiente de confiança e colaboração construído ao longo do tempo. Esses fatores são fundamentais em pesquisas de campo, especialmente quando envolvem sujeitos da área da educação, que muitas vezes enfrentam rotinas intensas e múltiplas demandas.

Nos demais municípios, a distância física e institucional representou uma limitação para o engajamento dos participantes. A ausência de uma presença constante da pesquisadora pode ter dificultado a mobilização dos sujeitos, o acompanhamento da aplicação dos instrumentos e o reforço da importância da pesquisa. Ademais, pode ter havido barreiras logísticas, comunicacionais e institucionais, que reduziram o alcance e a eficácia da coleta de dados nessas localidades.

É importante destacar que essa desigualdade de participação não compromete a validade dos dados obtidos, mas sim reflete os desafios comuns a pesquisas que abrangem múltiplos territórios com diferentes níveis de acesso e envolvimento institucional. A experiência em Bernardo do Mearim, por outro lado, reforça a importância da proximidade entre pesquisador(a) e campo de investigação, especialmente em estudos qualitativos e quantitativos que dependem do engajamento dos sujeitos para a construção de análises mais robustas.

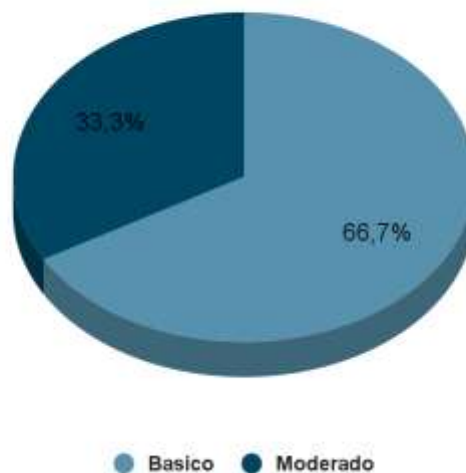
Assim, a diferença nas taxas de participação entre os municípios deve ser compreendida à luz do contexto da pesquisa, das condições de presença territorial da investigadora, e da dinâmica específica de cada rede municipal. Para futuras etapas ou investigações similares, recomenda-se o fortalecimento de parcerias institucionais e estratégias de comunicação para ampliar a representatividade e o alcance da coleta de dados nos demais territórios envolvidos dos e inquiridos.

3.4 Dos dados coletados

3.4.1 Parte 1 - Conhecimento sobre o FUNDEB

Gráfico 4: Conhecimento sobre o FUNDEB 2021 na percepção dos secretários

Como você avalia seu conhecimento sobre o FUNDEB 2021



Fonte: A pesquisadora

Perguntamos inicialmente aos secretários como avaliavam seus conhecimentos sobre o FUNDEB 2021 e 33,3% responderam que tinham um conhecimento básico e 66,7% um conhecimento moderado. Em sendo 03 secretários, podemos deduzir que um deles considerou ter um conhecimento básico e outros dois um conhecimento moderado. O que podemos inferir como sendo pouco conhecimento.

A diferença entre um conhecimento básico e um conhecimento moderado está relacionada ao nível de profundidade e à capacidade de compreensão e aplicação do conteúdo por parte do indivíduo. O conhecimento básico é aquele que envolve a familiaridade inicial com um tema. A pessoa reconhece termos, identifica conceitos principais e entende noções gerais, mas ainda depende de orientação para realizar tarefas relacionadas ao assunto. Nesse nível, o entendimento é limitado a informações essenciais e a situações muito comuns.

Já o conhecimento moderado representa um grau mais avançado de domínio. A pessoa compreende não apenas os conceitos fundamentais, mas também consegue estabelecer relações entre eles, interpretar informações com maior autonomia e aplicar o conhecimento em diferentes contextos. Nesse estágio, é possível explicar processos com alguma profundidade,

fazer comparações, identificar causas e consequências e tomar decisões simples baseadas nesse saber.

Portanto, enquanto o conhecimento básico é caracterizado pela superficialidade e pela dependência de apoio externo, o conhecimento moderado demonstra uma compreensão mais sólida e uma capacidade crescente de atuação independente.

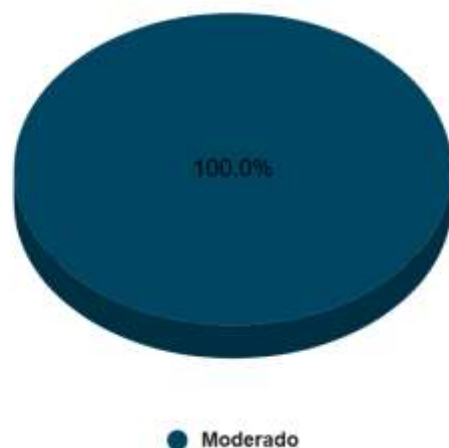
Esse resultado revela que, mesmo entre secretários educacionais diretamente envolvidos com a execução e o acompanhamento dos recursos do FUNDEB, o domínio sobre o tema ainda é limitado. As respostas indicando um conhecimento básico e/ou moderado reforça a ideia de que há lacunas na formação e na compreensão técnica dos aspectos legais, operacionais e pedagógicos do novo FUNDEB (vigente desde 2021).

Portanto, pode-se inferir que o nível geral de conhecimento entre os secretários é insuficiente para garantir uma gestão plenamente eficaz e estratégica dos recursos do fundo, o que evidencia a necessidade de ações formativas contínuas e mais aprofundadas voltadas à capacitação desses profissionais.

Em relação aos sujeitos gestores quando perguntamos como avaliam seu conhecimento sobre o FUNDEB 2021, obtivemos destes 100% de conhecimento moderado ou seja um grau mais avançado que o básico dos secretarios, conforme se apresenta o quadro a seguir:

Gráfico 5: Conhecimento sobre o FUNDEB 2021 na percepção dos gestores

Como você avalia seu conhecimento sobre o FUNDEB 2021



Fonte: A pesquisadora

A mesma pergunta feita aos secretários, foi feita aos gestores e eles responderam que o conhecimento que possuem é moderado. Essa autopercepção pode indicar que os gestores,

apesar de não lidarem diretamente com a elaboração orçamentária ou repasses de recursos, têm algum grau de envolvimento ou interesse nas políticas de financiamento da educação, especialmente no que diz respeito à aplicação dos recursos em suas unidades escolares.

A diferença entre as respostas dos secretários municipais de educação (onde um se declarou com conhecimento básico e dois com conhecimento moderado) e dos gestores escolares (todos com conhecimento moderado) pode ser explicada por diversos fatores: Distanciamento técnico dos secretários: Em alguns municípios, os secretários de educação podem exercer funções mais político-administrativas, delegando a análise técnica de políticas como o FUNDEB para assessores e técnicos da secretaria. Isso pode levar a um menor aprofundamento individual do secretário sobre os aspectos específicos do novo FUNDEB. Vivência direta dos gestores com os impactos do FUNDEB: Gestores escolares sentem diretamente os efeitos da distribuição de recursos em suas escolas — na contratação de professores, na manutenção da unidade, no recebimento de materiais e no planejamento pedagógico. Essa vivência prática pode levá-los a buscar mais informações e, por isso, considerar que possuem um conhecimento moderado, ainda que esse conhecimento seja parcial ou empírico.

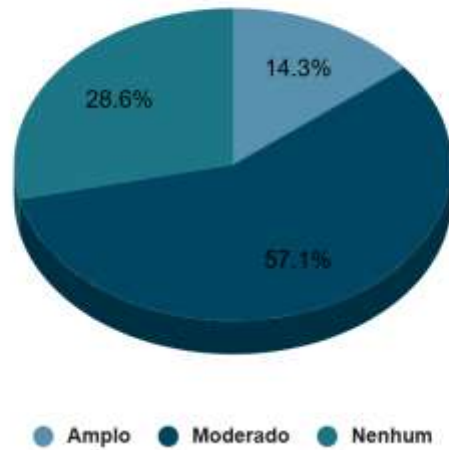
Formação e acesso à informação: Pode haver também uma diferença na formação continuada entre os dois grupos. Muitos gestores participam de formações promovidas por programas federais, estaduais ou redes de apoio técnico que abordam a gestão escolar e o financiamento da educação, o que contribui para um conhecimento mais aplicado. Autopercepção e critérios subjetivos: A forma como os profissionais interpretam as categorias "básico", "moderado" e "avançado" também pode variar. Os gestores podem considerar que seu conhecimento "moderado" se refere ao entendimento prático do uso dos recursos, enquanto os secretários podem estar considerando aspectos mais técnicos e normativos ao avaliar seu próprio conhecimento.

Essa lacuna entre os dois grupos evidencia a necessidade de formações mais integradas e alinhadas entre os diferentes níveis de gestão educacional. A compreensão adequada do FUNDEB por todos os envolvidos é essencial para uma gestão mais eficiente, transparente e equitativa dos recursos da educação básica.

Quanto aos professores que foram os sujeitos por último inquiridos em sequência, as respostas incluíram: conhecimento amplo; moderado e nenhum conhecimento.

Gráfico 6: Conhecimento sobre o FUNDEB 2021 na percepção dos professores

Como você avalia seu conhecimento sobre o FUNDEB 2021



Fonte: A pesquisadora

Os dados nos revelam uma tríade de percepções entre os professores quanto ao conhecimento sobre o FUNDEB, o que pode ser explicado por diferentes fatores:

- Ausência de formação específica sobre o tema, pois, a formação inicial dos professores costuma priorizar conteúdos pedagógicos, deixando de fora aspectos ligados à gestão de recursos e financiamento da educação.
- A falta de oportunidades para discutir o FUNDEB nas formações continuadas contribui para o desconhecimento de alguns docentes.

Os professores que afirmaram ter amplo conhecimento podem ter buscado, por iniciativa própria, compreender o funcionamento do FUNDEB, seja por interesse em políticas públicas, seja por participação em conselhos escolares, sindicatos ou estudos acadêmicos. A Falta de diálogo entre gestão e sala de aula: O fato de um professor afirmar não ter nenhum conhecimento sobre o FUNDEB indica que, em algumas escolas, os debates sobre financiamento e uso dos recursos ainda não chegam à equipe docente de forma clara e participativa. Isso evidencia uma lacuna na gestão democrática.

A maioria dos professores (57,1%) declarou possuir um conhecimento moderado, o que pode estar relacionado à experiência prática com os impactos do FUNDEB no cotidiano escolar — como na infraestrutura da escola ou nas condições de trabalho — sem, no entanto, dominar os aspectos legais, operacionais ou de distribuição do fundo.

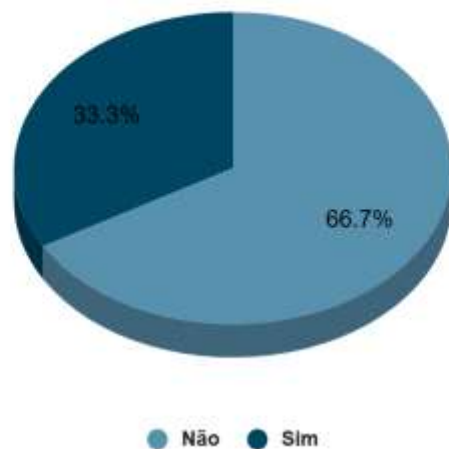
Os dados mostram que, entre os professores, há uma compreensão parcial e desigual sobre o FUNDEB. Embora alguns demonstrem um envolvimento mais profundo, a maioria

apresenta um conhecimento intermediário e, em menor número, há casos de desconhecimento total. Esse panorama reforça a necessidade de incluir temas como financiamento da educação nos espaços de formação docente e nos planejamentos coletivos da escola, de forma a ampliar a participação dos professores nas discussões sobre a gestão educacional.

A pergunta seguinte tem o propósito de complementar e, sobretudo, esclarecer a anterior. Cabe destacar que, ao longo da análise, será mantida uma sequência fixa nas respostas: secretários, gestores e professores. Essa escolha se justifica pelo entendimento de que o FUNDEB, sendo um programa com forte caráter técnico-administrativo, demanda maior familiaridade e compreensão por parte dos secretários municipais de educação. Em nossa perspectiva, essa lógica hierárquica se estende aos gestores escolares e, posteriormente, aos professores.

Gráfico 7: Formação/informação sobre mudanças do FUNDEB – secretários

Você recebeu alguma formação ou informação sobre as mudanças do FUNDEB em 2021



Fonte: A pesquisadora

Quando questionados sobre o recebimento de formação ou informação específica a respeito das mudanças no FUNDEB a partir de 2021, 66,7% dos secretários municipais de educação (2 dos 3) afirmaram que não receberam esse tipo de orientação, enquanto apenas 33,3% (1 secretário) declarou que sim, teve acesso a alguma forma de informação ou capacitação sobre as alterações promovidas no programa.

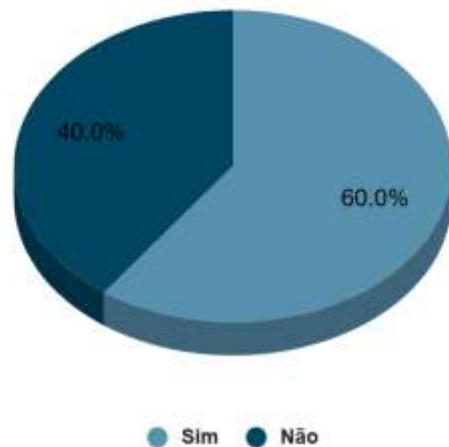
A ausência de formação específica para a maioria dos secretários ajuda a explicar por que nenhum deles afirmou ter um conhecimento avançado sobre o novo FUNDEB. Isso evidencia uma lacuna significativa na qualificação técnica dos gestores educacionais

municipais quanto ao principal instrumento de financiamento da educação básica pública no Brasil

A falta de formações estruturadas e sistemáticas sobre as mudanças implementadas no FUNDEB a partir de 2021 tem impacto direto no grau de compreensão dos gestores. Essa realidade compromete o planejamento, a tomada de decisões e a correta aplicação dos recursos do fundo, apontando para a urgência de políticas de formação continuada voltadas aos profissionais da gestão educacional em nível municipal. A seguir questionamos aos gestores:

Gráfico 8: Formação/informação sobre mudanças do FUNDEB – gestores

Você recebeu alguma formação ou informação sobre as mudanças do FUNDEB em 2021



Fonte: A pesquisadora

Quando questionados sobre o recebimento de formação ou informação específica sobre o FUNDEB 2021, 40% dos gestores afirmaram que não receberam nenhum tipo de formação, enquanto 60% declararam que sim. A principal explicação para essa variação é a ausência de uma política sistemática e equitativa de formação para gestores escolares.

Em muitos municípios, a oferta de formações depende de iniciativas locais ou de convênios esporádicos, o que gera desigualdade no acesso às informações. É comum que informações sobre o FUNDEB sejam repassadas em momentos isolados — como em reuniões administrativas, encontros pedagógicos ou circulares técnicas — e nem todos os gestores participam ou assimilam o conteúdo de forma aprofundada. Isso faz com que alguns considerem que receberam formação, enquanto outros não.

Há também uma variação subjetiva na interpretação da pergunta: alguns gestores podem considerar que apenas cursos formais ou capacitações estruturadas constituem "formação",

enquanto outros incluem qualquer tipo de informação recebida — como palestras, reuniões ou documentos orientadores. A alta rotatividade de diretores e a sobrecarga de funções administrativas podem afastar alguns gestores de processos formativos. Isso explica por que uma parcela deles não teve acesso, ou não se envolveu, em formações específicas sobre o novo FUNDEB.

O fato de 40% dos gestores afirmarem que não receberam nenhuma formação sobre o FUNDEB 2021 revela uma lacuna preocupante, considerando o papel central que exercem na gestão dos recursos escolares. A discrepância nas respostas reforça a necessidade de políticas formativas contínuas, acessíveis e obrigatórias voltadas a todos os gestores escolares, garantindo que estejam preparados para uma gestão eficaz e transparente dos recursos públicos.

Gráfico 9: Formação/informação sobre mudanças do FUNDEB – professores

Você recebeu alguma formação ou informação sobre as mudanças do FUNDEB em 2021



Fonte: A pesquisadora

Todos os professores entrevistados (100%) afirmaram ter recebido algum tipo de formação ou informação sobre o FUNDEB 2021. Esse dado chama atenção, especialmente porque, como vimos anteriormente, entre os secretários houve uma maioria (66,7%) que declarou não ter recebido nenhuma formação específica sobre as mudanças ocorridas no fundo.

A unanimidade nas respostas dos professores quanto ao recebimento de formação ou informação sobre o FUNDEB 2021 pode indicar uma maior aproximação da categoria docente com debates educacionais atuais, além de refletir o impacto direto que esse fundo tem sobre sua realidade profissional. Esse dado contrasta com a falta de formação entre os gestores e secretários e reforça a necessidade de ampliar e institucionalizar o acesso à formação sobre

financiamento da educação para todos os níveis de gestão escolar. Muitos professores, conscientes da relação direta entre o FUNDEB e sua remuneração, condições de trabalho e valorização profissional, têm demonstrado maior interesse em compreender as políticas de financiamento da educação, buscando informações por conta própria ou participando ativamente de debates e formações.

Em algumas redes, os professores participam de formações sobre planejamento escolar, elaboração de projetos pedagógicos ou uso de verbas na escola, momentos em que o FUNDEB pode ser citado como fonte de financiamento, ainda que de forma simplificada e educacional.

3.4.2 Parte 2 - Implementação do FUNDEB na Escola

Gráfico 10: Percepção dos Secretários a distribuição dos recursos FUNDEB

Como você avalia a distribuição dos recursos do FUNDEB 2021 em sua escola/instituição



Fonte: A pesquisadora

Quando questionados sobre como avaliavam a distribuição dos recursos do FUNDEB 2021 em sua escola ou instituição, as respostas foram as seguintes:

- 33,3% dos respondentes consideraram a distribuição eficiente;
- 33,3% disseram que a distribuição é parcialmente eficiente;
- 33,3% não souberam informar, dizendo não saber avaliar.

A falta de transparência na gestão dos recursos do FUNDEB pode ser um dos fatores que levam uma parte dos respondentes a não saberem avaliar a distribuição. Quando os gestores e a comunidade escolar não têm acesso claro e detalhado sobre como os recursos são distribuídos, isso gera dúvidas e falta de informações precisas. Isso é reforçado pela resposta de

33,3% que não souberam informar, indicando uma possível lacuna na comunicação interna ou na acessibilidade das informações.

O conceito de eficiência na distribuição dos recursos pode ser interpretado de maneiras diferentes entre os participantes. Para alguns, "eficiente" pode significar que os recursos foram distribuídos de maneira justa e com impacto positivo nas condições de trabalho ou infraestrutura. Para outros, "parcialmente eficiente" pode indicar que os recursos foram bem utilizados, mas ainda há áreas que precisam de mais investimento ou melhorias.

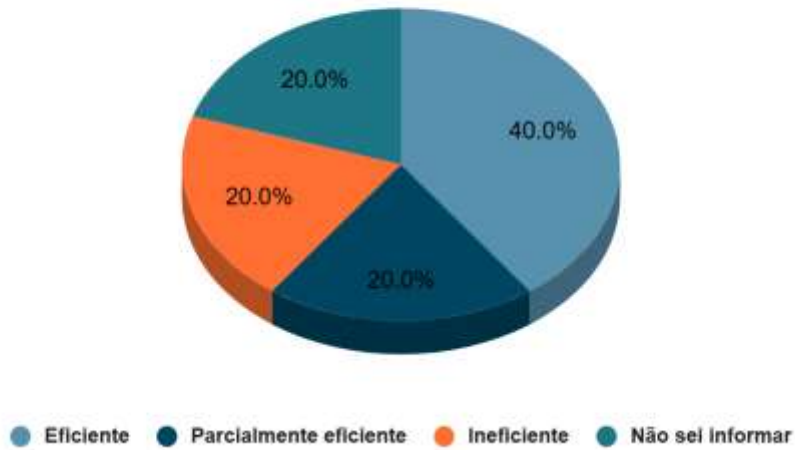
A percepção de eficiência pode variar dependendo das experiências individuais e do impacto direto que os recursos do FUNDEB têm na escola. Alguns podem sentir que as melhorias foram evidentes, enquanto outros percebem que a distribuição foi desigual ou insuficiente. Essa divergência de experiências dentro da mesma instituição é comum em escolas grandes ou com muitas unidades administrativas.

A eficácia da distribuição de recursos pode ser fortemente influenciada por fatores contextuais, como o porte da escola, a realidade financeira local e a forma como os recursos são geridos. Em algumas escolas, as melhorias podem ser claras, como novos materiais pedagógicos, melhorias na infraestrutura ou pagamento de salários; em outras, a gestão pode ser mais desafiadora, resultando em uma avaliação "parcialmente eficiente".

A divisão equitativa das respostas sugere que a avaliação da distribuição dos recursos do FUNDEB 2021 é uma questão complexa e que depende de vários fatores, incluindo a transparência da gestão escolar, a comunicação das ações realizadas e as experiências individuais de cada envolvido na instituição. Para melhorar essa avaliação, seria necessário garantir maior transparência nas práticas de gestão financeira e maior envolvimento da comunidade escolar no acompanhamento e utilização dos recursos.

Gráfico 11: Percepção dos Gestores sobre a distribuição dos recursos FUNDEB

Como você avalia a distribuição dos recursos do FUNDEB 2021 em sua escola/instituição



Fonte: A pesquisadora

O fato de 40% dos gestores considerarem a distribuição eficiente mostra que uma parte significativa deles percebe melhorias ou boa gestão dos recursos do FUNDEB em suas unidades. Esses gestores provavelmente participam mais diretamente do planejamento financeiro da escola, acompanham o uso dos recursos e percebem impactos concretos, como aquisição de materiais, reformas ou valorização profissional.

Os dados evidenciam que a avaliação dos gestores sobre a eficiência da distribuição dos recursos do FUNDEB 2021 é heterogênea e está diretamente relacionada ao grau de participação, de acesso à informação e ao contexto local de cada escola. A ausência de uma visão consensual entre os gestores reforça a necessidade de maior transparência, diálogo entre escolas e secretarias e formação continuada sobre a gestão do financiamento educacional.

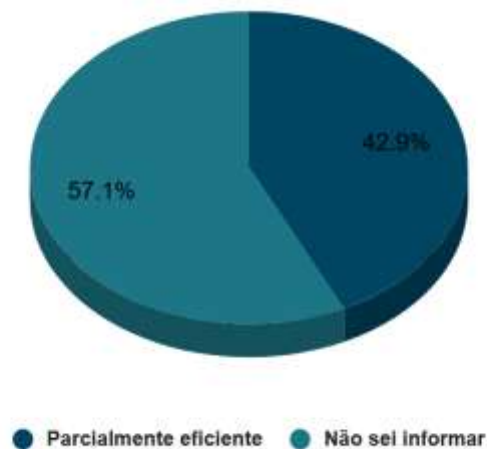
Os dados também refletem a desigualdade no fluxo de informações e na organização da gestão escolar. Em algumas redes, os diretores participam ativamente da construção do plano de aplicação dos recursos; em outras, são apenas executores de decisões superiores, o que prejudica a compreensão do todo e, conseqüentemente, a capacidade de avaliar a eficiência da distribuição.

Os 20% que não souberam informar indicam que nem todos os gestores têm pleno acesso ou domínio das informações sobre a destinação e uso dos recursos. Isso pode ser resultado da centralização da gestão financeira nas secretarias de educação, que nem sempre envolvem as direções escolares nos processos decisórios e orçamentários, ou ainda da ausência de formação adequada sobre o novo modelo do FUNDEB.

Já os 20% que apontaram ineficiência podem estar lidando com realidades específicas em que os recursos não chegam de forma suficiente, ou a gestão municipal apresenta falhas na priorização. Esses problemas podem dificultar ações essenciais na escola, como manutenção predial, aquisição de insumos e equipamentos, levando a uma avaliação negativa.

Gráfico 12: Percepção dos Professores sobre a distribuição dos recursos FUNDEB

Como você avalia a distribuição dos recursos do FUNDEB 2021 em sua escola/instituição



Fonte: A pesquisadora

O elevado percentual de professores que não souberam avaliar a distribuição dos recursos do FUNDEB evidencia uma lacuna entre informação recebida e compreensão real do funcionamento do fundo. Ao mesmo tempo, os que percebem uma eficiência parcial indicam que há sinais positivos, mas também limites na aplicação dos recursos. Essa situação reforça a urgência de formações mais profundas e práticas, além da valorização dos espaços coletivos de gestão democrática nas escolas, para que os professores não sejam apenas informados, mas verdadeiramente participantes do processo de gestão educacional.

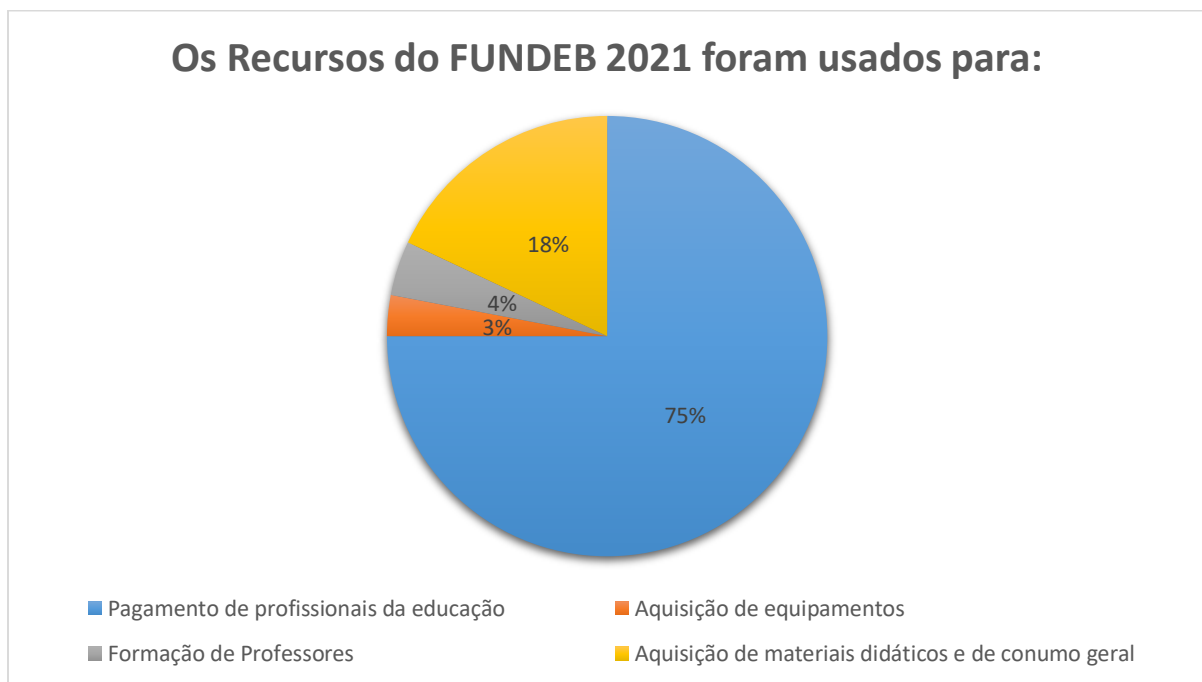
Embora todos os professores tenham declarado que receberam alguma informação ou formação sobre o FUNDEB 2021, esse dado mostra que informação não significa apropriação efetiva. A formação pode ter sido superficial, pontual ou desconectada da realidade da escola, não permitindo que os docentes compreendam de fato como os recursos são distribuídos e aplicados em seu contexto.

A ausência de conhecimento pode decorrer da falta de transparência ou de espaços de debate nas escolas, como conselhos escolares atuantes ou reuniões pedagógicas em que o tema do financiamento seja abordado. Isso reforça a ideia de que a gestão democrática ainda é frágil

em algumas realidades, e que os docentes não são incluídos nos processos decisórios ligados ao uso dos recursos.

Os professores que disseram que a distribuição é “parcialmente eficiente” (42,9%) provavelmente basearam suas respostas na experiência cotidiana, observando a chegada de materiais, reformas pontuais, ou ausência de investimentos em outras áreas. No entanto, como não dominam os aspectos técnicos da distribuição, sua avaliação tende a ser mais intuitiva ou parcial do que baseada em dados

Gráfico 13: Utilização do FUNDEB na percepção dos Secretários



Fonte: A pesquisadora

Ao serem questionados sobre a aplicação dos recursos do FUNDEB no ano de 2021, os secretários dos municípios envolvidos na pesquisa apresentaram a seguinte distribuição: 75% dos recursos foram destinados ao pagamento de profissionais da educação; 3% à aquisição de equipamentos; 4% à formação de professores; 18% à aquisição de materiais didáticos e de consumo em geral. Esses dados permitem uma análise relevante sobre as prioridades e a conformidade da gestão dos recursos com os princípios legais e pedagógicos que orientam o financiamento da educação pública no Brasil.

O primeiro ponto a ser destacado diz respeito ao percentual destinado ao pagamento dos profissionais da educação. De acordo com a legislação vigente, pelo menos 70% dos recursos totais do FUNDEB devem ser aplicados no pagamento de profissionais da educação básica em

efetivo exercício. A resposta dos secretários aponta para uma aplicação média de 75% nessa finalidade. Esse dado, demonstra cumprimento da subvinculação obrigatória, Um ponto que deve ser destacado é o percentual para capacitação de apenas 4%, o que levanta questionamentos sobre a fidedignidade das informações fornecidas. Investir em formação continuada é essencial para garantir que os docentes estejam atualizados com as práticas pedagógicas mais eficazes, em sintonia com os desafios contemporâneos da educação básica. Pode também indicar que parte dos recursos utilizados para esse fim foi financiada por outras fontes orçamentárias, ou ainda que houve falhas no controle e acompanhamento da execução orçamentária.

Apesar desse possível descompasso, é importante reconhecer aspectos positivos nas demais áreas de aplicação dos recursos. O pagamento dos profissionais da educação, que recebeu 75% dos recursos segundo os secretários, é um dos pilares para a melhoria da qualidade do ensino. Investir em formação continuada é essencial para garantir que os docentes estejam atualizados com as práticas pedagógicas mais eficazes, em sintonia com os desafios contemporâneos da educação básica. Esse dado sinaliza uma valorização da profissionalização docente, o que está em consonância com metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024), como a valorização e qualificação dos profissionais da educação.

Outro aspecto positivo refere-se à aquisição de material escolar, também apontada com 18% da aplicação dos recursos. Esse investimento contribui diretamente para o processo de ensino-aprendizagem, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, onde muitos estudantes não têm acesso aos materiais básicos para acompanhar as atividades escolares. Esse tipo de gasto revela sensibilidade por parte das gestões municipais em assegurar condições mínimas de permanência e aprendizagem para os alunos da rede pública.

Já o percentual de 3% destinado à aquisição de equipamentos, embora mais modesto, aponta para uma preocupação com as condições físicas das unidades escolares. Sabendo-se que muitos prédios escolares apresentam precariedades de mobiliários e equipamentos, esse tipo de investimento é crucial para garantir ambientes adequados, e inclusivos. No entanto, o valor relativamente baixo pode indicar limitações orçamentárias ou uma priorização de demandas mais imediatas, como formação e materiais. No entanto este valor equivale ao exigido Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT).

Os dados analisados revelam que os secretários municipais demonstram preocupação com áreas fundamentais para o desenvolvimento da educação pública, como a Remuneração dos Profissionais da educação básica e a aquisição de insumos escolares. No entanto, há um alerta importante no que diz respeito à alocação de recursos para o pagamento de formação

continuada e equipamentos, que embora esteja cumprindo a legislação do , se observa ainda uma grande necessidade de formação dos docentes e de equipamentos nas escolas, que aparece abaixo do mínimo exigido pela legislação, Estes dados demonstra uma necessidade de aplicação nestas áreas com outras fontes de recursos.

Essa situação reforça a necessidade de investimento contínuo na formação técnica e gerencial dos gestores municipais, para que possam planejar, executar e prestar contas dos recursos públicos com mais segurança, eficiência e conformidade legal. Assim, mais do que apenas números, essa análise aponta para o desafio estrutural de fortalecer a gestão democrática e qualificada dos recursos da educação básica, garantindo que o FUNDEB cumpra, de fato, sua missão de promover a equidade, a valorização profissional e a qualidade do ensino nas redes públicas do país.

Gráfico 14: Utilização do FUNDEB na percepção dos Gestores

Os recursos do FUNDEB 2021 foram utilizados para:



Fonte: A pesquisadora

A análise da aplicação dos recursos do FUNDEB 2021, a partir das respostas obtidas junto a secretários municipais e gestores escolares, revela diferenças significativas nas percepções desses dois grupos quanto às prioridades e destinação orçamentária. Enquanto os secretários informaram que os recursos foram utilizados principalmente no pagamento de profissionais da educação. 75% dos recursos foram destinados ao pagamento de profissionais da educação; 3% à aquisição de equipamentos; 4% à formação de professores; 18% à aquisição de materiais didáticos e de consumo em geral. Essa discrepância entre os dados apresentados

por secretários e gestores aponta para dois níveis distintos de envolvimento com os processos de planejamento e execução orçamentária. Os secretários, responsáveis pela gestão centralizada dos recursos em nível municipal, tendem a ter uma visão mais técnica e alinhada aos instrumentos legais e normativos da administração pública. Por outro lado, os gestores escolares, atuando diretamente nas unidades escolares, apresentam uma perspectiva mais prática, voltada para a realidade cotidiana das escolas.

A principal diferença está na categoria "pagamento de serviços", mencionada por 41,7% dos gestores, mas não identificada pelos secretários. Esse dado pode indicar que, para os gestores, a contratação de serviços (como manutenção, transporte escolar, apoio administrativo, terceirizado, entre outros) é percebida como uma despesa relevante, ainda que, do ponto de vista técnico, esses serviços estejam diluídos em diversas rubricas orçamentárias e, nem sempre, sejam diretamente financiados pelo FUNDEB. Isso revela uma possível confusão conceitual sobre a origem e natureza dos recursos utilizados, sugerindo a necessidade de formação continuada para os gestores escolares sobre planejamento financeiro e orçamentário.

Outra diferença significativa aparece na aquisição de material escolar, apontada por 33,3% dos gestores, acima dos 18% indicados pelos secretários. Isso pode indicar uma percepção mais acentuada, por parte das escolas, da importância desses insumos no cotidiano educacional, ou ainda o recebimento efetivo de materiais com impacto direto na rotina das aulas. Já na formação de professores, os gestores indicam 16,7% dos recursos, frente a 4% indicados pelos secretários, o que pode indicar uma distância entre o que é executado pelo FUNDEB na gestão municipal e o que é executado por outras funções — talvez os gestores não percebam diretamente de que fonte de recurso está sendo ofertada as formações e as associem ao uso direto do FUNDEB.

Quanto à infraestrutura escolar, ambos os grupos indicam percentuais baixos: 3% para os secretários e 8,3% para os gestores. Isso pode ser interpretado como uma baixa priorização dessa área, ou reflexo de limitações orçamentárias para obras e melhorias estruturais. Entretanto, pode também revelar um desalinhamento entre as necessidades físicas das escolas e as decisões da gestão municipal, reforçando a importância do diálogo entre os diferentes níveis da administração educacional.

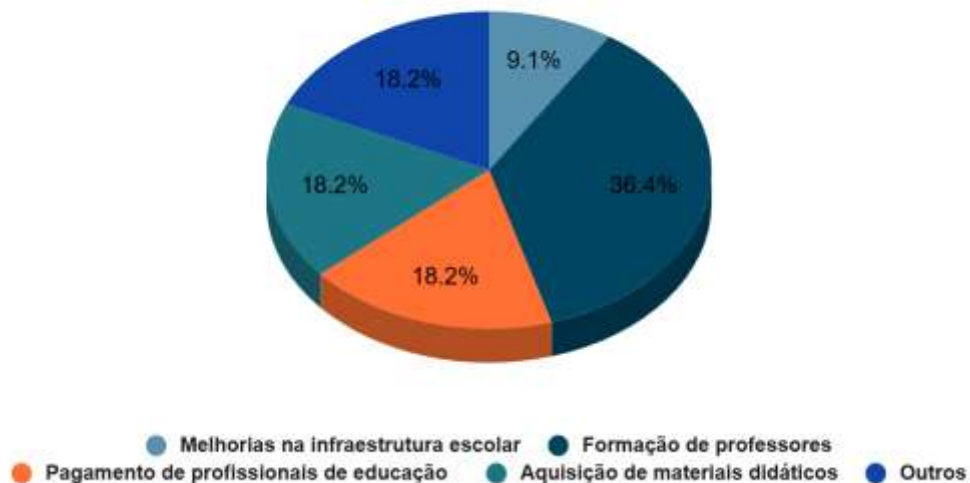
No conjunto, a análise comparativa das respostas mostra que há divergência entre a visão administrativa e a experiência prática da aplicação dos recursos. Enquanto os secretários tendem a se basear em dados técnicos e documentos orçamentários, os gestores escolares falam a partir da experiência concreta das escolas, o que pode gerar percepções distintas sobre as mesmas ações.

Essas diferenças reforçam a importância de processos de gestão democrática e participativa, em que secretários, gestores escolares e demais profissionais da educação possam dialogar e alinhar suas percepções, prioridades e responsabilidades. Também evidencia a necessidade de formação técnica continuada, tanto para os gestores municipais quanto para os escolares, visando o aprimoramento da gestão dos recursos públicos com base em critérios legais, pedagógicos e de equidade social.

Em suma, os dados analisados mostram não apenas diferentes formas de aplicação dos recursos do FUNDEB 2021, mas também distintos olhares sobre o uso desses recursos — um aspecto fundamental para a construção de uma gestão educacional transparente, integrada e orientada à melhoria da qualidade do ensino.

Gráfico 15: Utilização do FUNDEB na percepção dos Professores

Os recursos do FUNDEB 2021 foram utilizados para:



Fonte: A pesquisadora

A análise da aplicação dos recursos do FUNDEB no ano de 2021, a partir das respostas de secretários municipais, gestores escolares e professores, revela diferenças significativas de percepção entre os três grupos envolvidos na gestão e vivência da educação pública. Essas discrepâncias ajudam a compreender não apenas como os recursos foram utilizados, mas também como são percebidos em diferentes níveis da administração educacional.

Segundo os secretários municipais, os recursos do FUNDEB foram aplicados da seguinte forma: 75% no pagamento de profissionais da educação, 4% na formação de professores, 18% na aquisição de material escolar e 3% em melhorias na infraestrutura escolar. Essa distribuição sugere uma atenção relativa à valoinfra estrutura e ao suporte pedagógico,

ainda que o percentual destinado ao pagamento dos educadores esteja acima dos 70% exigidos por lei. Isso pode refletir uma falha na execução orçamentária, desinformação na resposta ou complementação com outras fontes de recursos.

Já os gestores escolares apresentaram uma distribuição um pouco diferente: 41,7% dos recursos teriam sido destinados ao pagamento de serviços (categoria mais ampla que pode incluir pessoal docente, limpeza, segurança, transporte escolar, entre outros), 33,3% à aquisição de material escolar, 16,7% à formação de professores e apenas 8,3% à infraestrutura. Essa visão revela um olhar voltado para as necessidades operacionais imediatas das escolas, como manutenção e funcionamento básico. O destaque ao “pagamento de serviços” pode indicar que os gestores percebem esse tipo de despesa como prioritária, mesmo que nem sempre esteja claramente vinculada aos recursos do FUNDEB, demonstrando possíveis dificuldades na compreensão técnica das fontes de financiamento.

Por sua vez, os professores indicaram 36,4% de uso dos recursos na formação docente, 18,2% no pagamento de profissionais, 18,2% na aquisição de equipamentos e 9,1% na infraestrutura escolar. Essa percepção reforça o impacto direto que as ações formativas tiveram sobre o cotidiano pedagógico em 2021, sendo valorizadas como um investimento real e presente na prática docente. No entanto, chama a atenção o fato de que apenas 18,2% reconheceram os recursos sendo aplicados no pagamento dos profissionais, o que está muito abaixo do valor apontado pelos gestores e secretários. Isso pode ser explicado por uma relativa distância dos professores em relação aos mecanismos orçamentários, fazendo com que não associem diretamente seus vencimentos ao FUNDEB.

As diferenças de percepção entre os três grupos podem ser atribuídas a diversos fatores. Em primeiro lugar, o acesso à informação e a familiaridade com os instrumentos de gestão financeira variam significativamente entre eles. Secretários municipais têm acesso a documentos técnicos, relatórios orçamentários e participam do planejamento estratégico da rede. Gestores escolares acompanham mais de perto a execução dos recursos nas unidades, muitas vezes de forma fragmentada. Já os professores vivenciam os efeitos das políticas de investimento de modo indireto, o que influencia sua forma de interpretar a aplicação dos recursos.

Além disso, há diferenças na forma como cada grupo compreende e nomeia os gastos. Por exemplo, os gestores citam “pagamento de serviços” como principal destino dos recursos, enquanto os secretários detalham categorias como pagamento de pessoal, formação e material escolar. Professores, por sua vez, podem perceber os impactos de uma formação realizada, mas

não necessariamente saber qual fonte a financiou. Essas nuances revelam não apenas divergências de informação, mas também de experiência e prioridade.

Outro fator importante é a falta de processos sistemáticos de comunicação e transparência entre os níveis da administração educacional. A ausência de espaços de diálogo entre secretarias, escolas e professores contribui para a fragmentação da compreensão sobre o uso dos recursos públicos. Isso dificulta a construção de uma cultura de gestão democrática, em que todos os atores estejam envolvidos e conscientes das decisões e investimentos realizados.

Portanto, as discrepâncias identificadas na percepção sobre o uso dos recursos do FUNDEB 2021 apontam para a necessidade urgente de formação continuada em gestão financeira educacional, tanto para os gestores municipais quanto para os escolares e demais profissionais da educação. Mais do que aplicar corretamente os recursos, é fundamental garantir que todos compreendam seus destinos e impactos, fortalecendo a transparência, a participação e a corresponsabilidade na construção de uma educação pública de qualidade.

Gráfico 16: Melhorias na qualidade de ensino após implementação do FUNDEB na percepção dos Secretários

Houve melhorias na qualidade do ensino após a implementação do FUNDEB 2021



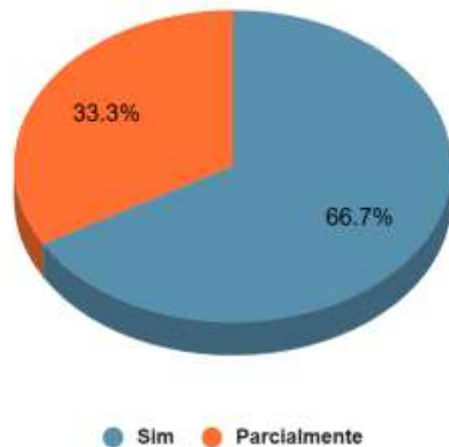
Fonte: A pesquisadora

A partir da análise das respostas dos secretários municipais sobre os impactos do FUNDEB 2021, observa-se que 66,7% afirmaram ter havido melhorias na qualidade do ensino em seus municípios, enquanto 33,3% não souberam informar se houve ou não avanço nesse aspecto. Esses dados revelam tanto percepções positivas quanto fragilidades no acompanhamento e avaliação dos efeitos concretos da política de financiamento educacional.

A maioria dos secretários que reconhece melhorias possivelmente associa esses avanços à ampliação de investimentos em áreas estratégicas, como a formação continuada de professores, aquisição de materiais pedagógicos e pagamento regular de profissionais da educação. A implementação do novo FUNDEB, com regras mais rígidas para a valorização do magistério e um modelo de redistribuição mais equitativo, contribuiu para reduzir desigualdades entre redes municipais e fortalecer a capacidade de gestão local. Esses fatores, quando bem conduzidos, tendem a refletir positivamente no processo de ensino-aprendizagem.

Gráfico 17: Melhorias na qualidade de ensino após implementação do FUNDEB na percepção dos Gestores

Houve melhorias na qualidade do ensino após a implementação do FUNDEB 2021



Fonte: A pesquisadora

Ao serem questionados sobre os efeitos do FUNDEB 2021 na qualidade do ensino, tanto secretários municipais quanto gestores escolares apresentaram percepções similares: 66,7% de ambos os grupos afirmaram que houve melhorias, enquanto 33,3% não souberam informar. Essa convergência de opiniões sugere que, em parte significativa dos municípios analisados, os recursos provenientes do FUNDEB foram percebidos como fatores de impacto positivo na rede pública de ensino.

A percepção de melhoria por parte da maioria dos secretários e gestores pode estar relacionada a ações diretamente apoiadas pelo fundo, como a formação continuada de professores, a aquisição de materiais e equipamentos pedagógicos, e o pagamento regular dos profissionais da educação. Esses elementos contribuem para criar condições mais favoráveis ao ensino-aprendizagem, valorizando os profissionais e fortalecendo o ambiente escolar. Assim,

quando há planejamento e uso adequado dos recursos, os efeitos positivos tendem a ser percebidos tanto na gestão quanto na prática escolar.

Entretanto, o dado de que um terço dos entrevistados, tanto secretários quanto gestores, não souberam informar se houve melhoria aponta para fragilidades importantes no acompanhamento dos resultados das políticas públicas. A ausência de informações sistematizadas, a carência de indicadores locais de qualidade do ensino e a distância entre a execução orçamentária e os resultados pedagógicos tornam difícil estabelecer vínculos objetivos entre os investimentos e os avanços educacionais.

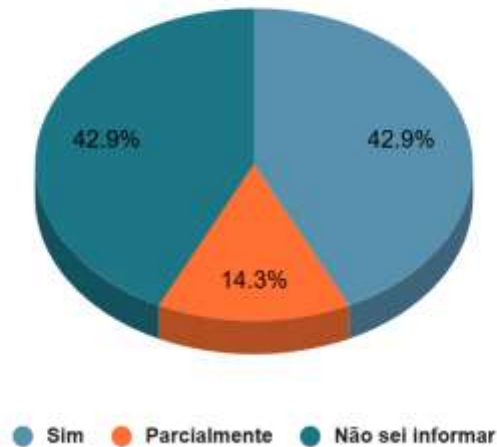
Além disso, o fato de gestores escolares — que atuam diretamente nas escolas e acompanham o cotidiano pedagógico — também não conseguirem avaliar os impactos do FUNDEB na qualidade do ensino é um sinal de alerta. Isso indica que muitos profissionais da gestão escolar ainda não dispõem de ferramentas ou formações adequadas para monitorar e avaliar os efeitos das políticas de financiamento sobre a aprendizagem dos estudantes

Esses dados reforçam a necessidade de integrar a gestão financeira com a gestão pedagógica nas redes públicas de ensino. É essencial que os gestores, em todos os níveis, compreendam que o uso eficiente e transparente dos recursos públicos deve estar articulado com metas de aprendizagem, equidade e permanência escolar. Da mesma forma, é urgente fortalecer a cultura avaliativa nas redes municipais, criando instrumentos de monitoramento que permitam acompanhar de forma sistemática os efeitos dos investimentos na melhoria da educação.

Em síntese, embora a maioria dos secretários e gestores reconheça melhorias na qualidade do ensino após a implementação do FUNDEB 2021, a incapacidade de uma parte considerável dos entrevistados de avaliar esses impactos revela desafios persistentes na gestão educacional. Superar essa lacuna exige formação continuada, transparência, planejamento estratégico e avaliação permanente, para que o FUNDEB cumpra, de fato, sua missão de garantir uma educação pública de qualidade para todos.

Gráfico 18: Melhorias na qualidade de ensino após implementação do FUNDEB na percepção dos Professores

Houve melhorias na qualidade do ensino após a implementação do FUNDEB 2021



Fonte: A pesquisadora

A análise das percepções de secretários municipais, gestores escolares e professores sobre os efeitos do FUNDEB 2021 na qualidade do ensino revela importantes convergências, mas também divergências que merecem atenção. De acordo com os dados coletados, 66,7% dos secretários e 66,7% dos gestores afirmaram que houve melhorias na qualidade do ensino após a implementação do fundo. No entanto, entre os professores, esse percentual caiu para 42,9%, enquanto 14,3% consideraram que as melhorias foram apenas parciais e 42,9% não souberam informar.

Esses dados indicam que, embora haja um reconhecimento majoritário por parte da gestão educacional — tanto central quanto escolar — de que o FUNDEB contribuiu positivamente para o ensino, essa percepção não é tão clara entre os professores, que são os profissionais diretamente envolvidos no processo pedagógico. Essa diferença pode ser explicada por diversos fatores.

Em primeiro lugar, os secretários e gestores, por estarem envolvidos com o planejamento e a execução dos recursos, podem associar os investimentos realizados — como aquisição de materiais, pagamento de salários e oferta de formação — diretamente a melhorias nos indicadores de qualidade. Já os professores, que vivenciam a rotina escolar, tendem a avaliar a qualidade do ensino a partir dos efeitos concretos sobre as condições de trabalho, o desempenho dos alunos e o apoio pedagógico recebido. Assim, ainda que tenham percebido alguns avanços, podem considerar que esses não foram suficientes para transformar significativamente a realidade educacional.

A presença de 14,3% de respostas indicando “melhorias parciais” por parte dos professores reforça essa interpretação: há uma percepção de que mudanças ocorreram, mas foram limitadas ou insuficientes. Por outro lado, os 42,9% que não souberam informar também representam um dado relevante, que aponta para uma possível falta de informação ou distanciamento entre os investimentos realizados com recursos do FUNDEB e os resultados esperados na prática pedagógica. Isso pode estar relacionado à ausência de mecanismos de comunicação e de transparência nas redes de ensino, dificultando que os professores reconheçam a origem e o impacto das ações implementadas.

A comparação entre os três grupos evidencia, portanto, uma desconexão entre a gestão e o corpo docente, o que compromete o princípio da gestão democrática e participativa da educação pública. O FUNDEB, enquanto política de financiamento, só alcança plenamente seus objetivos quando há integração entre os diferentes níveis da gestão escolar e clareza quanto aos seus impactos.

Além disso, os dados demonstram a importância de se avançar na formação dos professores não apenas em conteúdos pedagógicos, mas também em temas de gestão e financiamento da educação, para que possam compreender melhor as políticas que sustentam sua prática e participar ativamente das decisões que envolvem a escola. Observa-se que a capacitação voltada para gestores, quando se trata de financiamento está sempre voltado para programas de financiamentos específicos como PNAE, PNATE entre outros.

Por fim, os resultados indicam que, embora o FUNDEB 2021 tenha promovido ações positivas, seus efeitos sobre a qualidade do ensino ainda não são plenamente reconhecidos por todos os profissionais da educação. Isso reforça a necessidade de articular os investimentos financeiros com políticas pedagógicas bem estruturadas, fortalecer a avaliação de resultados e, principalmente, promover a escuta ativa e a participação dos professores nos processos de gestão educacional. Participação e Gestão que está além do espaço da escola mas na participação efetiva na elaboração das peças orçamentárias municipais pois é neste momento que são elaboradas as ações a serem executadas com cada fonte de recurso, dentre essas o FUNDEB, e esta participação é possível através das audiências públicas. Assim como nas audiências públicas de avaliação das metas fiscais. Somente assim será possível garantir que os recursos públicos se traduzam, efetivamente, em aprendizagens significativas e em uma educação de qualidade social para todos.

3.4.3 Parte 3 - Redistribuição da Complementação da União

Gráfico 19: Percepção dos Secretários sobre redistribuição dos recursos de complementação

Como você percebe a redistribuição dos recursos da Complementação da União na sua região



Fonte: A pesquisadora

A percepção dividida dos secretários sobre a redistribuição dos recursos da Complementação da União pode estar relacionada a diferentes níveis de acesso à informação e ao grau de transparência nas políticas de repasse e uso dos recursos financeiros.

Para aqueles que afirmam que a redistribuição é equitativa e suficiente, provavelmente têm maior contato com os processos administrativos, recebem relatórios claros e atualizados, e percebem que os recursos chegam de forma adequada para atender as demandas locais. Além disso, podem observar uma distribuição baseada em critérios técnicos e sociais que garantem justiça e proporcionalidade, o que fortalece sua avaliação positiva.

Por outro lado, os secretários que não souberam informar podem enfrentar dificuldades de acesso à informação detalhada sobre os critérios de redistribuição, repasses financeiros e execução dos recursos. Essa falta de informação pode decorrer de comunicação insuficiente por parte dos órgãos gestores, limitações técnicas para acompanhamento das transferências, ou até mesmo pela complexidade do sistema de distribuição, que dificulta a compreensão completa do processo.

Além disso, pode existir uma variação regional significativa na forma como os recursos são aplicados, o que gera dúvidas e incertezas para esses secretários. Essa ausência de clareza pode comprometer a capacidade de avaliar se a redistribuição é justa e suficiente, refletindo assim a resposta “não sei informar”.

Gráfico 20: Percepção dos Gestores sobre redistribuição dos recursos de complementação

Como você percebe a redistribuição dos recursos da Complementação da União na sua região



Fonte: A pesquisadora

A distribuição das respostas dos gestores sobre a redistribuição dos recursos da Complementação da União mostra um cenário mais crítico e diverso. Enquanto 33,3% não souberam informar, o que indica uma parcela significativa com acesso limitado ou falta de clareza sobre o processo de distribuição, os demais demonstram percepções distintas sobre a suficiência desses recursos.

Os 16,7% que consideram a redistribuição equitativa e suficiente provavelmente têm uma visão otimista baseada em experiências positivas, talvez em regiões onde a aplicação dos recursos atende minimamente às necessidades ou onde há maior transparência e acompanhamento dos repasses.

Já os 50% que avaliam a redistribuição como equitativa, porém insuficiente, indicam que, embora reconheçam que os critérios de divisão sejam justos, os valores destinados não são suficientes para suprir as demandas locais. Isso pode refletir a percepção de que, mesmo com uma distribuição proporcional, os recursos totais disponíveis são limitados frente às necessidades da educação na região.

A parcela que não soube informar (33,3%) sugere lacunas na comunicação ou no acesso a informações detalhadas sobre os critérios e valores redistribuídos, o que pode prejudicar a avaliação crítica do processo.

Portanto, esse cenário indica a necessidade de fortalecer a transparência, a comunicação e possivelmente a ampliação dos recursos, para que a redistribuição não apenas seja justa, mas também efetiva para atender as demandas educacionais da região.

Gráfico 21: Percepção dos Professores sobre redistribuição dos recursos de complementação

Como você percebe a redistribuição dos recursos da Complementação da União na sua região



Fonte: A pesquisadora

A maioria dos professores (71,4%) não soube informar sobre a redistribuição dos recursos da Complementação da União, o que indica um baixo nível de acesso ou conhecimento sobre os critérios e a forma como esses recursos são distribuídos na região. Essa falta de informação pode estar relacionada à ausência de transparência ou comunicação insuficiente entre a gestão escolar e os profissionais da educação, dificultando uma avaliação precisa por parte dos professores.

Além disso, 28,6% dos professores consideram que a redistribuição é mal distribuída. Esse percentual, embora menor, expressa uma percepção crítica de que os recursos não estão sendo distribuídos de forma justa ou adequada, possivelmente refletindo experiências práticas de insuficiência financeira ou desigualdades entre diferentes escolas ou municípios. Esse cenário evidencia a necessidade de aprimorar a comunicação e o acesso à informação para os professores, além de promover maior transparência nos processos de gestão dos recursos públicos, de modo a fortalecer a compreensão e a confiança dos profissionais da educação sobre a aplicação dos fundos na rede escolar.

Gráfico 22: Percepção dos Secretários sobre se os critérios redistribuição atendem necessidades da escola

Os critérios de redistribuição utilizados pelo novo FUNDEB atende às necessidades da sua escola



+
Fonte: A pesquisadora

Ao serem questionados sobre a adequação dos critérios de redistribuição utilizados pelo novo FUNDEB às necessidades de suas escolas, 66,7% dos secretários municipais responderam que esses critérios atendem apenas parcialmente às demandas, enquanto 33,3% não souberam responder. Esses dados indicam um grau de incerteza e insatisfação em relação à efetividade dos mecanismos de redistribuição de recursos financeiros.

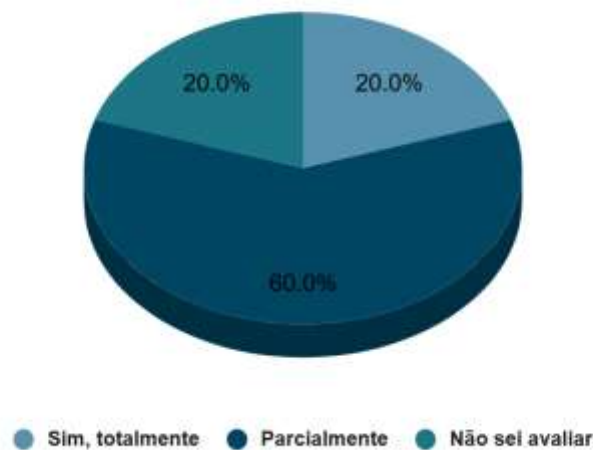
A resposta majoritária, apontando que os critérios atendem parcialmente às necessidades, pode refletir a complexidade da gestão educacional local, onde a distribuição de recursos públicos precisa considerar múltiplos fatores, como a heterogeneidade socioeconômica das regiões, o número de alunos, as especificidades das escolas e a capacidade administrativa dos municípios. Embora o novo FUNDEB tenha buscado aprimorar a equidade por meio de critérios mais justos e transparência na redistribuição, a percepção dos secretários revela que, na prática, esses mecanismos ainda não são totalmente suficientes para suprir as demandas específicas das unidades escolares.

Além disso, o fato de um terço dos secretários não ter sabido responder demonstra, possivelmente, falta de familiaridade com os critérios técnicos do fundo, ou uma deficiência na comunicação entre os níveis de gestão. Isso indica a necessidade de fortalecer a formação e o acesso à informação dos gestores municipais para que possam compreender e acompanhar melhor os critérios de financiamento, contribuindo para uma aplicação mais eficiente e adequada dos recursos.

Esses resultados sugerem que, apesar dos avanços institucionais representados pelo novo FUNDEB, ainda existem desafios importantes relacionados à adequação da redistribuição dos recursos às realidades locais e à capacitação dos gestores para o uso estratégico desses recursos. Melhorias nesse sentido podem potencializar o impacto do FUNDEB na qualidade e equidade da educação básica.

Gráfico 23: Percepção dos Gestores sobre se os critérios redistribuição atendem necessidades da escola

Os critérios de redistribuição utilizados pelo novo FUNDEB atende às necessidades da sua escola



Fonte: A pesquisadora

Quando questionados sobre a adequação dos critérios de redistribuição do novo FUNDEB às necessidades de suas escolas, os secretários municipais e gestores escolares apresentaram percepções distintas que refletem diferentes níveis de avaliação e envolvimento com a gestão dos recursos.

Entre os secretários, 66,7% responderam que os critérios atendem parcialmente às necessidades, enquanto 33,3% não souberam responder. Essa resposta indica uma percepção generalizada de que os mecanismos de redistribuição, embora tenham avançado, ainda não são plenamente satisfatórios para contemplar as especificidades locais, além de apontar uma possível falta de familiaridade técnica por parte de uma parcela dos gestores.

Já entre os gestores escolares, que atuam diretamente no cotidiano das unidades educacionais, a percepção se divide da seguinte forma: 20% afirmaram que os critérios atendem às necessidades das escolas; 60% responderam que atendem parcialmente; e 20% não souberam avaliar. Essa distribuição revela uma maior diversidade de opiniões, com uma menor proporção

de respostas afirmativas em comparação aos secretários, mas também um maior engajamento na avaliação dos critérios.

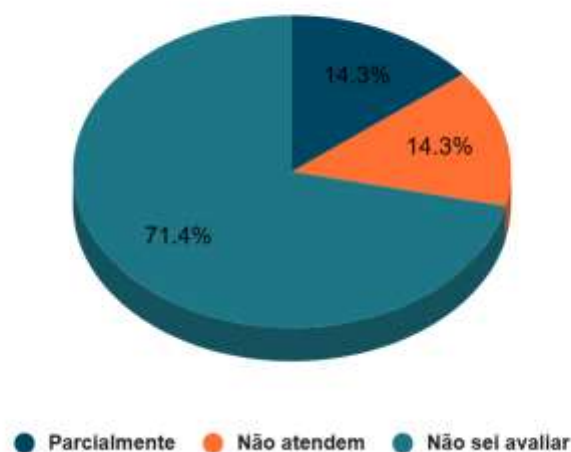
A predominância da resposta "parcialmente" em ambos os grupos evidencia que, apesar dos avanços institucionais trazidos pelo novo FUNDEB, os critérios de redistribuição ainda são percebidos como insuficientes para contemplar integralmente as demandas locais e as realidades específicas das escolas. Essa percepção pode estar associada às dificuldades enfrentadas para equilibrar recursos entre municípios com características socioeconômicas e educacionais muito distintas, além de limitações na capacidade administrativa para implementar políticas adaptadas às necessidades de cada escola.

Adicionalmente, a presença significativa de respostas indicando desconhecimento ou incapacidade de avaliar os critérios (33,3% entre secretários e 20% entre gestores) sugere uma lacuna na comunicação e na formação sobre as normas e processos que regem a distribuição dos recursos do FUNDEB. Isso reforça a necessidade de capacitação técnica e maior transparência na gestão dos fundos públicos, para que os gestores possam exercer um controle social efetivo e contribuir para uma aplicação mais estratégica dos recursos.

Em resumo, os dados indicam que, embora o novo FUNDEB tenha promovido avanços na redistribuição dos recursos, ainda há desafios importantes relacionados à adequação dessas regras às necessidades das escolas e à preparação dos gestores para acompanhar e atuar nesse processo. Superar essas dificuldades é fundamental para garantir que os recursos financeiros contribuam efetivamente para a melhoria da qualidade e da equidade na educação básica.

Gráfico 24: Percepção dos Professores sobre se os critérios redistribuição atendem necessidades da escola

Os critérios de redistribuição utilizados pelo novo FUNDEB atende às necessidades da sua escola



Por sua vez, a percepção dos professores aponta para um elevado índice de desconhecimento sobre os critérios de redistribuição: 71,4% responderam que não sabem avaliar, 14,3% afirmaram que os critérios atendem parcialmente às necessidades, e 14,3% disseram que não atendem. Esse resultado evidencia que os professores, embora sejam protagonistas no processo pedagógico, muitas vezes não têm acesso ou conhecimento suficiente sobre as regras e processos que regulam a distribuição dos recursos do FUNDEB.

A disparidade entre as respostas dos três grupos pode ser atribuída a diferentes níveis de acesso à informação, envolvimento na gestão e compreensão das políticas públicas. Enquanto secretários e gestores participam diretamente da gestão administrativa e financeira, os professores vivenciam os impactos dos recursos, porém de forma mais distante dos aspectos técnicos e administrativos.

Além disso, o elevado percentual de professores que não souberam avaliar os critérios indica uma lacuna importante na comunicação e na formação sobre a política de financiamento da educação. Essa situação aponta para a necessidade de ampliar a transparência e a participação dos profissionais da educação nas discussões e decisões sobre a gestão dos recursos públicos, fortalecendo a gestão democrática e o controle social.

Em suma, embora o novo FUNDEB tenha avançado na redistribuição dos recursos, o desconhecimento e a avaliação parcial ou negativa por parte de parte dos profissionais da educação indicam desafios a serem superados para garantir que os critérios adotados sejam amplamente compreendidos e atendam de forma efetiva às necessidades das escolas.

3.4.4 Parte 4 - Desafios e Possibilidades para a Gestão Escolar

Gráfico 25: Percepção dos Secretários sobre os desafios enfrentados pela gestão escolar com o novo FUNDEB

Quais os principais desafios enfrentados pela gestão escolar com o novo FUNDEB



Fonte: A pesquisadora

A implementação do novo FUNDEB trouxe avanços importantes para o financiamento da educação pública, especialmente no que diz respeito à ampliação de recursos e à busca por maior equidade na distribuição. No entanto, os dados levantados revelam que a gestão escolar ainda enfrenta diversos desafios para utilizar esses recursos de forma eficaz.

O principal obstáculo identificado foi a falta de informação sobre o uso dos recursos, apontado por 40% dos gestores. Isso indica uma lacuna significativa na formação e no acesso às orientações técnicas sobre a aplicação do FUNDEB. Muitos gestores escolares não recebem capacitação específica para compreender os critérios legais e operacionais que regem o uso dos recursos, o que compromete o planejamento financeiro e a tomada de decisões estratégicas no âmbito escolar.

Outro desafio relevante, citado por 20% dos respondentes, é a burocracia na execução orçamentária. Os trâmites administrativos muitas vezes são lentos, complexos e envolvem exigências documentais que dificultam o acesso rápido à finalidade. Essa morosidade compromete a execução de ações planejadas, como reformas, aquisição de materiais pedagógicos ou contratação de serviços, impactando negativamente o funcionamento das escolas.

A infraestrutura inadequada também foi mencionada por 20% dos gestores como um entrave na gestão dos recursos do FUNDEB. Muitas escolas ainda operam em condições precárias, com falta de salas adequadas, equipamentos básicos ou manutenção regular. Mesmo com recursos disponíveis, nem sempre há viabilidade técnica ou legal para realizar as obras necessárias, o que limita o impacto positivo da ação.

Por fim, 20% dos entrevistados apontaram outros fatores como desafios, entre eles a falta de pessoal qualificado para gerir os recursos, mudanças constantes na legislação, dificuldades de articulação entre o pedagógico e o financeiro, além de possíveis interferências políticas locais que influenciam a aplicação dos recursos. Por fim, embora o novo FUNDEB represente uma conquista importante para a educação brasileira, a sua efetividade depende diretamente da superação desses desafios na ponta, ou seja, nas escolas. Investir na formação continuada de gestores, oferecer apoio técnico e simplificar processos administrativos são caminhos essenciais para garantir que os recursos cheguem de forma eficiente e contribuam verdadeiramente para a melhoria da qualidade do ensino.

Gráfico 26: Percepção dos Gestores sobre os desafios enfrentados pela gestão escolar com o novo FUNDEB

Quais são os principais desafios enfrentados pela gestão escolar com o novo FUNDEB



Fonte: A pesquisadora

Para os gestores inquiridos, os principais desafios enfrentados pela gestão escolar com o novo FUNDEB estão relacionados, sobretudo, à dificuldade de acesso à informação e à complexidade dos processos administrativos.

Os dados mostram que 36,4% dos gestores apontaram a falta de informação sobre o uso dos recursos como um dos principais obstáculos. Esse percentual revela que uma parcela significativa dos profissionais responsáveis pela gestão escolar não dispõe de conhecimento técnico suficiente ou de orientações claras sobre como aplicar corretamente os recursos provenientes do FUNDEB. Essa lacuna dificulta o planejamento, compromete a execução de ações prioritárias e pode gerar insegurança na tomada de decisões, além de riscos de uso inadequado dos recursos.

Outro desafio igualmente expressivo, também mencionado por 36,4% dos gestores, é a burocracia na liberação dos recursos. O excesso de trâmites administrativos, exigências documentais e lentidão nos processos de repasse impacta negativamente a gestão escolar, provocando atrasos na execução de projetos e dificultando a resposta rápida às demandas da comunidade escolar. Em muitos casos, mesmo quando o recurso é garantido, o tempo e os obstáculos para sua efetiva utilização comprometem sua eficácia.

A infraestrutura inadequada, embora citada por uma parcela menor (9,1%), também figura como um problema a ser enfrentado, sobretudo em escolas localizadas em áreas mais vulneráveis. A precariedade das instalações físicas, a falta de equipamentos e a ausência de

ambientes adequados interferem diretamente na qualidade do ensino e dificultam a implementação de melhorias, mesmo com a presença de recursos financeiros.

Por fim, 18,2% dos gestores destacaram a deficiência na fiscalização como um desafio. Essa percepção aponta para a necessidade de fortalecer os mecanismos de controle social e institucional, garantindo maior transparência na aplicação dos recursos do FUNDEB. A ausência de fiscalização efetiva pode contribuir para a má gestão ou até para práticas inadequadas, minando os objetivos do fundo e a confiança da sociedade no uso do dinheiro público.

Em síntese, os gestores escolares enfrentam desafios complexos que vão desde a carência de formação específica até entraves burocráticos e estruturais. Para que o novo FUNDEB cumpra seu papel de promover uma educação pública de qualidade e com equidade, é essencial investir em capacitação técnica, simplificação dos processos administrativos, melhorias estruturais e fortalecimento dos mecanismos de controle e fiscalização.

Gráfico 27: Percepção dos Professores sobre os desafios enfrentados pela gestão escolar com o novo FUNDEB

Quais são os principais desafios enfrentados pela gestão escolar com o novo FUNDEB



Fonte: A pesquisadora

Para os professores inquiridos, os principais desafios enfrentados pela gestão escolar com o novo FUNDEB refletem uma percepção diversificada, com destaque para a carência de informações e a persistência de dificuldades estruturais e administrativas nas escolas.

O desafio mais citado foi a falta de informação sobre o uso dos recursos, mencionado por 28,6% dos professores. Esse dado revela que, além dos gestores, os docentes também enfrentam dificuldades para compreender como os recursos do FUNDEB são aplicados. Isso sugere uma falta de transparência ou comunicação entre a gestão escolar e o corpo docente, o

que limita a participação dos professores nos processos de planejamento e execução das ações financiadas pelo fundo.

A burocracia na liberação dos recursos e a infraestrutura inadequada aparecem empatadas, com 21,4% das respostas cada. Os professores percebem que os entraves administrativos e a lentidão nos repasses comprometem a capacidade das escolas de atender suas necessidades em tempo hábil. Já a questão da infraestrutura aponta para escolas com deficiências físicas, falta de materiais pedagógicos e ambientes pouco adequados ao processo de ensino-aprendizagem, dificultando o pleno aproveitamento dos recursos disponíveis.

A deficiência na formação de professores, mencionada por 7,1% dos respondentes, destaca outro aspecto importante: embora o FUNDEB tenha como um dos seus objetivos a valorização dos profissionais da educação, ainda há lacunas na oferta de formação inicial e continuada adequada às necessidades do magistério. Isso interfere diretamente na qualidade do ensino e na motivação dos profissionais.

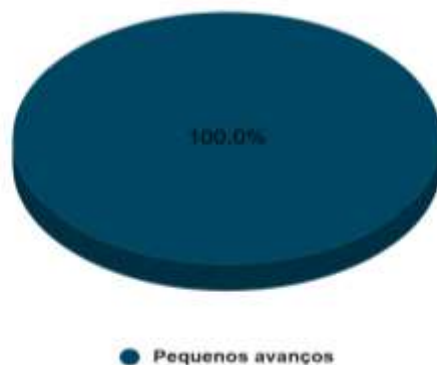
Por fim, 21,4% dos professores indicaram “outros” desafios, que podem incluir questões como a ausência de acompanhamento pedagógico, falta de diálogo entre as instâncias administrativas, ausência de recursos didáticos específicos ou problemas de gestão interna.

Em síntese, a percepção dos professores evidencia que, apesar das melhorias trazidas pelo novo FUNDEB, persistem entraves na comunicação, na gestão dos recursos e nas condições de trabalho nas escolas. Enfrentar esses desafios exige maior diálogo entre gestão e professores, transparência na aplicação dos recursos, melhoria da infraestrutura e investimentos contínuos na formação docente.

3.4.5 Parte 5 - Promoção da Equidade Educacional Redistributiva

Gráfico 28: Percepção dos Secretários sobre avanços na equidade educacional com o novo FUNDEB

Você percebe avanços na equidade educacional com o novo FUNDEB



Fonte: A pesquisadora

De acordo com os dados coletados, 100% dos secretários municipais de educação afirmaram perceber avanços na equidade educacional com o novo FUNDEB. Essa unanimidade entre os gestores pode ser explicada com base em alguns elementos centrais da reformulação do fundo, que passou a vigorar a partir da Emenda Constitucional nº 108/2020.

Entre os principais fatores que justificam essa percepção, destacam-se: Aumento da participação da União no financiamento da educação básica: O novo FUNDEB ampliou progressivamente a complementação da União, passando de 10% para até 23% em 2026, o que representa mais recursos disponíveis, especialmente para os estados e municípios com menor capacidade de arrecadação: O novo modelo incluiu mecanismos que consideram tanto o valor anual por aluno (VAAT), que leva em conta as desigualdades socioeconômicas e fiscais dos entes federativos, quanto o VAAR, vinculado ao cumprimento de critérios de melhoria de gestão e resultados educacionais. Esses dispositivos buscam corrigir desigualdades históricas entre redes de ensino, promovendo maior equidade.

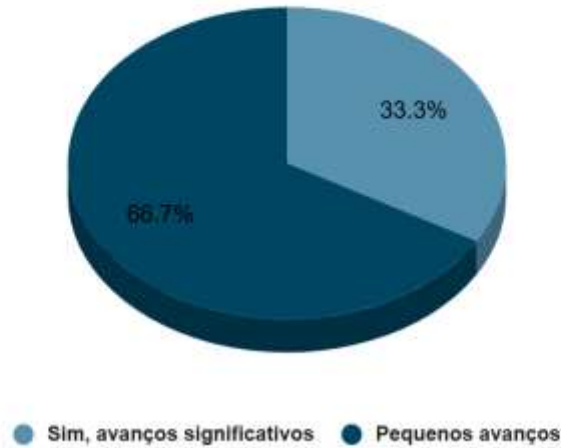
Distribuição mais justa dos recursos: Com critérios que consideram a capacidade fiscal de cada ente, o novo FUNDEB passou a redistribuir os recursos de forma mais equilibrada, beneficiando municípios mais pobres, sobretudo das regiões Norte e Nordeste, que anteriormente ficavam em desvantagem.

Maior foco na qualidade com equidade: O novo fundo não só aumentou os recursos, como também passou a relacionar parte do repasse ao cumprimento de metas e indicadores, incentivando as redes de ensino a melhorar seus resultados com base em princípios de equidade.

Portanto, a percepção unânime dos secretários reflete o reconhecimento de que o novo FUNDEB representa um avanço concreto no combate às desigualdades educacionais, promovendo uma distribuição mais justa de recursos e fortalecendo as políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação de qualidade para todos, especialmente os mais vulneráveis.

Gráfico 29: Percepção dos Gestores sobre avanços na equidade educacional com o novo FUNDEB

Você percebe avanços na equidade educacional com o novo FUNDEB



Fonte: A pesquisadora

No grupo de gestores escolares inquiridos, 33,3% afirmaram perceber avanços significativos, enquanto 66,7% apontaram apenas pequenos avanços na equidade educacional com a implementação do novo FUNDEB.

Essa percepção, embora majoritariamente positiva, revela uma avaliação mais cautelosa e realista por parte dos gestores escolares em relação aos impactos diretos do novo fundo no cotidiano das unidades educacionais. Diferentemente dos secretários municipais de educação, que possuem uma visão mais ampla e institucional do sistema educacional, os gestores vivenciam de forma mais direta os desafios da aplicação prática dos recursos nas escolas.

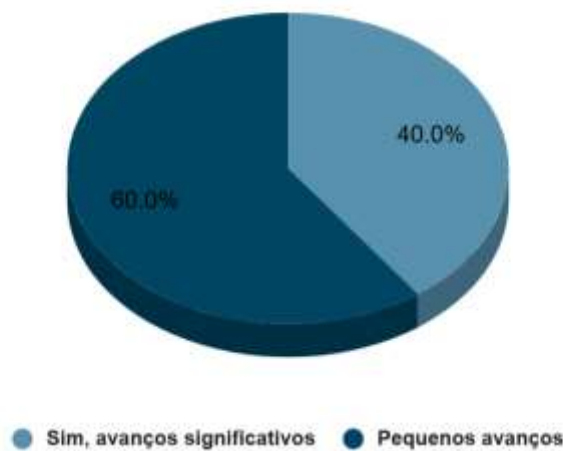
Entre os fatores que ajudam a explicar essa percepção dividida, podemos destacar: Os gestores que reconheceram avanços significativos podem estar observando o aumento do volume de recursos e a ampliação do alcance das políticas de equidade, principalmente em escolas situadas em contextos mais vulneráveis.

Persistência de desigualdades estruturais: A maioria, ao indicar pequenos avanços, provavelmente se refere ao fato de que as mudanças ainda não se traduziram, de forma concreta, em melhorias visíveis no ambiente escolar, como infraestrutura adequada, valorização efetiva dos profissionais e superação de desigualdades entre escolas da mesma rede. Mesmo com mais recursos disponíveis, a burocracia, a falta de formação específica para a gestão financeira e as limitações locais dificultam a efetiva utilização do FUNDEB para promover equidade no chão da escola

Os gestores reconhecem o potencial do novo FUNDEB para promover maior equidade na educação, mas destacam que os resultados ainda são tímidos ou incipientes na realidade das escolas. Essa avaliação aponta para a necessidade de fortalecer a gestão escolar, garantir mais apoio técnico e acelerar a transformação das políticas de financiamento em melhorias reais para estudantes e professores.

Gráfico 30: Percepção dos Professores sobre avanços na equidade educacional com o novo FUNDEB

Você percebe avanços na equidade educacional com o novo FUNDEB



Fonte: A pesquisadora

Entre os professores inquiridos, 60% afirmaram perceber avanços significativos, enquanto 40% apontaram apenas pequenos avanços na equidade educacional promovida pelo novo FUNDEB. Essa percepção majoritariamente positiva pode ser explicada com base em alguns aspectos observáveis no cotidiano escolar, que impactam diretamente o trabalho docente e o atendimento aos estudantes:

Melhorias na remuneração e valorização profissional: Um dos pontos mais destacados pelos professores é o fato de que o novo FUNDEB assegura que pelo menos 70% dos recursos sejam destinados à valorização dos profissionais da educação, o que tem possibilitado, em algumas redes, reajustes salariais, pagamento de abonos, ou investimentos em formação continuada. Isso contribui para a motivação e permanência dos docentes na carreira, especialmente em regiões mais vulneráveis.

Atenção às desigualdades regionais: O novo modelo de distribuição, especialmente com a introdução da complementação VAAT, passou a beneficiar mais diretamente os municípios com menor arrecadação, o que, na percepção dos professores, representa um avanço importante no enfrentamento das desigualdades históricas entre regiões e redes de ensino.

Investimentos pontuais em infraestrutura e materiais pedagógicos: Em algumas escolas, os professores notam melhorias pontuais na estrutura física, na aquisição de recursos didáticos e no suporte à aprendizagem, mesmo que ainda limitados. Esses avanços, embora não generalizados, são percebidos como sinais positivos da atuação do novo FUNDEB.

Contudo, os 40% que mencionaram apenas pequenos avanços também levantam pontos críticos, como: A lentidão na chegada dos recursos à escola; Desigualdade persistente entre escolas urbanas e rurais; Ausência de mudanças estruturais mais profundas, como na formação docente, no acesso à tecnologia e na redução das desigualdades sociais que afetam o desempenho escolar.

Em resumo, os professores reconhecem que o novo FUNDEB representa um avanço significativo para a equidade educacional, especialmente por reforçar a valorização docente e por promover uma distribuição mais justa dos recursos. No entanto, uma parte dos docentes destaca que a equidade plena ainda não foi alcançada, sendo necessário ampliar os investimentos, acelerar a execução dos recursos e garantir políticas articuladas que promovam qualidade com justiça social no cotidiano das escolas.

Gráfico 31: O novo FUNDEB contribuiu para redução de desigualdades entre escolas urbanas e rurais - Secretários

O novo FUNDEB contribuiu para reduzir desigualdades entre escolas urbanas e rurais



Fonte: A pesquisadora

Entre os secretários municipais de educação consultados, 66,7% afirmaram que o novo FUNDEB contribuiu para a redução das desigualdades entre escolas urbanas e rurais, embora ainda existam algumas deficiências, enquanto 33,3% declararam não saber informar.

A maioria dos secretários reconhece que o novo modelo do FUNDEB, especialmente com os mecanismos de complementação da União — como o VAAT (Valor Anual Total por Aluno) —, trouxe avanços importantes na redistribuição dos recursos, beneficiando sobretudo os municípios com menor capacidade de arrecadação, onde geralmente estão situadas as escolas rurais. Esse mecanismo permite uma alocação mais equitativa, considerando não apenas o número de matrículas, mas também a realidade socioeconômica e fiscal de cada localidade.

Contudo, ao mesmo tempo em que reconhecem esses avanços, os secretários apontam que persistem deficiências que limitam o alcance pleno da equidade, como: A dificuldade logística e operacional para aplicar os recursos em áreas rurais, muitas vezes de difícil acesso; Falta de infraestrutura adequada nas escolas do campo, o que demanda investimentos maiores e mais específicos; A escassez de profissionais qualificados dispostos a atuar em regiões remotas; E a burocracia nos trâmites para liberação e execução dos recursos, que impacta ainda mais as escolas rurais.

O fato de 33,3% dos secretários afirmarem não saber informar também chama atenção e pode estar relacionado à ausência de dados sistematizados, à falta de acompanhamento mais direto das realidades escolares em áreas rurais ou mesmo à carência de mecanismos de monitoramento e avaliação específicos para medir os impactos do FUNDEB nesses contextos.

Em síntese, embora o novo FUNDEB represente um avanço na promoção da equidade territorial, a efetiva redução das desigualdades entre escolas urbanas e rurais ainda exige políticas complementares, planejamento específico para o campo e apoio técnico e logístico para que os recursos possam ser utilizados com maior eficácia nessas regiões.

Gráfico 32: O novo FUNDEB contribuiu para redução de desigualdades entre escolas urbanas e rurais - Gestores

O novo FUNDEB contribuiu para reduzir desigualdades entre escolas urbanas e rurais



Entre os gestores escolares inquiridos, 33,3% responderam “sim, efetivamente”, reconhecendo que o novo FUNDEB tem contribuído de forma concreta para reduzir as desigualdades entre escolas urbanas e rurais. Já 66,7% afirmaram “sim, mas ainda há deficiências”, indicando que, embora reconheçam avanços, esses ainda são parciais e insuficientes para eliminar as disparidades existentes.

A percepção positiva dos gestores está ligada a mudanças importantes promovidas pelo novo FUNDEB, como:

- Redistribuição mais justa dos recursos, com base no Valor Anual Total por Aluno (VAAT), beneficiando redes com menor capacidade de investimento – o que inclui, em grande parte, escolas situadas em áreas rurais;
- Maior previsibilidade e volume de recursos, permitindo o planejamento de ações que atendam às especificidades do meio rural, como transporte escolar, merenda e manutenção da infraestrutura.

No entanto, a maioria dos gestores, ao reconhecer que ainda há deficiências, destaca alguns entraves que continuam afetando as escolas do campo, tais como:

- Infraestrutura precária, com falta de salas adequadas, conexão à internet e materiais pedagógicos nas escolas rurais;
- Dificuldade de acesso aos recursos devido à burocracia e à limitação da capacidade técnica de algumas redes;
- Desigualdade no acesso à formação continuada para os professores que atuam no meio rural, o que reforça o desequilíbrio na qualidade da oferta educacional.

Essa avaliação demonstra que, embora o novo FUNDEB represente um importante instrumento de promoção da equidade entre diferentes territórios, ainda é necessário fortalecer políticas públicas específicas para o campo, ampliar o apoio técnico à gestão escolar e garantir investimentos direcionados às necessidades reais das escolas rurais.

Em resumo, os gestores reconhecem os avanços do novo FUNDEB no enfrentamento das desigualdades territoriais, mas alertam que tais avanços precisam ser acompanhados de ações estruturantes e políticas integradas para que se transformem em melhorias efetivas na qualidade da educação rural.

Gráfico 33: O novo FUNDEB contribuiu para redução de desigualdades entre escolas urbanas e rurais - Professores

O novo FUNDEB contribuiu para reduzir desigualdades entre escolas urbanas e rurais



Fonte: A pesquisadora

Na perspectiva dos professores inquiridos, 42,9% responderam “sim, com algumas deficiências”, enquanto 57,1% afirmaram “não saber informar”.

A proporção significativa de professores que não souberam informar (mais da metade) evidencia uma lacuna importante de conhecimento sobre a política de financiamento da educação, especialmente no que diz respeito à forma como os recursos do novo FUNDEB impactam a equidade entre diferentes territórios escolares. Essa falta de informação pode estar relacionada a: Pouca participação dos docentes nos processos de gestão e planejamento financeiro das escolas; Ausência de espaços formativos que discutam o funcionamento do FUNDEB e suas implicações práticas no cotidiano escolar; Distanciamento entre as decisões administrativas e a prática pedagógica, dificultando a compreensão dos efeitos concretos da política de financiamento nas condições de trabalho e ensino.

Já os 42,9% que reconheceram que o novo FUNDEB contribuiu, embora com deficiências, demonstram certa percepção dos avanços promovidos pelo fundo, como o maior repasse de recursos para municípios com menor arrecadação – o que inclui muitas escolas do campo. Contudo, esses mesmos professores também percebem que persistem desigualdades importantes, tais como: Infraestrutura ainda precária nas escolas rurais; Dificuldades de acesso a recursos pedagógicos e tecnológicos; Desigualdade na formação e valorização dos profissionais da educação que atuam em áreas rurais; Descontinuidade de políticas complementares, como transporte escolar e assistência técnica.

Em síntese, a visão dos professores revela que, embora existam avanços percebidos na direção da equidade, ainda há falta de informação e pouca apropriação do debate sobre o novo FUNDEB por parte do magistério. Isso reforça a necessidade de ampliar a formação política e técnica dos docentes, promover maior transparência na gestão dos recursos, e garantir que os professores sejam participantes ativos das discussões sobre financiamento e qualidade da educação, tanto urbana quanto rural.

3.4.6 Parte 6 - Potencial do Novo FUNDEB para Reduzir Desigualdades

Gráfico 34: Percepção dos Secretários sobre se o FUNDEB tem potencial para diminuir desigualdades no financiamento da educação

O novo FUNDEB tem potencial para diminuir desigualdades no financiamento da educação



Fonte: A pesquisadora

Em parte pelo desconhecimento dos meandros do FUNDEB, os secretários disseram que “em parte poderia diminuir as desigualdades 66,7% e os demais 33,3% não souberam avaliar. Mas o FUNDEB, aprovado pela Emenda Constitucional nº 108/2020, apresenta mecanismos que ampliam seu potencial de enfrentamento às desigualdades no financiamento da educação básica pública. Um dos principais avanços foi o aumento progressivo da complementação da União, que passou de 10% para 23%, distribuídos por três modalidades, sendo uma delas voltada especificamente à equidade (VAAR – Valor Aluno Ano Resultado). Essa mudança possibilita uma maior redistribuição dos recursos em favor das redes de ensino com menor capacidade fiscal, geralmente localizadas em regiões mais pobres.

No entanto, embora o desenho do novo FUNDEB seja mais sensível às desigualdades, sua eficácia depende de fatores como a correta aplicação dos recursos, o cumprimento de condicionalidades e a oferta de formações para os gestores educacionais. Assim, pode-se

afirmar que o novo FUNDEB tem, sim, potencial concreto para reduzir desigualdades, mas os resultados efetivos ainda estão condicionados à implementação adequada e à capacidade técnica e política dos entes federados.

Gráfico 35: Percepção dos Gestores sobre se o FUNDEB tem potencial para diminuir desigualdades no financiamento da educação

O novo FUNDEB tem potencial para diminuir desigualdades no financiamento da educação



Fonte: A pesquisadora

Já os gestores, na mesma proporção estatística, reconheceram o potencial do novo FUNDEB para diminuir as desigualdades no financiamento da educação. Parte deles afirmou que esse potencial se concretiza plenamente, enquanto outra parte avaliou que o programa contribui em parte, embora ainda existam desafios a serem superados. Esses dados indicam uma percepção mais equilibrada entre reconhecimento dos avanços e consciência das limitações práticas na execução das políticas de financiamento educacional.

Gráfico 36: Percepção dos Professores sobre se o FUNDEB tem potencial para diminuir desigualdades no financiamento da educação

O novo FUNDEB tem potencial para diminuir desigualdades no financiamento da educação



Fonte: A pesquisadora

Os professores que responderam positivamente à pergunta reconhecem os avanços trazidos pelo novo FUNDEB, especialmente no que diz respeito à ampliação dos recursos e à introdução de mecanismos como a complementação da União pelo VAAT (Valor Aluno Ano Total), que busca reduzir desigualdades entre redes de ensino mais e menos favorecidas. Essa percepção revela um entendimento, ainda que geral, sobre os objetivos redistributivos da nova política de financiamento.

Aqueles que responderam “em parte” provavelmente reconhecem que, embora o novo FUNDEB tenha mecanismos que buscam maior equidade, persistem desafios estruturais, como a má gestão dos recursos, as desigualdades regionais históricas e as dificuldades de implementação efetiva em contextos locais. Esses professores percebem os limites do fundo diante de realidades ainda desiguais entre escolas urbanas e rurais ou entre regiões mais e menos desenvolvidas.

Já os que “não souberam responder” evidenciam uma lacuna significativa na formação continuada e na socialização das informações sobre o novo FUNDEB no âmbito escolar. Essa falta de conhecimento pode ser atribuída à ausência de espaços institucionais de estudo e debate sobre políticas educacionais nas escolas, além da complexidade técnica do tema, o que dificulta o acesso e a compreensão por parte dos profissionais que estão mais envolvidos com a prática pedagógica cotidiana do que com os aspectos administrativos e financeiros da educação pública.

CAPITULO 4

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS ENCONTRADOS

A análise dos dados provenientes das quatro escolas públicas municipais da Regional de Pedreiras/MA, aliada à observação direta, à análise documental e às falas dos sujeitos da pesquisa, revela um quadro complexo e multifacetado no que diz respeito à gestão, uso e impacto dos recursos do FUNDEB. Os resultados apontam não apenas para a importância estratégica desse fundo no financiamento da educação básica, mas também para os limites e desafios enfrentados na sua operacionalização em diferentes contextos escolares.

Centralização e Fragilidade da Autonomia Escolar

Um dos aspectos mais recorrentes nas falas dos gestores entrevistados foi a ausência de autonomia na definição das prioridades orçamentárias das escolas. Embora a legislação do FUNDEB estabeleça diretrizes para a distribuição e aplicação dos recursos, na prática, observa-se um alto grau de centralização das decisões na esfera da Secretaria Municipal de Educação. Isso confirma as análises de Dourado (2015), que ressalta o descompasso entre o discurso de descentralização e a realidade da gestão escolar nos municípios brasileiros.

A falta de autonomia compromete a capacidade das escolas de responderem de forma rápida e contextualizada às suas necessidades específicas, seja na manutenção da infraestrutura, aquisição de materiais pedagógicos ou oferta de formação continuada. Conforme argumenta Paro (2017), a autonomia escolar é condição indispensável para a gestão democrática e para a promoção da equidade educacional.

A Questão da Equidade e os Diferentes Territórios Educacionais

A presença de desigualdades estruturais no interior da mesma rede municipal de ensino evidencia a insuficiência de um modelo de financiamento que considera apenas fatores quantitativos, como número de matrículas. As escolas situadas em áreas rurais (Escolas B e D) enfrentam obstáculos adicionais relacionados à precariedade da infraestrutura, dificuldade de acesso, escassez de recursos materiais e ausência de apoio técnico especializado.

Essas constatações reforçam os apontamentos de Saviani (2013) e Oliveira (2021), que defendem a necessidade de mecanismos redistributivos que considerem as desigualdades históricas e territoriais, sob pena de perpetuação da exclusão educacional.

Participação e Controle Social: Entre o Formal e o Real

Embora os Conselhos do FUNDEB existam formalmente nos municípios, a pesquisa mostra que sua atuação é, em geral, limitada e pouco eficaz. Em nenhuma das escolas investigadas, a atuação dos conselhos foi mencionada como fator de impacto direto na melhoria da gestão dos recursos. Em algumas unidades, como a Escola D, observou-se intensa mobilização comunitária, mas sem canais efetivos de interlocução com os gestores municipais.

Essa realidade ecoa os estudos de Cury (2020), que aponta para uma “participação tutelada” nos espaços institucionais, marcada por baixa formação técnica dos conselheiros, pouca transparência ativa por parte das secretarias de educação e ausência de cultura de planejamento participativo.

O FUNDEB como Garantia Mínima de Funcionamento

Apesar das limitações, o FUNDEB foi unanimemente reconhecido pelos sujeitos da pesquisa como a principal, e em muitos casos única, fonte de financiamento da educação básica. A folha de pagamento dos profissionais da educação é quase totalmente sustentada pelos repasses do fundo, o que demonstra sua centralidade para a manutenção da rede municipal de ensino.

No entanto, ao se tornar o único recurso disponível, o FUNDEB é sobrecarregado com funções que extrapolam sua previsão legal, sendo utilizado para cobrir lacunas de investimentos estaduais e federais. Tal cenário é preocupante e confirma a avaliação de Pinto (2021), para quem a sustentabilidade do financiamento da educação exige uma maior articulação entre os entes federados e a criação de novas fontes de investimento vinculadas a metas de qualidade.

Os dados analisados revelam avanços importantes na garantia de recursos mínimos para o funcionamento das escolas públicas municipais por meio do FUNDEB. No entanto, persistem desafios estruturais que limitam a efetividade desses recursos, especialmente nos territórios mais vulneráveis. O caminho para uma gestão mais justa e eficaz dos recursos passa, necessariamente, pela formação de gestores escolares e conselheiros, fortalecimento dos mecanismos de participação social, e descentralização com responsabilidade e transparência.

A análise dos questionários aplicados a secretários municipais de educação, gestores escolares e professores revelou percepções diversas e, em muitos casos, lacunares quanto ao conhecimento técnico-burocrático do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), especialmente após as mudanças implementadas a partir de 2021. Os resultados apontam que, embora o fundo seja reconhecido como uma política essencial para o financiamento da educação básica pública,

seu funcionamento, diretrizes e instrumentos de gestão ainda não são plenamente compreendidos por grande parte dos profissionais da educação.

Entre os secretários municipais, observou-se uma compreensão mais consolidada acerca dos mecanismos de distribuição e complementação de recursos, embora parte deles tenha admitido não ter recebido formações específicas sobre o novo modelo de financiamento. Essa ausência de formação continuada compromete a capacidade de atuação técnica mais eficiente e transparente, afetando diretamente a gestão dos recursos. Ainda assim, reconhecem o papel do FUNDEB na garantia de condições mínimas para o funcionamento das redes municipais, especialmente nas áreas de remuneração docente e manutenção da infraestrutura escolar.

No caso dos gestores escolares, os dados indicam um conhecimento intermediário: parte compreende o impacto do fundo na realidade de suas escolas, especialmente no que tange à melhoria estrutural, aquisição de materiais pedagógicos e remuneração de pessoal. Contudo, muitos ainda enfrentam dificuldades para acessar ou interpretar os dados financeiros e normativos, o que limita a capacidade de monitorar e avaliar com mais precisão o uso dos recursos.

Já entre os professores, a maioria demonstrou desconhecimento ou pouca familiaridade com as especificidades técnicas do FUNDEB. Esse dado é significativo, pois revela uma distância entre os profissionais da base e as decisões administrativas e financeiras que impactam diretamente seu trabalho. Embora muitos reconheçam que o fundo é importante para garantir seus salários, poucos conseguem identificar, por exemplo, como os recursos do FUNDEB contribuem para a formação continuada, melhoria da infraestrutura ou ações voltadas ao enfrentamento das desigualdades educacionais.

Apesar dessas limitações, há um consenso entre os três segmentos quanto à importância do FUNDEB como instrumento fundamental para o financiamento da educação pública. Secretários, gestores e professores reconhecem que, sem ele, seria inviável manter as escolas em funcionamento, sobretudo nos municípios de menor arrecadação. A valorização dos profissionais da educação, a expansão da formação docente, a aquisição de materiais didáticos, as reformas estruturais e, em menor grau, a promoção de atividades de lazer e cultura nas escolas, são apontadas como áreas beneficiadas pelos recursos do fundo.

Por outro lado, os dados também evidenciam preocupações comuns: muitos gestores e professores relataram que, apesar dos avanços, ainda persistem desigualdades significativas entre escolas urbanas e rurais, tanto em termos de infraestrutura quanto de acesso à formação. Além disso, há críticas quanto à distribuição dos recursos e à forma como as decisões são tomadas, muitas vezes sem a devida participação da comunidade escolar.

Diante disso, a pesquisa sugere a necessidade urgente de ampliar os espaços de formação e debate sobre o FUNDEB entre todos os atores envolvidos na educação básica. É fundamental que o conhecimento técnico-burocrático sobre o fundo deixe de ser um tema restrito a especialistas ou gestores centrais e passe a ser apropriado por todos que integram a rede escolar, como forma de fortalecer a gestão democrática, o controle social e a efetividade do investimento público em educação.

CAPÍTULO 5

RECOMENDAÇÕES E LINHAS FUTURAS DE INVESTIGAÇÃO

A presente pesquisa contribuiu para o entendimento da aplicação e gestão dos recursos do FUNDEB em escolas municipais da Regional de Pedreiras/MA. Contudo, ela também revelou a necessidade de aprofundamentos em outras frentes que extrapolam os limites deste estudo. Assim, sugerem-se as seguintes linhas futuras de investigação: Estudos longitudinais sobre a evolução da gestão do FUNDEB nos municípios da região, acompanhando o impacto de políticas de formação, mudanças legais e práticas administrativas sobre os resultados educacionais.

Análises comparativas entre regiões com diferentes níveis de desenvolvimento socioeconômico no Maranhão, a fim de identificar padrões, boas práticas e desafios específicos relacionados ao uso do FUNDEB. Pesquisas centradas na atuação dos conselhos do FUNDEB (CACS-FUNDEB), com foco na sua composição, capacitação, nível de influência e efetividade na fiscalização e na transparência da aplicação dos recursos.

Estudos sobre a relação entre financiamento e qualidade da educação, explorando indicadores como desempenho dos alunos, infraestrutura escolar e valorização dos profissionais da educação, tendo o FUNDEB como variável central. Investigações sobre a participação da comunidade escolar na definição de prioridades orçamentárias, especialmente em contextos rurais e periféricos.

Com base nas evidências empíricas e teóricas apresentadas, propõem-se as seguintes recomendações com vistas ao aperfeiçoamento da gestão e da aplicação dos recursos do FUNDEB na regional: Formação continuada para gestores escolares e conselheiros: é fundamental investir em capacitação técnica sobre planejamento orçamentário, legislação educacional e controle social dos recursos, com ênfase nas especificidades do FUNDEB. Descentralização planejada da gestão financeira: as escolas devem ter maior autonomia na definição de prioridades e aplicação de parte dos recursos, respeitando critérios técnicos e pedagógicos, em diálogo com a comunidade.

Fortalecimento dos Conselhos do FUNDEB: ampliar a transparência e a efetiva participação desses conselhos, garantindo acesso à informação, formação para os conselheiros e mecanismos de escuta ativa das escolas e comunidades. Melhoria dos sistemas de informação e prestação de contas: adotar plataformas digitais acessíveis para divulgação dos recursos recebidos e aplicados pelas escolas, promovendo a transparência e o controle social.

Promoção de diagnósticos participativos nas escolas: estimular que cada unidade escolar elabore, com apoio técnico, um plano de uso dos recursos que reflita suas necessidades específicas e esteja alinhado ao seu projeto político-pedagógico. Incentivo à articulação intersetorial e comunitária: envolver outros atores sociais e órgãos públicos (saúde, assistência social, conselhos de direitos) para ações integradas que otimizem o uso dos recursos do FUNDEB em benefício do desenvolvimento integral dos estudantes.

Essas recomendações e propostas de novas investigações pretendem fortalecer o papel do FUNDEB como instrumento de justiça educacional e desenvolvimento local, contribuindo para uma gestão mais eficaz, participativa e sensível às realidades dos diferentes territórios da educação pública no Maranhão.

CAPÍTULO 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou analisar o novo FUNDEB a partir de suas implicações, aplicações e desafios no contexto das escolas públicas da regional de Pedreiras, no estado do Maranhão. A investigação evidenciou que, embora o FUNDEB represente um dos pilares do financiamento da educação básica no Brasil e seja essencial para garantir o funcionamento das escolas públicas, persistem entraves que dificultam sua plena efetividade como instrumento de justiça social e equidade educacional.

Os dados coletados junto a secretários municipais, gestores escolares e professores revelaram diferentes níveis de conhecimento sobre os aspectos técnico-burocráticos do fundo, com destaque para a limitada compreensão por parte dos profissionais que atuam diretamente na base do sistema educacional. Essa limitação compromete a participação ativa na gestão dos recursos, o controle social e a elaboração de estratégias pedagógicas mais eficazes.

Verificou-se, por outro lado, um reconhecimento generalizado da importância do FUNDEB na valorização dos profissionais da educação, no financiamento de formações continuadas, na melhoria da infraestrutura física das escolas e na manutenção das condições mínimas para o processo de ensino-aprendizagem. Contudo, a materialização desses avanços ainda é desigual entre as escolas urbanas e rurais, evidenciando uma distribuição que, embora mais equitativa que no passado, ainda precisa ser aperfeiçoada.

Entre os principais desafios identificados, destacam-se a ausência de formações específicas sobre o novo FUNDEB para os diversos atores da gestão educacional, a carência de mecanismos de acompanhamento técnico e pedagógico nas escolas, bem como a dificuldade de articulação entre os entes federativos para garantir maior eficiência na alocação e no uso dos recursos. Soma-se a isso a falta de políticas públicas estruturantes voltadas à superação das desigualdades históricas que marcam as regiões mais vulneráveis do Maranhão.

No caso específico da regional de Pedreiras, observa-se um cenário em que o FUNDEB tem sido essencial para manter as atividades escolares, mas ainda encontra barreiras estruturais, administrativas e formativas que limitam seu potencial transformador. Superar essas barreiras exige, portanto, não apenas um esforço técnico, mas também político e pedagógico, com foco na transparência da gestão, na capacitação contínua dos profissionais da educação e na construção de uma cultura de participação social.

Conclui-se, assim, que o FUNDEB, por si só, não é capaz de resolver todos os problemas da educação pública, mas constitui um instrumento potente, desde que acompanhado por

políticas complementares e práticas de gestão democrática que considerem as especificidades locais. Para a regional de Pedreiras, isso significa apostar na formação dos sujeitos envolvidos, fortalecer o papel das escolas como espaços de cidadania e garantir que os recursos públicos sejam utilizados com responsabilidade, equidade e foco na aprendizagem dos estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, S. (2022). *Controle social na política de financiamento da educação: uma análise da atuação do conselho do FUNDEB no município de Imperatriz/MA*. 2022. 166 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Formação Docente em Práticas Educativas - PPGFOPRED) - Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz.
- Amaral, N. C. et al. (2021). O FUNDEB permanente em tempos de desconstrução e desfazimento: mobilização e um basta veemente. *Educação & Sociedade*, v. 42, p. e247741, 2021.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Artmed.
- Brasil. (2007). Ministério da Educação. *Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007*. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm>. Acesso 25 mai. 2025.
- Brasil. (1988). [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 abr. 2025.
- Brasil. (2014). *Lei nº 13.005/2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em 24 nov. 2024.
- Brasil. (2016). Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução no 510, de 7 de abril de 2016*. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.
- Cássio, F. & Moura, F. (2020). *O que une bolsonaristas que rejeitaram o FUNDEB é o Escola sem Partido*. UOL–Entendendo Bolsonaro, v. 13.
- Cellard, A. (2008). A análise documental. In: Poupart, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Vozes.
- Creswell, J. W. (2014). *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. SAGE.
- Cunha, L. (2017). *A Educação Brasileira na Primeira Onda Laica, do Império à República*. Edição do Autor.

- Cury, C. (2002). A Educação Básica no Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 23, n. 80, p. 168–200, set.
- Cury, C. (2020). *Educação, democracia e gestão: desafios do controle social*. Autores Associados.
- Cury, C. (2010). *Política educacional: estrutura e financiamento da educação básica no Brasil*. Autores Associados.
- Denzin, N. & Lincoln, Y. (2018). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Artmed.
- Dourado, L. F. (2007). Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 100, p. 921–946, out.
- Dourado, L. (2021). O novo Fundeb e os desafios da equidade e qualidade na educação básica. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 15, n. 32, p. 583–596.
- Dourado, L. (2015). Políticas de financiamento e o direito à educação básica no Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 36, n. 130, p. 1109-1128.
- Dourado, L. & Oliveira, J. (2009). *Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas*. Liber Livro.
- Fischer, J. (2015). *Políticas públicas e gestão educacional no Brasil*. Editora Senac.
- Flick, Uwe. (2018) *Introdução à pesquisa qualitativa*. Penso.
- FNPE (2020). Fórum Nacional Popular de Educação. *Manifesto em defesa do novo Fundeb permanente*. FNPE.
- Franco, C. M. G. (2022). *O impacto do FUNDEB nas escolas municipais de Pedreiras: uma análise crítica*. Editora UFMA.
- Franco, Clareana Maria Guimarães. (2024). *Reflexão sobre a aplicação do FUNDEB na Educação Básica de Pedreiras/MA entre os anos de 2020 e 2022*. 2024. 83f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Palmas.
- Gadotti, M. (2002). *A educação no Brasil: do financiamento à qualidade*. Papirus.
- Gatti, B. A. (2005). *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Líber Livro.
- Gil, A. (2019). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas.
- Libâneo, José C. (2005). *Pedagogia e pedagogos, para quê?* Cortez Editora .
- Lück, Heloísa. (2009). *Gestão educacional: uma questão paradigmática*. Vozes.

- Marconi, M. & Lakatos, E. (2017). *Fundamentos de metodologia científica*. Atlas.
- Minayo, M. C. (2022). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec.
- Oliveira, R. P. & Araújo, G. C. (2005). Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 28, p. 5-23, jan-abr.
- Oliveira, R. (2007). *A construção do público na educação: gestão democrática, Estado e sociedade*. Cortez.
- Oliveira, R. (2021). *Gestão Educacional e financiamento: desafios e possibilidades com o novo FUNDEB*. Cortez.
- Oliveira, R. & Santana, W. (Orgs.). (2010). *Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade*. Unesco.
- Oliveira, S. (2021). *Desafios da gestão pública na educação: o papel do FUNDEB*. Editora UFPE.
- Paro, V. (2017). *Gestão democrática da escola pública*. [livro eletrônico] / Vitor Henrique Paro. Cortez.
- Perrenoud, P. (2000). *Construir as competências dos professores*. Artmed.
- Pinto, J. M. (2007). A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 100, p. 877–897, out.
- Pinto, J. (2021). Novo Fundeb: Avanços e Perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 51.
- Ribeiro, L. G. (2020). *O financiamento da educação no Brasil: desafios do FUNDEB*. Brasília: IPEA.
- Santos, P. R. (2018). *Valorização do profissional de educação: desafios e perspectivas*. Cortez.
- Saviani, D. (2007). *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 17. ed. Autores Associados.
- Saviani, D. (2013). O neoprodutivismo e suas variantes: neoescolanovismo, neoconstrutivismo, neotecnicismo (1991-2001). In: *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Autores Associados. (Coleção memória da educação). p. 425-442.
- Schwartzman, S. (2018). *Políticas educacionais no Brasil: desafios do século XXI*. Editora Unesp.
- Severino, A. (2017). *Metodologia do trabalho científico*. Cortez.
- Sousa, A. (2009). *A Política de Fundo Público para o Financiamento da Educação Básica: impacto e impasses no Município de Fortaleza*. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE).

- Stake, R. (2011). *Pesquisa com estudo de caso*. Penso.
- Todos Pela Educação. (2021). *O novo FUNDEB em foco: valorização docente e equidade*. Relatório Técnico.
- Vasconcelos, D. M. (2021). *A formação continuada dos professores e o impacto no ensino público*. Editora Vozes.
- Veiga, E. B. (2009). *Gestão escolar e qualidade educacional*. Autêntica.
- Ximenes, S. B. (2012). Responsabilidade educacional: concepções diferentes e riscos iminentes ao direito a educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 353-377, abr./jun. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/sJxYDR7v99TvndLvhZJbmx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 16 jun. 2025.
- Yin, R. (2016). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Bookman.

APÊNDICES

APENDICE A: Questionário

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

O FUNDEB e os desafios da educação e gestão escolar no Médio Mearim – Maranhão

Marlia Cléia Ferreira Costa

QUESTIONÁRIO SOBRE AS AÇÕES DO FUNDEB NA REGIONAL DE
PEDREIRAS/MÉDIO MEARIM – MARANHÃO

Instruções: Este questionário tem o objetivo de avaliar as ações do FUNDEB 2021 na região de Pedreiras/Médio Mearim, destacando desafios e possibilidades. Solicitamos que gestores e professores respondam com base em suas experiências e percepções.

Identificação

1. Nome (opcional):
2. Cargo: () Gestor escolar () Professor () Outro: _____
3. Escola/Instituição: _____
4. Município: _____

Parte 1: Conhecimento sobre o FUNDEB

1. Como você avalia seu conhecimento sobre o FUNDEB 2021?
() Amplo
() Moderado
() Básico
() Nenhum

2. Você recebeu alguma formação ou informação sobre as mudanças do FUNDEB em 2021?

- Sim
- Não
- Parcialmente

Parte 2: Implementação do FUNDEB na Escola

1. Como você avalia a distribuição dos recursos do FUNDEB 2021 em sua escola/instituição?

- Eficiente
- Parcialmente eficiente
- Ineficiente
- Não sei informar

2. Os recursos do FUNDEB 2021 foram utilizados para: (Marque todas as opções que se aplicam)

- Melhorias na infraestrutura escolar
- Formação de professores
- Pagamento de profissionais da educação
- Aquisição de materiais didáticos () Outros: _____

3. Houve melhorias na qualidade do ensino após a implementação do FUNDEB 2021?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não sei informar

Parte 3: Redistribuição da Complementação da União

1. Como você percebe a redistribuição dos recursos da Complementação da União na sua região?

- Equitativa e suficiente
- Equitativa, mas insuficiente
- Mal distribuída
- Não sei informar

2. Os critérios de redistribuição utilizados pelo novo FUNDEB atendem às necessidades da sua escola?

- Sim, totalmente
- Parcialmente
- Não atendem
- Não sei avaliar

Parte 4: Desafios e Possibilidades para a Gestão Escolar

1. Quais são os principais desafios enfrentados pela gestão escolar com o novo FUNDEB?

(Marque até 3 opções)

- Falta de informação sobre o uso dos recursos
- Burocracia na liberação dos recursos
- Deficiência na formação de professores
- Infraestrutura inadequada
- Deficiência na fiscalização
- Outros: _____

2. O que poderia ser feito para melhorar a aplicação dos recursos do FUNDEB em sua região?

Parte 5: Promoção da Equidade Educacional Redistributiva

1. Você percebe avanços na equidade educacional com o novo FUNDEB?

- Sim, avanços significativos
- Pequenos avanços
- Nenhuma melhoria
- Retrocessos

2. O novo FUNDEB contribuiu para reduzir desigualdades entre escolas urbanas e rurais?

- Sim, efetivamente
- Sim, mas ainda há deficiências
- Não contribuiu
- Não sei informar

Parte 6: Potencial do Novo FUNDEB para Reduzir Desigualdades

1. O novo FUNDEB tem potencial para diminuir desigualdades no financiamento da educação?

Sim, plenamente

Em parte

Não

Não sei avaliar

2. O que poderia ser aprimorado no FUNDEB para garantir maior justiça na distribuição dos recursos?

Parte 7: Sugestões e Comentários

1. Você tem alguma sugestão ou observação sobre a gestão e execução do FUNDEB 2021 em sua região?

Agradecemos sua participação!

APÊNDICE B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Convidamos o(a) Sr. (a) _____ para participar da Pesquisa que culminará com a Dissertação de Mestrado - **O FUNDEB e os desafios da educação e gestão escolar no Médio Mearim – Maranhão**, sob a responsabilidade da mestrandia **Marlia Cléia Ferreira Costa**, a qual pretende conhecer analisar os desafios e possibilidades do Financiamento da educação na região do Médio Mearim, Regional Pedreiras-Maranhão/Brasil. Não haverá riscos de sua participação na pesquisa nem haverá identificação de sua pessoa como participante e sua contribuição será respeitada. Se o/a Sr. (a) aceitar participar, as respostas obtidas por esta pesquisa poderão contribuir para o desenvolvimento dessa Dissertação. Se depois de consentir a sua participação o/a Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O/a Sr. (a) não terá nenhuma despesa e, também, não receberá nenhuma remuneração referente a esta pesquisa. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, a sua identidade não será divulgada, uma vez que será guardada em sigilo.

Eu, _____, fui informado sobre o que o/a pesquisador/a quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias originais, as quais serão assinadas por mim e pelo/a pesquisador/a, ficando uma via com cada um de nós.

Data: ____/____/____ Assinatura _____